

CLAUDETE PAGOTTO

**AJUSTES E RUPTURAS: COOPERATIVISMO E LUTAS SOCIAIS
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

2003

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

CLAUDETE PAGOTTO

**AJUSTES E RUPTURAS: COOPERATIVISMO E LUTAS SOCIAIS
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

**MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
2003**

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

Banca Examinadora

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este trabalho, visualizo ao meu redor amigos e amigas que, durante esta jornada, de uma forma ou de outra, me deram apoio, motivação e um profundo carinho. Como dizia Violeta Parra: “yo tengo tantos hermanos que no los puedo contar”. A todos, minha sincera gratidão.

Ao Professor Dr. Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, pela intensa dedicação em se colocar do nosso lado e nos apontar os rumos, nos questionar quando nos perdemos dele e, nos incentivar sempre a continuar.

Ao Professor Geraldo Barbosa, que compartilhou seu conhecimento e, deste modo reforçou minha entrada - sem volta - no campo da filosofia ou, se quiser, das Ciências Sociais.

Ao Professor Dr. Paulo Cunha, pela amizade, dedicação e disposição para o debate e pelas contribuições com que enriqueceu meu Exame de Qualificação.

À Professora Dra. Maria Lúcia de Carvalho, pelas suas contribuições no referido exame, que foram de importância fundamental para o desenvolvimento de meu trabalho.

Ao NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais -, pelo desenvolvimento de idéias, pelo debate crítico e sobretudo pela amizade que se consolidou nestes anos.

À Emilene, secretária do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC/SP, pelo atendimento eficaz e amável. Ao CNPq, pela bolsa de estudos que contribuiu para a realização desta pesquisa.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

À Maria José Vick, à Fátima S.Silva e à todas as colegas do meu trabalho, por me liberarem das tarefas cotidianas, para que eu pudesse seguir neste caminho.

Ao Noé, ao Vilson, ao José Carlos (Cacá) e às trabalhadoras da Confecção “Olho Vivo”, da PMSA.

Às Secretarias Estadual e Nacional do MST/SP e à CONCRAB, pela atenção e confiança nesta pesquisa.

Ao Leon, Márcia e Júlio, do ITESP.

À todos aqueles que nos acolheram e, pacientemente nos acompanharam nas visitas ao Assentamento Pirituba.

À Karen Fernandez, pela companhia diária na biblioteca e a Edson Bandeira, pelo carinho constante, mesmo que distante.

Ao Neuri Rossetto, Pardal, Marcelo Buzetto e Claudinha, mais do que pela troca de informações, empréstimo de livros, discussão entre simples colegas pesquisadores. Verdadeiros amigos e parceiros.

Aos meus pais, pela dedicação sem medida. Ao meu irmão. Aos meus cunhados e às minhas irmãs: Cleide, pelo incentivo e motivação; e Ana Zélia, pelo carinho e por ceder seu tempo e seu espaço para me acolher em sua casa durante alguns meses. À minha sobrinha Paula Kiyoko.

Ao amigo Eliel Machado, pela companhia nas viagens, pela presença constante nesta caminhada. Por sua amizade, serei sempre grata.

À amiga Célia Motta, pela leitura atenta, pelo incentivo e “empurrões”, pela confiança e pela amizade construída numa profunda admiração.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de contribuir para a análise do cooperativismo em um contexto de *reestruturação* produtiva capitalista, de aumento dos índices de desemprego e de refluxo das lutas sociais, no Brasil, a partir dos anos 1980.

O cooperativismo possui uma natureza ambígua. Dependendo da classe social que o impulsiona e como, poderá ser empregado a favor ou contra a emancipação humana. O cooperativismo é inseparável das lutas de classes.

Buscamos examinar, por meio de uma abordagem teórico-histórica, o processo de constituição de duas vertentes do cooperativismo. Uma delas tem se articulado a práticas que, carregadas de maior ou menor utopismo, sempre se voltam para aperfeiçoar o capitalismo. A outra se constitui, fundamentalmente, como instrumento de resistência e de luta, criado e organizado por trabalhadores. Obviamente, diversas experiências históricas têm articulado aspectos dessas duas vertentes, com a predominância, em certos momentos, da primeira ou da segunda.

Procuramos detectar a presença destas vertentes na experiência das costureiras da Cooperativa de Confecção “Olho Vivo” - parte do Programa de Incubadoras de Cooperativas Populares da Prefeitura Municipal de Santo André/SP - e do Assentamento Pirituba, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Itapeva/SP.

ABSTRACT

This work aimed to contribute to the cooperative system analysis in a context of capitalist productive reform, increasing in the unemployment levels as well as the resurging social protests, in Brazil, since the 1980's.

The cooperative system has an ambiguous nature. Depending on the social class which put it forward and how, it may be used either in favor or against the human being emancipation. This system can not be isolated from the social classes dispute.

In this work, we have tried to evaluate the formation process of two cooperative system versions, using a theoretical-historical approach. One of them, has been linked to practices that, with more or less utopianism, always have among their major goals to improve the capitalism. The other version function basically as a tool, created and organized by workers, with the objective of resistance and dispute. Obviously, different historical experiences have been articulating aspects from both versions, with either one of the versions predominating, depending on the moment.

We have tried to research the presence of one of these two versions in the experience of the dressmakers from the "Olho Vivo" Weaving Cooperative, a member of the Popular Cooperatives Incubation Program supported by the Santo André City, SP, and also in the "Pirituba" settlement, supported by the landless rural workers movement, in Itapeva, SP.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

SUMÁRIO

Introdução	1
-------------------------	----------

Capítulo I

Cooperativismo e lutas sociais: algumas considerações históricas e teóricas	4
--	----------

1. A cooperação subordinada ao desenvolvimento do capitalismo	6
1.1. As potencialidades e os limites do trabalho cooperativo	10
1.1.1. Mutualismo	10
1.1.2. Socialismo associacionista e cooperativo	13
1.1.3. Livre associação	16
1.1.4. Associações operárias.....	18
1.2. O movimento cooperativo adaptado ao modo de produção capitalista.....	19
1.2.1. Os <i>Pioneiros de Rochdale</i>	21
1.2.2. <i>Schulze-Delitzsch e Raiffeisen</i>	27
1.2.3. “Escola de Nimes”	27
2. O cooperativismo como instrumento de luta para a superação do capitalismo	29
2.1. Por meio de reformas	33
2.2. Cooperativismo e socialismo	35
2.3. Por meio de lutas revolucionárias	41
3. Algumas considerações sobre cooperativismo na América Latina	45

Capítulo II

O cooperativismo em um cenário de crise estrutural do capitalismo pós-anos 80..	
--	--

52

1. Algumas considerações sobre a crise do capital	52
1.1. A complexidade dos elementos econômicos	52
1.2. Os principais efeitos da crise no Brasil.....	59
2. O cooperativismo no Brasil.....	62
2.1. <i>Economia Solidária</i>	73
2.2. Geração de emprego e renda	79
3. Um “empreendimento comunitário”	80
3.1. Incubadoras de Cooperativas Populares na PMSA	81
3.2. “Confecção Olho Vivo”.....	84

Capítulo III

Uma inovação no cooperativismo brasileiro: as CPAs nos assentamentos rurais

do MST em Itapeva/SP87

1. As lutas sociais no Brasil dos anos 1990	88
1.1. “Novos movimentos sociais”	88
1.2. Alguns aspectos da formação do MST	92
1.3. Governo e mídia entram em campo	96
1. A concepção de cooperação do MST.....	103
1.1. CONCRAB	104
1.2. A particularidade das cooperativas do MST.....	106
2. As CPAs nos assentamentos rurais de Itapeva/SP	110
2.1. Alguns elementos históricos de sua formação.....	110
2.2. Estrutura organizativa	116

IV – Considerações finais.....126

V – Referência bibliográfica130

1.Outras fontes	142
2.Jornais e periódicos	144

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Siglas

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
 ACI – Aliança Cooperativa Internacional
 ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
 ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Autogestão
 CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
 CLOC – Cordenadoria Latino-Americana de Organizações Camponesas
 CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
 CNA – Confederação Nacional da Agricultura
 CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 CNM – Confederação Nacional dos Metalúrgicos
 CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária
 CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
 COPADEC – Cooperativa de Produção Agropecuária Derli Cardoso
 COPAESE – Cooperativa Sete de Setembro
 COPAVA – Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida
 COPROCOL – Cooperativa de Produção Agropecuária Coletiva
 COPANOSSA – Cooperativa de Produção Agropecuária Nossa Senhora Aparecida
 COAPRI – Coop. de Assentados da Reforma Agrária e Peq. Produtores da Região de Itapeva
 CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária
 CPSR – Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais
 CPPS – Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços
 CPT – Comissão Pastoral da Terra
 CUT – Central Única dos Trabalhadores
 DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômico
 EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural
 FAAB – Frente Agrícola para a Agricultura Brasileira
 FAO – Food and Agriculture Organization
 FETAG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura
 IAF – Instituto de Assuntos Fundiários (São Paulo)
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 ITCPS – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
 ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
 ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”
 ITR – Imposto Territorial Rural
 LOC – Laboratórios Organizacionais do Campo
 MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
 MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
 NAPES – Núcleo de Ação e Pesquisa em Economia de Solidariedade
 OCB – Organização das Cooperativas do Brasil
 PACs – Projetos Alternativos Comunitários
 PACS – Instituto de Políticas Alternativas Cone Sul
 PMSA – Prefeitura Municipal de Santo André
 PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
RECOOP – Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária
SAA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados
SRB – Sociedade Rural Brasileira
SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
UDR – União Democrática Ruralista
UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
UNITRABALHO – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, procuramos examinar o cooperativismo em um processo de *reestruturação* capitalista, refluxo e relativa retomada das lutas sociais, no Brasil, a partir dos anos 1980.

A temática remete a um conjunto de questões, com as quais se articulam e se desenvolvem, às vezes contraditoriamente, variadas concepções teóricas. Concentramos nossos esforços, inicialmente, em analisar as potencialidades de transformação social existentes no processo de constituição e funcionamento de cooperativas. Em seguida, examinamos se, e como, estas potencialidades se manifestam em algumas experiências em curso.

As práticas de ajuda mútua e autogestionárias que se ampliaram no interior do processo de desenvolvimento capitalista na Europa do século XIX, se incorporaram, com o tempo, tanto aos lineamentos do sistema econômico como às lutas sociais. Noções como “utopismo”, “owenismo” e “proudhonismo”, no bojo das lutas operárias do século XIX, indicavam uma alternativa de mudança gradual e capaz de fomentar transformações sociais, mediante a constituição de associações e cooperativas, ou seja, objetivavam “ajustar” as contradições das relações capitalistas sem romper integralmente com suas estruturas. Estes projetos utópicos de transformações sociais foram as principais manifestações de solidariedade operária antes do desenvolvimento da organização operária enquanto classe social, e foram os precursores das distintas conceituações como diria, Hobsbawm, do primeiro socialismo.

Articuladas a estas práticas se encontram denominações como: “associacionismos”, “comunalismos”, “conselhos”, “anarco-sindicalismos”, “sovietes”, “autogestão socialista”, “cooperativismo”. No primeiro capítulo, buscamos, em alguns elementos teóricos e históricos, a contribuição para a análise da relação entre o cooperativismo e as lutas sociais.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

O cooperativismo, ou o “movimento cooperativo”, manteve o “espírito” de alternativa ao capitalismo, orientando-se basicamente pela busca de melhores preços para o consumo de mercadorias, e pela “redistribuição igualitária” do resultado da produção entre os membros cooperados.

De modo geral, o “movimento cooperativo” afastado dos movimentos operários e norteado pelos Princípios de Rochdale, foi assumindo duas formas distintas de exploração do trabalho: uma, por meio de cooperativas com características estritamente empresariais, que emprega e explora diretamente trabalhadores não cooperados; outra, com cooperativas incentivadas, em geral por sindicatos e/ou pelo Estado, como parte de um programa de reformas que não afetam de modo profundo às contradições sociais. Ao contrário, visam a minimizá-las, atenuando os antagonismos de classe.

O cooperativismo, como instrumento de organização econômica e política dos trabalhadores na luta (mesmo que limitada à resistência) contra a dominação capitalista, pode adquirir a potencialidade de desenvolver uma conscientização política de classe, fomentando novas relações de convívio social buscando reduzir o grau de exploração, ao ser através da utilização de diversas formas de trabalho coletivo e autogestionários.

No segundo capítulo, dirigimos o foco para a relação entre cooperativismo e lutas sociais, no Brasil, nas duas últimas décadas do século XX, período de profunda crise capitalista, cujos efeitos repercutiram diretamente sobre a composição e a organização política da classe trabalhadora.

Neste contexto de crescente desemprego, tem sido incentivada por órgãos do governo, sindicatos e universidades a formação de cooperativas para trabalhadores de baixa renda. Esta manifestação do cooperativismo

terceirizado e precarizado. A parte final deste capítulo é dedicada ao exame de uma experiência concreta de cooperativa que, não só materializa as noções acima, mas que atualiza a vertente reformista detectada no primeiro capítulo.

No terceiro capítulo, procuramos abordar, neste contexto, o surgimento de novas formas de lutas de classe e, articuladas a estas, o desenvolvimento de formas associativas e cooperativas como instrumentos de organização política e econômica dos trabalhadores. Ao final deste, procuramos examinar o processo político de luta pela terra e a formação de cooperativas, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no Assentamento Pirituba, em Itapeva/SP, como a experiência que parece se aproximar da vertente que procuramos analisar no primeiro capítulo, na qual o cooperativismo se articula a processos de luta por transformações sociais.

Dada a relativa ausência de trabalhos sobre o tema no Brasil e o caráter recente das novas lutas sociais que eclodem neste país, este trabalho é, em ampla medida, exploratório. Se contribuir para atualizar o debate, terá cumprido sua finalidade.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

CAPÍTULO I

Cooperativismo e lutas sociais: algumas considerações históricas e teóricas

A busca da vida, da liberdade e da felicidade humana foi a principal “herança” legada, por algumas das principais correntes do ideal iluminista, aos socialistas. O ideal rousseauista de distribuição igualitária da riqueza exerceu forte influência sobre as críticas socialistas da sociedade, estimulando a crença numa ação social voltada para o interesse geral, em clara contraposição ao crescente individualismo (outra “herança” iluminista) que se desenvolvia principalmente na Inglaterra e na França do século XIX, no bojo da expansão da sociedade capitalista industrial.

A crítica social e as análises econômicas centralizavam-se na construção de uma sociedade a partir de um modelo associacionista ou cooperativo. A influência do igualitarismo rousseauiano dava aos chamados socialistas utópicos um certo caráter crítico. Havia, ainda que embrionária, a identificação de socialismo com uma sociedade baseada na propriedade coletiva e na gestão comum dos meios de produção¹. Bem menos presente era a concepção de como transitar para este novo tipo de sociedade.

Num período em que a designação de socialismo significava uma oposição clara ao individualismo, ao modelo liberal-capitalista de mercado competitivo, era natural, segundo Hobsbawm, a imprecisão do termo, sendo portanto, “necessário distinguir dois aspectos no primeiro socialismo”: o

¹ Identificação essa, segundo Hobsbawm, que só foi incorporada ao uso comum com “o

crítico e o programático. O socialismo crítico se constituía por dois elementos principais: a teoria da natureza humana e da sociedade, derivada de diversas correntes do pensamento setecentista e a análise da sociedade na perspectiva do desenvolvimento histórico. E, o socialismo programático, se definia pela variedade de propostas para a criação de uma nova economia sobre a base da cooperação e, ainda, pelas tentativas de reflexão sobre a construção de uma sociedade ideal (1980:44).

Para grande parte do movimento operário, socialismo implicava adesão à conotação “programática”: a construção dos meios que pudessem organizar a sociedade num modelo associacionista e cooperativo e por oferecer elementos concretos para levar adiante o sonho de uma atividade produtiva independente.

A conotação programática de socialismo, ou melhor, o sonho de utopia cooperativista capaz de emancipar o trabalho da exploração capitalista, diluiu-se numa gama de cooperativas de consumo e de produtores, em especial nas cidades industriais da Inglaterra – construiu-se, assim, o chamado “movimento cooperativo”.

O curso deste “movimento” passou pela sua identificação conservadora ou renovadora, no interior de um processo histórico de formação da classe operária. Há que se destacar o caráter ideológico do cooperativismo que, por um lado, cerca a autonomia das cooperativas, condicionando suas particularidades aos interesses da “classe dominante”, mas, por outro, pode desdobrar e superar este condicionamento em favor dos interesses das “classes subalternas” (Rios, 1987: 10-11).

Para o exame deste processo, é necessário buscar a apreensão de alguns dos principais elementos que o constituem, destacando-se: a cooperação, o mutualismo, o socialismo associacionista e cooperativo, a livre associação, as associações operárias e as cooperativas de crédito.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

1. A cooperação subordinada ao desenvolvimento do capitalismo

A cooperação, parte integrante do processo de trabalho desde as civilizações mais antigas, esteve calcada na coerção e na determinação dos métodos utilizados na construção de obras e na produção de bens e de alimentos. A cooperação atravessou os modos de produção antigo e feudal, revelando-se uma força paradoxal na grandiosidade do acervo de obras de povos antigos, sejam eles asiáticos, africanos, europeus ou americanos, com a subordinação aos processos coercitivos de trabalho. Perpassou o processo de formação de comunidades, cujo objetivo de produzir se concentrava no valor de uso -uma vez que a reprodução de cada indivíduo se encontrava intimamente ligada a determinadas relações com sua comunidade: a produção pressupunha a unidade comunitária e um desenvolvimento das forças produtivas, adequados à reprodução das relações sociais. “O membro da comunidade se reproduzia, não através da cooperação em trabalho produtor de riqueza, mas cooperando em trabalhos para os interesses comuns” (Marx, 1986a:70-71).

As diversas formas de organizar a produção, através da divisão social do trabalho, proporcionaram uma gradual individualização do homem, ou melhor, de alguns homens em detrimento da comunidade - o que, conseqüentemente, representou a evolução da propriedade privada dos meios de produção. Este processo significou, contraditoriamente, a emancipação do homem em relação a sua origem natural e comunitária. Sob o capitalismo, esta condição individual toma uma forma concreta. O desenvolvimento das forças produtivas substituiu as relações de dependência pessoal por outras, cujo caráter contraditório criou um indivíduo social capaz de se desenvolver, rico em necessidades, mas, por outro lado, converteu-se na mais ampla alienação desse mesmo indivíduo.

O rompimento com os modos de produção anteriores, realizado pelo processo de desenvolvimento do capitalismo, produziu uma aparente liberdade de ação individual, mas amarrada à lógica das relações capitalistas de produção. Conforme Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*,

“os indivíduos são mais livres sob o domínio da burguesia do que anteriormente, porque as suas condições de existência lhes são contingentes; na realidade, eles são naturalmente menos livres porque se encontram muito mais subordinados a um poder objectivo” (1974:81).

A liberdade, deste modo, é considerada como o resultado da derrubada dos obstáculos das relações dos modos de produção anteriores, as quais limitavam a realização da livre concorrência. Isto significa que estes limites só se tornaram obstáculos quando as forças produtivas e as relações de troca se desenvolveram até o capital se tornar o regulador da produção.

A cooperação será o ponto de partida do processo de produção capitalista. Em cada fase deste desenvolvimento, a cooperação adquire formas mais avançadas e complexas, cuja função não é o aumento da força produtiva individual mas, ao contrário, a criação de uma força produtiva social para atender os interesses do capital - capaz de elevar a produtividade do trabalho. A força produtiva coletiva, decorrente da cooperação entre os trabalhadores, não é remunerada por esta forma coletiva de trabalho, mas pelo valor da mercadoria: força de trabalho que é vendida para o capitalista na sua forma individual. A cooperação, sob o modo de produção capitalista, é uma forma de exploração do trabalho, na qual o homem figura como sendo uma parte do capital, um meio de produção.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, ficará encoberto, sob o manto da objetividade de reprodução do capital, o fato de a condição para a produção não ser mais o trabalhador, mas o trabalho. Se este for realizado por intermédio da maquinaria, pela grande indústria, etc., o que

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

lado, num único ou diferentes procedimentos relacionados, trabalham em cooperação mas, amarrados na individualidade, obscurecem a cooperação enquanto força coletiva do trabalho.

A cooperação simples se desdobra no processo de trabalho com a combinação de máquinas, por meio de técnicas mais especializadas, obtendo níveis mais elevados de produtividade. Este desdobramento exige um alto grau de socialização do trabalho, demonstrando que, com a indústria, não aparece mais o trabalho de indivíduos diferentes no interior de um corpo coletivo. Ao contrário, as máquinas especializam o trabalho coletivo e os indivíduos aparecem como parte do maquinismo - numa socialização cada vez mais “coisificada, alienada” (Teixeira, 1995:159).

Entretanto, a força coletiva, entendida como algo mais do que a soma das partes que a constituem, é a força pela qual o indivíduo encontra os meios para desenvolver suas capacidades e sua liberdade, pois “quando o trabalhador coopera sistematicamente com outros, livra-se dos grilhões de sua individualidade e desenvolve as possibilidades de sua espécie” (Marx, 1985:262). Esta perspectiva enfoca o aspecto de valor de uso da cooperação, demonstrando que seu caráter independe do modo de produção, mas somente no capitalismo é explorada como forma de organização e de disciplina do processo de trabalho, tendo em vista a extração de mais-valia. Ou seja, o caráter cooperativo no interior do processo produtivo se transformou e se adequou a uma necessidade puramente técnica, que pode denominar-se socialização do trabalho, voltada para a produção de “valores de troca, ditada pela própria natureza do próprio meio de trabalho” (Teixeira, 1995:160).

Como não importa a forma de realização do trabalho, mas a apropriação deste pelo capital, o desenvolvimento das forças produtivas não ocorre de forma homogênea. O tempo e o espaço em que estão inseridas irão definir a forma de sua atuação para a reprodução do capital.

No estágio de desenvolvimento capitalista manufatureiro, as transformações operadas no processo de trabalho criaram uma base técnico-material de produção mais adequada às exigências de valorização do valor, mas insuficiente para que o trabalho pudesse adquirir determinações subjetivas, ou melhor, que funcionasse independentemente dos trabalhadores. Foi com a grande indústria que esta adequação se estabeleceu, oferecendo uma contínua reestruturação da divisão técnica do trabalho: produzindo e reproduzindo a força de trabalho, a ponto de não encontrar mais limites à expansão do capital. As unidades das diferentes fases do capital industrial são separadas em ramos particulares: comércio, indústria, serviços, bancos -e explorados por diferentes capitalistas.

A partir dos anos de 1970, sob forte impacto de uma crise estrutural do capitalismo², ocorreram intensas modificações na dinâmica interna do processo produtivo. A estratégia para manter os patamares de acumulação foi a reposição da divisão social do trabalho em novas bases, através da implementação de novas formas de organização e gerenciamento do processo produtivo -no qual o trabalhador individual passa a ser também um trabalhador coletivo combinado, capaz de desempenhar variadas funções. No atual estágio, a “cooperação complexa” tende a ser uma forma superior de produção de mercadorias, na medida em que busca restabelecer o domínio do capital sobre o trabalho³ em novas bases; reconcentrar a riqueza social; alinhar capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria, numa unidade de capital geral; reestruturar a organização do processo de trabalho e dismantelar as estruturas do Estado de bem-estar social. A “cooperação complexa” impõe, à luta da classe trabalhadora, amplos desafios: manter e avanço dos direitos conquistados ou, ainda, retomar a prioridade da luta pelo socialismo.

3.1. As potencialidades e os limites do trabalho cooperativo

3.1.1. Mutualismo

A cada passo do desenvolvimento das forças produtivas, eram transferidas às máquinas operações até então executadas por trabalhadores qualificados. Estas transformações, no interior do processo produtivo, resultaram numa crescente divisão entre trabalhadores qualificados e não-qualificados. Os primeiros constituíam uma “aristocracia na classe operária”, enquanto os outros formavam a “grande massa da classe operária, a qual vivia o estado de miséria e fome nos períodos de desemprego e de desagregação física e moral nas épocas de trabalho” (Engels, 1975b;130).

Os trabalhadores qualificados se organizaram nos *trade clubs* (organização de ofício), onde procuravam manter o controle do ofício que conheciam, expandido-o para outros aprendizes. Era um período de

² Alguns dos efeitos deste processo de *reestruturações* do capitalismo serão abordados no próximo capítulo.

³ De modo geral, a literatura na qual destaca-se José Arthur Gianotti, Francisco de Oliveira, Claus Offe, Jürgen Habermas, indica que a interpretação dos fenômenos atuais, que configuram o capitalismo contemporâneo, não cabe mais na “racionalidade do capital”, ou seja, indica “que não há classes com interesses antagônicos; que o capital não é a força social dominante e que o tempo de trabalho socialmente necessário, deixou de ser a medida objetiva do valor” (Teixeira, 2000: 77-89). Outros autores como André Gorz (1982), Robert Kurz (1996) e Domenico De Masi (1999), teorizam sobre o “fim da sociedade do trabalho”, procurando demonstrar que o “trabalho”

“monopólio industrial na Inglaterra, em que a classe operária de certa forma se beneficiou” (Engels, 1975b;132). Mas, com a intensificação da maquinaria, manifestações contrárias a ela (quebra de máquinas) tomam proporções demasiado violentas. Os “luddistas” - menção a Ned Ludd - formaram a oposição operária à indústria, num período de clandestinidade dos sindicatos e da organização operária.

Gravitando na órbita das *trade unions*, as cooperativas exerceram um papel importante para a organização dos trabalhadores em épocas de crise, num período marcado pelas altas dos preços dos gêneros de primeira necessidade e de greves. Com a ajuda mútua entre os trabalhadores qualificados foram garantidos fundos que pudessem assegurar a condição de vida, ou ainda, criados projetos que pudessem atender às suas necessidades.

Nesta perspectiva de organização do trabalho de forma voluntária, através da troca eqüitativa entre produtores organizados individualmente ou em associações, desenvolveram-se as idéias mutualistas de P-J Proudhon. Para este autor, a análise da sociedade não deve partir de suas estruturas, do sistema econômico-político apreendido conforme o tempo e o lugar. Para ele, a sociedade é um organismo que se desenvolve de acordo com seu ordenamento natural, pela autodisciplina e cooperação voluntária das pessoas. As contradições existentes na sociedade são econômicas e podem ser resolvidas por meio de relações mutualistas. Estas baseadas na justiça e no progresso, podem promover redes de solidariedade social capazes de assegurar a harmonia e o equilíbrio entre as gerações, desde que façam da concorrência, da entrada e saída de capitais e do monopólio, um benefício, uma igualdade política dos cidadãos e uma garantia de seguridade a todos (Proudhon, 1974, 358).

O trabalho organizado sob o mutualismo pode reger a organização da economia e a organização política da sociedade. Sob esta condição, é possível que cada família, cada indivíduo, possa receber segundo o resultado de seu trabalho, de acordo com o princípio de “troca justa”. Neste sentido, a organização do Estado se confunde com a própria organização do trabalho (Gurvitch, 1980: 139-140), desde que seja implementada uma série de reformas na ordem econômica, tendendo a aproximar cada vez mais a possibilidade de uma organização baseada na igualdade “em outras mãos que não as do Estado”, que possa garantir a combinação de trabalho e da instrução, e permitir que cada trabalhador, de “simples operário industrial e artista”, se torne um “assalariado patrão” (Proudhon, 2001:129-130).

Tendo em vista que o mutualismo prevê uma concorrência solidária entre capitais, o Banco do Povo é concebido como o meio necessário para assegurar a organização do trabalho. Sendo formado por meio de

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

contribuições impostas aos capitalistas e aos próprios trabalhadores, cabe-lhe a função de oferecer a disponibilidade de créditos reduzidos.

Entre a “comunidade estatal”, apregoada por algumas das doutrinas socialistas e a sociedade fundada na “propriedade capitalista” para Proudhon, era necessário constituir um “mundo autogestionário”. A “propriedade capitalista dominante social, deve se tornar função social, função dependente da sociedade”. O Estado, “dominador da sociedade”, deve também se tornar uma função social, um “funcionário da sociedade”, uma federação de grupos autônomos. (Bancal, 1984: 83, 176-182).

3.1.2. Socialismo associacionista e cooperativo

Robert Owen foi um grande industrial e filantropo. Sua biografia registra três momentos importantes; dirigindo as empresas têxteis de New Lanark e a New Harmony nos EUA com métodos poucos convencionais para sua época, como redução da jornada e promovendo uma série de ações voltadas à regeneração moral do indivíduo; suas idéias postas em prática nesta empresa o fizeram converter, numa segunda fase, ao socialismo associacionista e cooperativo que, por fim, fomentaram a organização do movimento operário.

Nos anos de 1830, tomou contato com a teoria do valor-trabalho de Adam Smith e Ricardo, segundo a qual o trabalhador tinha direito ao usufruto de todo o seu produto. Valendo-se desta teoria, fundou uma grande bolsa de trocas onde o dinheiro era substituído por “bônus de trabalho”, e os produtos eram avaliados pelo número médio de horas necessárias para sua produção. Queria construir paralelamente ao mercado capitalista, um sistema que, no seu modo de pensar, continha elementos claramente socialistas. Derrotado pelo fracasso deste seu intento, procurou fundamentar suas idéias com a proposta de combater a crise econômica e social, através da reorganização da sociedade sobre bases cooperativistas. Preconizava o socialismo associacionista e cooperativo por lhe conferir uma viabilidade econômica e social capaz de “salvar” os desempregados e os operários pobres da miséria. Para isto, concentrava seus esforços na “esperança de transformar as *trade unions* que se constituíram espontaneamente na Grã-Bretanha, em agrupamentos produtivos e auto-administrados” (Petitils, 1977;82).

As organizações cooperativas foram desdobramentos das experiências de seus membros que, no momento de crise e de profundas transformações no interior do processo produtivo, desenvolveram os meios conhecidos que lhes conferiram união e sobrevivência.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

O owenismo influenciou em grande medida a formação de confederações sindicais e cooperativas, no movimento operário. A pretensão de Owen era construir um sindicato unificado, capaz de “estabelecer direitos supremos do trabalho” e, com a ajuda mútua e através do associativismo, “criar um novo estado de coisas”. O contexto de miséria dos trabalhadores ingleses, as greves, a prisão dos manifestantes não permitiam a assimilação de uma retórica voltada para uma “revolução nos limites da razão”, conforme Owen propôs no Congresso Cooperativo de Londres, a “Grande União Nacional Moral das Classes Produtivas do Reino Unido”. As dissensões entre o meio sindical e Owen, a ofensiva conjunta do patronato e do Estado, com a repressão direta aos trabalhadores e a imposição de sanções econômicas a estes, levaram à dissolução das numerosas cooperativas sindicais.

O aspecto de reformador social de Robert Owen não se alinhava à gestação teórica e prática das lutas de classe deste período. Um exemplo: o movimento cartista - Associação londrina de trabalhadores para beneficiar política, social e moralmente as classes úteis - que foi capaz de mobilizar a classe trabalhadora, nas suas variadas vertentes, em torno da exigência da aprovação, no Parlamento, da “Carta do Povo” (documento redigido por Lovett em 1838), cujas exigências visavam à democratização da ordem estatal da Inglaterra. Incluía seis pontos: sufrágio universal masculino, distritos eleitorais iguais, parlamentos anuais, remuneração dos parlamentares, voto secreto e nenhuma exigência de propriedade para pertencer ao parlamento. Os elementos mobilizadores do movimento cartista denotavam uma distância aos esquemas utopistas e de reforma sociais, propostos por Owen, através das comunidades cooperativas. Segundo Thompson, estas eram vistas por este movimento, como “uma comunidade de escravos com o objetivo de recobrir a face miserável do país com asilos de trabalho” (1987:384).

O owenismo significou a coexistência de diferentes tendências intelectuais dentro do “movimento cooperativo”. A imprecisão do pensamento de Owen, no interior destas tendências, pôde demonstrar “mais força que seu próprio mestre” (Thompson, 1987:399). Aliados às tradições de sindicalismo e de ajuda mútua, a cooperação pôde oferecer a união de racionalistas cristãos, radicais e os politicamente neutros. Os artesãos com sonhos de economia de mercado, os trabalhadores qualificados, com seu impulso para o sindicalismo, a fidalguia filantrópica com seu desejo de uma sociedade racional e planejada, os pobres, com seu sonho de terras, os tecelões, com esperanças de autonomia; e todos aqueles com suas imagens de uma comunidade fraterna justa, onde a “ajuda mútua substituiria a agressão e a concorrência” (Thompson, 1987:407).

O socialismo proposto pelo owenismo pretendia promover aldeias cooperativas, oficinas e lojas e, por meio de um desenvolvimento educacional, transformar o capitalismo sem nenhum embate.

3.1.3. Livre associação

Charles Fourier faz a crítica à sociedade francesa e à “civilização” concebendo um sistema econômico baseado na livre associação de indivíduos, capazes de se entregar ao jogo harmonioso das paixões como reação ao individualismo, produto do liberalismo econômico. Suas idéias preconizavam que a libertação passional é a condição para o progresso material e intelectual. Deste modo, desprezava as idéias coletivistas, por valorizar que o talento individual poderia ser recompensado segundo um sistema complexo de “elos societários” chamados de falange, que agrupados formariam os “falanstérios” - união da palavra falange e monastérios (Konder, 1998:12). Seriam edifícios societários com uma arquitetura adequada à diversidade de setores e trabalhos voltados para se produzir em harmonia.

Para o autor, sob os “falanstérios”, o homem estaria livre de contradições e plenamente integrado com a sociedade. O desencadeamento pacífico das paixões humanas - e não o aspecto doutrinário e religioso do associacionismo - é a condição primeira e o aspecto revolucionário do seu pensamento. Propunha mudanças sociais sutis e transformações humanas profundas, através de uma leitura do real, mesclando a sátira ao racionalismo burguês com uma interpretação histórica e dialética, conforme o reconhecimento de Engels:

“Onde mais se eleva Fourier, entretanto, é no modo por que concebe a história da sociedade. Fourier divide toda a história em quatro fases ou etapas: o selvagismo, a barbárie, o patriarcado e a civilização, sendo que esta última, na sua opinião, coincide com a chamada sociedade burguesa atual e afirma que a

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

ordem civilizada exalta de modo complexo, duplamente perverso, equívoco e hipócrita, todos os vícios que a barbárie praticava em meio da maior simplicidade. Para ele, a civilização debate-se num círculo vicioso, num ciclo de antagonismos, que está engendrando e constantemente renovando, sem conseguir superá-lo, obtendo sempre justamente o contrário do que quer, ou, pelo mesmo finge querer conseguir. E assim deparamos, por exemplo, o fato de na civilização, a pobreza decorrer da própria abundância. Como se vê Fourier maneja a dialética com a mesma maestria de seu contemporâneo Hegel” (1976:226).

Os que empreenderam as teorias de Fourier fizeram adaptações, que consistiram em mudanças profundas em suas idéias. Os “falanstérios” de Fourier foram incorporados numa perspectiva socialista reformista, reduzindo-o inclusive a “pai incontestável da cooperação” (Poisson apud Konder, 1998:56), ou ainda como o principal teórico do cooperativismo. Além de “pai”, foi o “profeta e o precursor genial desse sistema econômico” (Gide apud Petitfils:1977;110). Uma posição contrária a estas opiniões pode ser encontrada nos especialistas em Fourier, segundo os quais a ligação existente entre seu pensamento e o cooperativismo ocorre de forma indireta, a partir das tentativas heterodoxas de implantação de “falanstérios” ou fazendas societárias em alguns países, inclusive no Brasil⁴.

3.1.4. Associações operárias

As lutas sociais propiciaram um grau de politização que transformava o que “os utópicos” chamavam de socialismo numa extensão da democracia política, e desdobrava teorias, até as mais idealistas, em considerações cada vez mais pragmáticas. Foram numerosos, na época, os socialistas que percorrem o caminho que vai do “utopismo ao realismo, e deste ao reformismo” (Petitfils, 1977:117)

⁴ Em 1841, um grupo de franceses tinha por objetivo fundar em Santa Catarina a “Colônia Industrial

Constantin Pecquer⁵, Willian King⁶, Philippe Buchez⁷, e Louis Blanc⁸ procuraram demonstrar a importância da associação operária, da cooperativa de consumo e de produção e a participação dos operários nos lucros das empresas –no que consiste a auto-administração dos ramos industriais. Concentrando-os, conforme Blanc, nas “oficinas sociais”. Estas idéias procuravam mostrar a capacidade de retirar do que havia de concreto e realizável nas diferentes doutrinas utópicas de sua época. Com isto, puderam antever a conduta do socialismo reformista, na qual somente o Estado democrático é capaz de impulsionar reformas, ou melhor, que “a conquista democrática do poder deve anteceder a transformação socialista da economia” (Petitfils 1977:119).

3.2. O “movimento cooperativo” adaptado ao modo de produção capitalista

A transformação nas relações de produção, que marca o século XIX, foi decorrente de um progresso técnico acelerado e denotou uma verdadeira revolução social. Num só golpe, a introdução da maquinaria, sob o domínio do capital, proporcionou mudanças profundas sobre as relações de trabalho⁹: “a máquina oferece à gerência a oportunidade de fazer por meios inteiramente mecânicos, aquilo que, anteriormente, fizera por meios organizacionais e disciplinares” (Braverman, 1987:167).

Este avanço dominador da maquinaria na indústria pode conduzir a uma apropriação da mão-de-obra que, por um lado, além de

“trabalhadores fabris, de manufatura e artesãos, que concentra em grande número num mesmo local e comanda diretamente, o capital põe em movimento, por meio de fios invisíveis, um grande exército de trabalhadores a domicílio, espalhados nas grandes cidades e pelo interior do país” (Marx, 1985:71).

⁵ Concebia a propriedade coletiva e a autogestão das indústrias, sob a “gerência do Estado”. (Cole, 1975a:182-183).

⁶ Para King, a organização da cooperativa de consumo é uma “simples etapa para a cooperativa de produção” e para a formação de uma sociedade cooperativista (Buber, 1986:84)

⁷ É considerado um dos precursores do cooperativismo operário de produção e iniciador da chamada “economia autônoma” ou “administração cooperativa”, via as associações como “armas de emancipação social e econômica” (Luz Filho, 1961:36-37).

⁸ Defensor da propriedade pública, combinada com a “direção da indústria pelos trabalhadores” e de um sistema parlamentarista democrático. (Cole, 1975a:179).

⁹ Conforme Arruda (1984:79), se em 1820 era necessário um trabalhador para acionar um tear, em 1880...

Apropriou-se ainda, da mão-de-obra feminina e infantil e conduziu a uma crise que assolou as camadas populares de forma violenta e, praticamente, “eliminou as distâncias entre a pobreza e a indigência” (Arruda,1984:83).

A reação da classe operária a este quadro de miséria foi um dos fatores decisivos para a revogação das leis que proibiam a formação de associações, favorecendo a saída da clandestinidade dos sindicatos e das cooperativas que gravitavam ao seu redor. Porém, o avanço das conquistas repercutiu muito lentamente, devido ao fato que,

“durante todo este período, digamos a partir de 1820, alguns grupos de trabalhadores, em certas partes da Inglaterra, caminhavam à frente e outros permaneciam atrás, freqüentemente, o novo e o velho eram encontrados dentro do mesmo movimento político, precariamente equilibrados” (Rudé apud Arruda,1984:88).

A “situação miserável da classe operária deve ser buscada no próprio sistema capitalista”, afirma Engels (1975b:123). E ainda, parafraseando este autor, se houve concessões à justiça, à filantropia e às greves, neste período, foram estes os meios utilizados pela empresa industrial, tendo em vista que

“Quanto maior era a empresa industrial e quanto mais numerosos os operários que empregava, tanto maiores os prejuízos que experimentava e as dificuldades comerciais com que esse defrontava, no caso de qualquer conflito com os operários” (Engels,1975b:123).

As conquistas operárias significaram a incorporação gradativa de algumas de suas reivindicações aos interesses dos industriais. Os anos de 1830 e 1848 foram marcados por duas grandes ondas de movimento cooperativista. Para melhor descrever este processo, em 1892 Engels aponta que não se deve estranhar que

“o progresso industrial da Inglaterra fosse tão gigantesco e insólito de tal modo que o nível de 1844 nos pareça, agora, relativamente insignificante e inteiramente primitivo. E à proporção que êsse progresso se realizava, a grande indústria adquiria uma aparência mais de acordo com as exigências da moralidade. A concorrência entre industriais, mediante pequenos roubos cometidos contra os operários, já não era vantajosa. As proporções dos negócios já tinham ultrapassado o marco desses processos mesquinhos de fazer dinheiro; o industrial milionário tinha diante de si problemas mais importantes, para perder tempo nesses pequenos subterfúgios, válidos ainda para gente miúda e sem dinheiro, obrigada a recolher cada vintém, a fim de manter-se à tona na luta contra os concorrentes. Assim desapareceu dos distritos industriais o chamado pagamento do trabalho em produtos (*truck system*) e foram aprovadas no parlamento a lei da jornada de dez horas e várias pequenas reformas” (1975b: 122-123).

3.2.1. Os Pioneiros de Rochdale

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Em 1844, na Travessa do Sapo (Toad Lane) em Rochdale, distrito de Lancashire, norte da Inglaterra, 28 tecelões, em greve, dentre eles alguns owenistas, resolveram organizar um armazém cooperativo de consumo, com um pouco de recurso obtido através de empréstimo do sindicato (Singer,2002:42). Durou até 1862 e pode ser identificada como a experiência cooperativa que proporcionou as condições necessárias para o “movimento cooperativista” expandir seus princípios, doutrinas e leis pelo mundo.

Os “pioneiros” foram no geral, socialistas owenistas que procuraram estabelecer seus princípios, em especial, acerca do controle democrático, da participação igualitária e da distribuição dos excedentes. A manutenção destes princípios tornou a cooperativa altamente subversiva, numa Inglaterra, cuja economia estava sedimentada no capitalismo liberal. Entretanto, esta fase inicial foi a mais “promissora”, pois neste período a cooperativa dos Pioneiros se constituiu numa “ilha cultural”, enquanto procurava estabelecer seus ideais educativos e intelectualmente (Fals Borba, 1973:350).

A partir de 1860, começaram a surgir contradições entre o ideal cooperativista e o empresarial. Em função destas, os Pioneiros começaram a implementar algumas decisões, demonstrando uma renúncia ao eixo owenista que sustentava seus princípios, segundo o qual os membros de uma cooperativa devem possuir um “ideal moral”, de organização de uma comunidade, passando longe do modo empresarial de obtenção de lucro, além de ser uma organização do trabalho preocupada com o bem-estar dos trabalhadores e sua classe social (Owen apud Fals Borba, 1975:351).

Os “movimentos cooperativos” de todo o mundo integram-se na Aliança Cooperativa Internacional (ACI), criada com a finalidade de unir os diferentes movimentos cooperativos dos países e de criar uma rede econômica internacional. Os princípios do cooperativismo seguem em geral, os estatutos dos Pioneiros de Rochdale, sofrendo atualizações mediante sucessivos Congressos Internacionais conforme quadro abaixo¹⁰:

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO		
Textos de Rochdale Estatuto de 1844 Modificação em 1845 e 1854	Congresso da ACI 1937	Congresso da ACI 1966
1 - Adesão livre	1 - Adesão livre	1 - Adesão livre (neutralidade social, política, religiosa e racial)
2-Gestão democrática	2 - Gestão democrática	2 - Gestão democrática
3 - Retorno "pro rata" das operações	3 - Retorno "pro rata" das operações	3 – Distribuição de sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa b) aos serviços comuns c) aos associados "pro rata" das operações
4 - Juros limitados ao capital	4-Juros limitados ao capital	4 - Taxa limitada de juros ao capital
5 - Vendas a dinheiro	5 - Vendas a dinheiro	5 - Constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral
6-Educação dos membros	6 - Desenvolvimento da educação em todos os níveis	6 - Ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional
7 - Cooperativização global	7 - Neutralidade política religiosa e racial	7 – Neutralidade política religiosa e racial

No congresso do centenário da Aliança Cooperativa Internacional - (ACI), em 1995, Manchester, Inglaterra, foram definidos os seguintes princípios:

1 - Adesão voluntária e livre

As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, ou de ordem social, racial, política e religiosa.

Este princípio oculta os antagonismos de classes, tendendo a privilegiar grupos com poder econômicos. Por exemplo, as cooperativas brasileiras foram implantadas por grandes fazendeiros e comerciantes.

2 - Gestão democrática pelos membros

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. As cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto) e as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

Cada associado tem direito a voto independente da sua posição ou do número de quotas-partes. O que não significa que este princípio, por si só, garanta a democracia interna da cooperativa, em alguns casos leva-se em conta a formação educativa e política de seus membros.

3 - Participação econômica dos membros

Os sócios contribuem eqüitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam esse capital democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades:

- a) Desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de fundos de reserva, parte dos quais, pelo menos, será indivisível;
- b) Benefício aos associados na proporção de suas operações com a cooperativa e;
- c) Apoio a outras atividades aprovadas em assembléia.

Para início de suas atividades os sócios incorporam um capital inicial, que será a sua quota-parte. Na medida em que vão se integrando no mercado há o desafio de equilibrar a capitalização dos recursos investidos com os benefícios aos associados.

4 - Autonomia e independência

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda-mútua, controladas pelos seus membros. Se estas firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem ao capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros, e

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

São as assembleias das cooperativas os órgãos máximos de sua representação e de sua autonomia frente ao Estado ou outras instituições, desobrigando a filiação em qualquer instância de representação oficial ou extra-oficial e a interferência de organismos externos, como é o caso da Organização das Cooperativas do Brasil – OCB (organização de representação oficial imposta pela Lei 5.764/71) ou do Conselho Monetário Nacional em relação às cooperativas de crédito (Rech, 2000:27).

5 - Educação, Formação e Informação

As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento de suas cooperativas. Informam ao público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

Conforme a legislação vigente, as cooperativas devem aplicar pelo menos, cinco por cento das sobras líquidas em educação, assistência técnica e social de seus associados e famílias, ao FATES: Fundo de Assistência Técnica e Educação Social (Cap. VII. Art.16. Lei 5.764/71).

6 - Cooperação entre cooperativas

As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao “movimento cooperativo”, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Atuar em conjunto com outras cooperativas buscando o fortalecimento interno e externo da comunidade.

7 - Interesse pela comunidade

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros.

Dependendo da cooperativa, pode ser instrumentos de apoio às reivindicações e mobilizações por políticas públicas fundamentais à comunidade num sentido local e nacional.

A passagem do utopismo às reformas, ou à revolução, culminou em profundas divergências no “movimento cooperativo” Desde 1910 com a

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

realização dos Congressos: da Aliança Cooperativa Internacional em Hamburgo e o da Internacional Socialista em Copenhague, não se pode considerar o movimento cooperativista como pertencente ideologicamente ao socialismo e a idéia de cooperação deixou de ser contrária à concorrência. As sociedades cooperativas passaram a ser consideradas como uma fórmula progressiva de desenvolvimento, adaptada aos lineamentos do liberalismo econômico. Com isto

“é óbvio que muitas cooperativas européias contemporâneas já não podem se classificar como cooperativas, mas como grandes negócios e empresas capitalistas nas quais já há uma limitada participação dos membros” (Fals Borba, 1973:352)¹¹

O cooperativismo sob o regime da livre concorrência, e ainda com o apoio do Estado, torna-se um meio útil de expansão do consumo, com redução de preços, e créditos a juros módicos.

3.2.2. *Schulze-Delitzsch e Raiffeisen*

Por volta de 1849, Herman Schulze, na cidade de Delitzsch na Alemanha, fundou cooperativas de crédito destinadas à classe média urbana, adotando o princípio de auxílio-mútuo, sem ajuda do Estado e de filantropos. O ganho é distribuído entre os associados sob a forma de dividendos e a responsabilidade se baseia na solidariedade entre os membros. Em 1847, Wilhelm Raiffeisen, também na Alemanha fundou cooperativas de crédito destinadas às necessidades dos agricultores. São chamadas de “caixas rurais”, admitem auxílio filantrópico, não distribuem as sobras, mas concedem empréstimos em longo prazo. Na verdade procuravam seguir a estrutura de um banco central.

Constituídas como uma forma de conciliação com o sistema capitalista, estes liberais alemães puderam inspirar outras cooperativas, especialmente as de crédito, como por exemplo, os Luzzatti¹² na Itália.

3.2.3. *“Escola de Nimes”*

¹¹ Traduzido por CP e Célia Motta..

¹² Luigi Luzzatti, em 1864, chamava as cooperativas de crédito de “Bancos populares” que se orientavam pelas experiências de Schulze-Delitzsch, mas apresentavam algumas modificações, como: aceitação de auxílio estatal; concessão de empréstimos; não remuneração dos administradores, a exigência de uma irrestrita idoneidade moral dos participantes. Destacamos, ainda, as cooperativas de Wilhelm Haas (Alemanha) e Wollemborg (Itália), que representavam uma transição entre as Raiffeisen e Schulze-Delitzsch. Admitiam a

Ao se transformar em empresas comerciais ou bancárias, as cooperativas “ocultaram sua origem socialista, falsificando seu significado e anulando definitivamente seu potencial revolucionário” (Fals Borba,1973:353). Nesta forma converteram-se em simples mecanismos para ajuste ou correção do sistema, ou melhor,

“O sistema cooperativo é capaz de adaptar-se às diversas formas de economia e de realizar importantes funções em todas elas, corrigir defeitos, reparar erros e servir constantemente como um útil contrapeso nas atividades de produções, distribuição e consumo; tudo depende do critério cooperativista que impere entre os grupos sociais que detenham o poder” (Gide apud Fals Borda, 1973:353)¹³.

O francês, Charles Gide, foi o liberal que melhor preparou e sistematizou as doutrinas cooperativistas originárias da Inglaterra e da Alemanha. Em conjunto com Auguste Fabre e Edouard Boyve, organizou, a partir de 1885, em Nimes, sul da França - centro do “movimento cooperativo” doutrinário - a “Sociedade de Economia Popular”, ou a chamada “Escola de Nimes”. As idéias desenvolvidas nesta escola versavam sobre a possibilidade de eliminar, “através do cooperativismo, a luta de classes, o conflito entre capital e o trabalho, a condenação do regime do ‘salarizado’ em nome da justiça e da solidariedade humana” (Pinho, 1966a:34), traçando, desta forma, as linhas gerais da doutrina cooperativista.

Nas primeiras décadas do século XX, autores como Georges Fauquet, consideravam as idéias de Charles Gide demasiadamente idealistas, procurando inserir o cooperativismo como um setor da economia. Assim, para Bernard Lavergne o cooperativismo está destinado a ser uma “terceira via”, introduzindo os princípios cooperativistas, no campo do direito público pois, até então, as cooperativas eram consideradas associações de direito privado.

Na tentativa de “aproximar o cooperativismo do socialismo”, em clara oposição a Gide, Ernest Poisson direcionou sua perspectiva para “soberania do consumidor e do produtor” procurando encontrar meios de demonstrar que “não há incompatibilidade entre marxismo e cooperativismo”, conduzindo a uma “república cooperativa” (Pinho, 1966b: 32-42).

Assim como estes, outros professores e estudiosos¹⁴ do cooperativismo se incorporaram à Escola de Nimes e fundamentaram suas idéias na perspectiva de utilizar as associações e as cooperativas com fins predominantemente econômicos.

¹³ Traduzido por CP e Célia Motta.

¹⁴ O mesmo autor também desenvolveu a doutrina do cooperativismo em Portugal, ver Pinho, 1966b: 40.

4. O cooperativismo como instrumento de luta para a superação do capitalismo

A dinâmica do modo de produção capitalista desenvolve ininterruptamente a produtividade do trabalho, renovando as condições materiais e desenvolvendo as forças produtivas. Desenvolver condições para que cada um receba segundo suas necessidades, não é o objetivo fundante da reprodução desta dinâmica, mas sim a concentração de renda e a maximização cada vez maior de lucro, de maneira que, não se produz riqueza para todos, mas miséria para a maioria.

As relações de produção capitalistas determinam uma contradição essencial,

“entre a produção social e a apropriação capitalista (que) reveste a forma de antagonismo entre o proletário e a burguesia;

A anarquia da produção social sai à luz e se aguça cada vez mais. Mas o instrumento principal com que o modo de produção capitalista fomenta essa anarquia na produção social é precisamente o inverso da anarquia: a crescente organização da produção com caráter social, dentro de cada estabelecimento de produção, põe fim à velha estabilidade pacífica. Onde se apodera da indústria artesanal, ela destrói e aniquila. O terreno de trabalho transforma-se num campo de batalha” (Engels, 1975a:49)

A socialização no processo produtivo pode promover uma socialização da distribuição da renda e inclusive da propriedade, e isto não ocorre sem luta social. Os partidos social-democratas retiraram desta noção o “principal método para a consecução dos objetivos sociais, consistindo, na primeira tarefa a ser levada a cabo após a conquista do poder”. A capacidade de socialização no processo produtivo foi o argumento econômico necessário para fundamentar a possível “correção” das injustiças e das irracionalidades operadas sob o sistema capitalista. O que se revela é uma tentativa de combinar a lógica de reprodução do capital com o “controle dos produtores imediatos sobre suas próprias atividades”. Obviamente, “o controle direto de determinadas empresas pelos produtores imediatos não remove o antagonismo entre produtores e consumidores” (Przeworski, 1991:50).

É constitutivo das relações de produção capitalista desenvolver suas forças produtivas. Neste sentido, as condições materiais em que homens e mulheres produzem, reproduzem, se inter-relacionam e, fundamentalmente aquilo em que passam a acreditar é efeito de um processo de sua organização social, política e ideológica. As classes

“são formadas no decorrer de lutas, essas lutas são estruturadas por condições econômicas, políticas e ideológicas sob as quais ocorrem, e que essas condições

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

prática de movimentos que procuram organizar os operários em uma classe” (Przeworski,1991:89).

Sob a reprodução deste modo de produção é importante destacar dois processos distintos: “o do funcionamento reprodutivo de um modo de produção, que se dá entre limites que não colocam em causa sua estrutura, e o da transição de um modo de produção a outro que tem por objeto a transformação da estrutura” (Martorano, 2002:60). Na primeira perspectiva, as formas diversificadas de organização do trabalho e da produção pressupõem relações capitalistas que podem no máximo impor limites ao seu desenvolvimento. O processo de transição de um modo de produção a outro “prevê inicialmente o desenvolvimento das forças produtivas, e é precisamente na transição que novas relações de produção dão um novo impulso às forças produtivas” (Martorano, 2002:62).

É neste impulso desenfreado que a sociedade burguesa se desenvolveu e vem exprimindo, em graus variados, “as categorias de todas as formas de sociedades desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acham edificadas” (Marx, 1986b:17).

Na produção capitalista, as cooperativas aparecem como uma forma essencialmente contraditória. Internamente, como os trabalhadores são responsáveis pela produção coletiva, nega o processo de exploração da força de trabalho mas, por se encerrarem na lógica da concorrência, permanecem, portanto, sujeitas ao processo de acumulação do capital. Para algumas tendências do movimento operário, as cooperativas podem se constituir como uma possível forma econômica de transição para o socialismo.

Engels constata a importância de Owen ao implantar, como medida de transição para uma sociedade comunista, dois organismos:

“as cooperativas de consumo e de produção, que, pelo menos, mostram praticamente a inutilidade do comerciante e do fabricante, e os bazares operários, estabelecimentos em que se trocavam os produtos do trabalho por bônus de trabalho, que fazem as vezes do papel-moeda e cuja unidade é a hora de trabalho despendido” (Engels, 1976:229).

Como a articulação destes “organismos” não está isenta da subordinação às relações capitalistas, “estes estabelecimentos”, citados acima, “estão fadados ao fracasso”. Mas, se concebidos como formas sociais de produção e tendo agregado um nível de desenvolvimento das forças produtivas,

“superam os bancos proudhonianos de intercâmbio, muito posteriores, diferenciando-se desses principalmente porque não pretendem servir de panacéia universal para todos os males sociais, mas são pura e simplesmente, um primeiro passo para a transformação radical da sociedade” (Engels, 1976:229).

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

As coligações exerceram um papel fundamental na formação das condições “históricas elementares de constituição da classe trabalhadora e de sua solidariedade de classe” (Fernandes, 1984:38). Marx, ao criticar o posicionamento de Proudhon frente às coligações, demonstra que é nas práticas reais da classe operária, e não nos conhecimentos “abstratos nem nas convicções utópicas ou humanitárias, que a consciência histórica da classe do proletariado se desenvolve” (Marx, 1989:158).

As coalizões operárias proporcionavam a formação de associações e de cooperativas e, deste modo, possuíam um caráter político e de resistência, tendo em vista que,

“A formação destas greves, coligações e *trade unions* se desenrolou simultaneamente com as lutas políticas dos trabalhadores.

É sob a forma de coligações que sempre ocorrem as primeiras tentativas dos trabalhadores para se associarem entre si.

A manutenção do salário, esse interesse comum que elas têm contra o seu patrão, as reúne num mesmo pensamento de resistência - coligação” (Marx,1989:158-159).

Sob a interpretação sócio-histórica da realidade, o significado de luta de classes se amplia para além dos manuais e doutrinas, e permite vislumbrar que o resultado destas não está no “êxito imediato, mas na união cada vez mais ampla dos trabalhadores” (Marx e Engels, 1998:16).

4.1. Por meio de reformas

Proudhon previa uma reforma social baseada no “coletivismo pluralista” como a única saída para superar as crises do capitalismo. Este coletivismo recorreria a um equilíbrio entre “o Estado - pela propriedade socializada e mutualista - e a Sociedade econômica organizada em bases de autogestão operária” (Gurvitch,1980:95)

As formulações de tais premissas se encontram no plano da produção teórica de sua época. Isto significa dizer que se encontram no quadro das teorias socialistas utópicas, as quais, ao formularem “ciências e sistemas” para amenizar os sofrimentos das classes oprimidas, vêm na miséria somente a miséria. Há uma proposição crítica da realidade, mas que se estabelece numa perspectiva ideal. A história, para Proudhon, se constitui por encadeamentos de idéias sucessivas que se articulam dialeticamente no plano da razão, tendendo a dizer que tudo tem o seu lado bom e o seu lado mau! O lado bom das “relações econômicas é o que afirma a igualdade; o lado mau é o que nega e afirma a desigualdade”, ou seja, a miséria ora denunciada pelos socialistas. O ideal de Proudhon está na igualdade. Como a história, segundo este, é previda por um

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

trabalho, o crédito, a fábrica, todas as relações econômicas foram inventadas apenas em proveito da igualdade e, no entanto, sempre acabaram se voltando contra ela” (1989:114)

A busca do ideal de igualdade de Proudhon tende a retirar o caráter de luta sociais na formação de associações e cooperativas. Deste modo, estes diferentes agrupamentos seriam fruto de ações espontâneas vinculadas ao pragmatismo do trabalho e capazes de estabelecer entre si relações de equilíbrio e de autonomia.

Proudhon introduz ao socialismo uma interpretação - a partir da noção de federalismo e de mutualismo - baseada na liberdade, justiça e igualdade como fontes importantes para equilibrar os antagonismos de classe. Evidencia-se nestas noções e na premissa do movimento sucessivo - uma espécie de andaimes - de seu pensamento, a idéia de que

“o povo devido à sua própria inferioridade e à sua miséria, formará sempre o exército da liberdade e do progresso. O que ele procura não é uma ponderação de forças, das quais não sabe fazer. O povo olhando como justo tudo o que julga ser-lhe útil, tendo em conta que ele é o povo, ri-se das formalidades, não faz caso algum das condições impostas aos depositários do poder. Ao sistema condenado sucederá, graças ao movimento das gerações esquecidas, mas rejuvenescidas, uma nova transação e isto continuará até que a razão coletiva tenha descoberto o meio de dominar os dois princípios (autoridade e liberdade) e de equilibrar a sociedade pela própria regularização dos seus antagonismos” (Proudhon, 2001;73-76).

Apologista da moral, da família e da cooperação, prevê a formação de uma nova sociedade como um desenvolvimento espontâneo, natural e necessário. Se a miséria é destruidora, um mau na sociedade, é necessário encontrar elementos dignificadores na própria pobreza, porque é daí que irão surgir soluções de justiça e de progresso. Com isto, tomou dos “economistas, a necessidade de relações eternas, e dos socialistas, a ilusão de ver na miséria apenas a miséria”. Destoando da noção de que a “ciência é produzida pelo movimento histórico e que se vincula a ele com pleno conhecimento de causa, deixa de ser doutrinária e se torna revolucionária” (Marx,1989:119).

4.2. Cooperativismo e socialismo

Enquanto forma de organização dos trabalhadores capaz de articular a luta política e econômica, as associações e as cooperativas revelaram sua importância, em 28 de setembro de 1864, no manifesto inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. Redigido por Karl Marx, destaca a importância do “movimento cooperativo” e das fábricas

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

trabalhadores, como parte de um processo de reorganização dos trabalhadores após as derrotas transcorridas após 1848. Tal pressão culminou na redução da jornada de trabalho para dez horas.

A promulgação dessa lei pôde demonstrar que não foi um “triunfo prático mas um triunfo de princípio”, pois pela primeira vez a economia da classe operária derrotou, em pleno dia, a economia política do trabalho. O triunfo completo se consolidaria sobre a economia política da propriedade, e o “movimento cooperativo” pôde comprovar na prática que uma produção em escala era possível sem que os meios de produção estivessem nas mãos de um capitalista. E ainda, que o “trabalho sob as formas de emprego assalariado, de trabalho servil e de trabalho escravo é somente uma forma transitória e inferior destinada a desaparecer ante o trabalho associado” (Marx, 1983b:11).

Em 1866, Marx redigiu as resoluções da assembléia, da Primeira Internacional Comunista sobre o trabalho cooperativo e, resumidamente, reconhece que:

1. O “movimento cooperativo” é uma das forças transformadoras da sociedade baseada em antagonismos de classe; que seu grande mérito é mostrar que a cooperação subordinada do capital, causadora da miséria da classe operária, pode ser superada pela “associação de produtores livres e iguais”;
2. Ao se elaborar por esforços privados dos “escravos assalariados” o sistema cooperativo, por si só, nunca irá transformar a sociedade capitalista. Para converter a produção social num sistema amplo de trabalho livre e cooperativo são requeridas mudanças das condições gerais da sociedade, que nunca serão realizadas a não ser pela transferência do poder do Estado capitalista para os próprios produtores;
3. Que os operários invistam mais na criação e manutenção de cooperativas de produção do que de consumo, porque aquelas subvertem o capitalismo em sua base, ao passo que o consumo só o afeta na superfície;

4. Que as sociedades cooperativas invistam na propaganda de seus princípios promovendo o estabelecimento de novas fábricas cooperativas;
5. Para evitar que se degenerem em vulgares companhias por ações da classe média, todos os sócios devem receber igualmente e aos acionistas estabelecer uma taxa de lucro baixa (Marx, 1983a:84-85).

Transcorridos dez anos da Primeira Internacional, na *Crítica ao Programa de Gotha* (crítica ao Programa do Partido Operário Alemão), e diretamente a Lassalle¹⁵, Marx expõe as incongruências deste programa, especialmente quanto às propostas do partido sobre as cooperativas.

Desde as origens de sua formação, o “movimento cooperativo” delineava uma certa independência do movimento operário. Após 1848, o socialismo associacionista já se constituía como sinônimo de cooperativismo adaptado ao liberalismo econômico, a partir da expansão dos Pioneiros pela Europa, sob a influência de Owen, Fourier, Louis Blanc, Buchez e Charles Gide.

A crítica a Lassalle constituiu a principal manifestação de que os princípios fundamentais, reunidos na organização das cooperativas pelos próprios trabalhadores, demonstravam os sinais de suas profundas “deformações” (Fals Borba, 1973).

Algumas das concepções do programa do Partido Operário Alemão podem ser destacadas para demonstrar como se sustentava a proposta de criar associações e cooperativas como meio necessário para solucionar o problema social.

O igualitarismo se faz presente, no programa do partido, no sentido de que todos os membros numa sociedade comunista devem receber, de forma eqüitativa o fruto do trabalho, sendo este, a fonte de toda a riqueza.

¹⁵ “Ferdinand Lassalle (1825-1864) compreendia que a burguesia alemã era incapaz de uma luta revolucionária séria, e embebido de uma boa dose de nacionalismo alemão, deixou de apoiar os liberais e negociou com Bismarck, na vã esperança de alcançar, através dele e da monarquia, os dois grandes objetivos que apresentara ao movimento dos trabalhadores em sua ‘Carta Aberta’, ou manifesto, de fevereiro de 1863. Um desses objetivos era o sufrágio universal para democratizar o Estado; o outro era tornar o Estado Um participante ativo na mudança social, assegurando créditos às cooperativas de trabalhadores através das quais a economia seria aos poucos socializada”(Bottomore, 1988:210-211). Embora tivesse apenas 4610 membros quando Lassalle morreu, esta prática cresceu continuamente e segundo J.H.Jackson, “mostrou que o despertar do

Tal formulação é concebida no interior da esfera da distribuição, vislumbrada como independente da esfera da produção capitalista.

Marx, no principal de seus raros esboços de uma sociedade comunista, fez uma crítica profunda ao igualitarismo. Para igual participação no fundo social de consumo, uns obteriam mais que os outros e, portanto, “o direito não teria que ser igual, mas desigual”. Cada qual segundo suas necessidades, seria o resultado da desapareição da divisão do trabalho; da distinção entre o trabalho intelectual e manual; do trabalho como primeira necessidade vital; do desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos; do crescimento das forças produtivas e da riqueza coletiva (Marx, 1975:237).

Dentre as propostas do Partido Operário Alemão, a menção às cooperativas se encontrava como meio para solucionar o problema social, com a ajuda do Estado e sob o controle democrático do povo trabalhador, e que delas pudesse surgir uma organização socialista de todo o trabalho (Programa do Partido Operário apud Marx, 1975:237).

Marx, ao fazer a crítica a este enunciado, destaca que: a organização socialista é resultado de um processo revolucionário; o conceito de “povo trabalhador” não é consistente para definir a composição da classe trabalhadora que, na Alemanha, consistia numa maioria de camponeses e não de proletários, naquele período; na noção de democracia, apontada no Programa, não está adequada a noção de governo do “povo trabalhador”, porque este nem está no poder e nem se acha maduro para governar; o programa adequou as “receitas” dos socialistas franceses e abandonou o ponto de vista do movimento de classes, para “retroceder ao movimento de seitas”; se os operários

“optam por trabalhar coletivamente, na sua casa e numa escala nacional, isto nada em a ver com a formação de cooperativas com a ajuda do Estado porque, as sociedades cooperativas **só** têm valor na medida que forem organizadas pelos próprios trabalhadores, sem estar vinculadas ao Estado e a burguesia” (Marx, 1975, 237-238 grifos do autor).

Tradição herdada de Lassalle, a social-democracia adquiriu um caráter revisionista das obras de Marx, a partir de Eduardo Bernstein, nos últimos anos do século XIX. Para este autor, o socialismo não se constituía por uma

“necessidade histórica definida na materialidade das relações econômicas do capitalismo. E, diante de sua ‘adaptabilidade’ sua natureza poderia ser deduzível de uma fundamentação ética e valorativa. A realização do socialismo dar-se-ia, então, por meio da instrumentalização de instituições presentes no próprio seio da ordem do capital, particularmente o sindicato e a cooperativa” (Del Roio, 2000:85)

Rosa Luxemburgo demonstrou que as propostas de Bernstein promoviam uma ruptura entre a luta por reformas sociais e a luta pela

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

revolução socialista, tendo em vista que as argumentações desta teoria se fundamentavam num programa idealista, ou melhor,

“o método bernsteiniano consiste em combater o modo de repartição capitalista, na esperança de conseguir estabelecer progressivamente, por este meio, o modo de produção socialista.

a transformação socialista é para ele o efeito e não a causa da repartição (capitalista). Portanto, não pode o seu socialismo ter uma base econômica. Depois de ter invertido completamente as finalidades e meios do socialismo e, por conseguinte, suas condições econômicas, Bernstein não pode dar ao seu programa uma base materialista; é obrigado, por conseguinte, a construir uma base idealista”(Luxemburgo, 1999:86)

Seguindo os passos do idealismo de Bernstein, Rosa demonstrou as incongruências de cada um deles. E, no que se refere às cooperativas de produção, há uma clara apreensão do que elas representam para o sistema capitalista. São “seres híbridos” porque, de dentro da economia capitalista, são capazes de produzir de forma “socializada”, mas estabelecem a troca de forma capitalista. Se a troca capitalista domina a produção, por sua vez domina também o processo produtivo nos patamares de empresa capitalista. Tal forma “socializada” de produzir ocorre pela “necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho, de empregar ou não conforme a situação do mercado de trabalho”. Resulta daí que os operários, na condição de governarem-se a si mesmos, vejam-se no papel absolutista de patrão capitalista. É sob esta contradição que as cooperativas de produção “morrem” (Luxemburgo, 1999:80-81). Para enfatizar o caráter contraditório das cooperativas de produção, Rosa cita textualmente Marx:

“As fábricas cooperativas de operários são em si mesmas, nos quadros da forma antiga, a primeira ruptura dessa forma antiga, se bem sejam forçadas, naturalmente, a reproduzir em tudo, na sua verdadeira organização todos os defeitos do sistema existente” (Marx, *O Capital*, tomo III, apud Luxemburgo, 1999:81).

A forma de contornar a reprodução destes defeitos para assegurar sua existência no interior da economia capitalista está relacionada à existência de um mercado, um círculo constante de consumidores. Sob estas condições, as cooperativas de consumo são capazes de ampliar sua base, enquanto as de produção ficam limitadas ao mercado local, de preferência de produtos alimentícios, e acabam por constituírem em anexos das de consumo. Levando em conta seu caráter híbrido,

“as cooperativas de produção não podem ser consideradas uma reforma social geral, pela simples razão de pressupor a sua realização geral, antes de tudo, a supressão do mercado mundial e a dissolução da economia mundial atual em pequenos grupos locais de produção e de troca, constituindo no fundo, por conseguinte, um retrocesso da economia do grande capitalismo à economia mercantil da Idade Média” (Luxemburgo, 1999:82-83).

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Deste modo, a realização destas cooperativas (de produção ou de consumo) se estabelece, nos limites das lutas internas por melhores mercados consumidores; reduzindo a luta contra o capital numa luta contra os pequenos ramos do capitalismo.

As cooperativas apresentam, nesta perspectiva, uma importância limitada na transformação das estruturas sociais – mas devem ser instrumento para isto e não um fim em si. Ao se tornarem um meio e um fim, os seus protagonistas concedem às suas conquistas imediatas uma grande realização, sem considerar estas como produto de relações de produção estabelecidas entre classes sociais antagônicas.

Estas formas de organização coletiva se constituem como formas de inserção de pessoas no sistema de produção capitalista e, deste modo, sob a crítica de Luxemburgo, “o processo de formação destas coletividades já está moldado pela estrutura do Estado burguês” (Przeworski, 1991:92-93).

4.3. Por meio de lutas revolucionárias

Lênin destacou que a cooperação possui uma importância excepcional para o país em que o poder político e os meios de produção se concentrassem nas mãos da classe operária (1980:657).

A política econômica desenvolvida, a partir de 1920 na União Soviética, foi decorrente da concentração de esforços de Lênin no planejamento do futuro da revolução socialista. Lênin estudou e ditou inúmeras notas, cartas e artigos sobre diversas questões relacionadas às cooperativas. As formas de cooperação agrícolas predominantes foram as comunas¹⁶. Para além de uma perspectiva idealista, social-democrata, ou ainda dos planos fantásticos para se construir o socialismo, para Lênin a “cooperação é aprender na prática a construir o socialismo de modo tal que cada pequeno camponês participe dela” (Lênin, 1988:340).

Em todos os seus discursos, Lênin enfatizou que a importância da transformação socialista das relações de produção deve ser obra dos próprios camponeses; que o Estado soviético estaria à disposição de conceder todo o apoio financeiro às cooperativas, além de promover a participação livre do camponês, combinando a ação revolucionária, empreendida em 1917, com o desenvolvimento de uma habilidade culta e eficiente, que basta para ser um bom cooperativista. Para isto, era

¹⁶ Na URSS a empresa agrícola estatal: *sovkhos* e a *cooperativa-kolkhoziana* possuía três principais formas de exploração agrícola: *Comuna agrícola*: os meios de produção e os bens de consumo são comuns; *Artel agrícola*: os meios de produção são comuns e o *toz*: os instrumentos de trabalho são comuns. O *kolkhoz* é uma associação cooperativa de camponeses (C...

necessário um período de desenvolvimento cultural de todo o povo, proporcionando uma inversão e uma combinação de fatores no sentido de identificar a cooperação como parte de uma

“mudança radical que antes púnhamos o acento fundamental, e assim tinha que ser, na luta política, na revolução, na conquista do poder, etc. Agora, o acento muda e se transfere para o trabalho pacífico, organizativo, “cultural”. Diria que o trabalho desloca-se para o trabalho educativo, o acento de nosso trabalho se desloca para a educação” (Lênin, 1988:345)

E acrescenta:

“Se pudermos agrupá-los (os camponeses) todos em cooperativas, nós nos firmaremos sobre os dois pés no terreno socialista” (Lênin apud Bettelheim, 1979:440)

As propostas de Lênin repercutiram em muitas das resoluções do partido bolchevique, sob as quais se acentuava o desenvolvimento da cooperação como meio de permitir aos camponeses pobres aumentar sua produção e suas vendas limitando o poder dos *kulaks*¹⁷. Tais resoluções solicitavam que as cooperativas se encarregassem da transformação e do escoamento dos produtos agrícolas e do fornecimento de meios de produção às massas camponesas. Apelavam igualmente para que “as cooperativas favorecessem todas as formas possíveis de desenvolvimento do trabalho coletivo do solo” (Bettelheim, 1983:107-108).

A ampliação da noção de cooperação não se baseou somente no papel da propriedade jurídica dos meios de produção, mas no desenvolvimento de relações sociais de produção socialistas no interior de um Estado do proletariado. Deste modo, não se discute somente o caráter de transição. A cooperação em si, neste Estado, seria uma condição intermediária ao comunismo, pois permitiria igualmente o desenvolvimento de relações econômicas socialistas.

De fato, apesar da existência dessas resoluções e dos textos de Lênin sobre o papel das cooperativas - em particular para a passagem da pequena economia à grande produção na base da associação voluntária - o desenvolvimento das cooperativas não foi sustentado pelo Estado soviético com todo vigor necessário (Bettelheim, 1983:108).

A partir de 1925 a situação das cooperativas se modificou e o que prevaleceu foi uma insuficiente atenção às necessidades dos camponeses pobres e médios. Os fundos colocados pelo Estado à disposição das cooperativas, para serem especialmente emprestados aos camponeses pobres, permaneceram inutilizados, ou ainda, freados pelo controle burocrático dos soviets (Bettelheim, 1983:109).

¹⁷ O

Na China, o sistema de predominante no setor de produção foi a comuna tendo uma característica mais autônoma que na URSS. Em lugar de priorizar grandes estruturas produtivas, voltaram-se para multiplicar bases produtivas menores, que pudessem ser gerenciadas nas localidades.

Em Israel, as cooperativas de produção – *kibutz* - são uma síntese das aspirações sociais e nacionais do movimento sionista, das exigências da imigração e colonização judaica da Palestina, e de objetivos político-militares de afiançamento do Estado Israelita. O *kibutz* é uma comunidade agrícola, onde a produção e o consumo são coletivizados. A propriedade de todos os meios de produção é coletiva, excluindo-se a terra que é propriedade do Fundo Nacional Judeu. A originalidade do *kibutz*, como forma associativa de produção advém, principalmente, de suas características quanto à vida comunitária. “Todo membro é obrigado a cumprir as instruções da assembléia geral, do comitê de direção e dos funcionários designados pelo *kibutz*” (Bulgarelli, 1966:91).

5. Algumas considerações sobre o cooperativismo na América Latina

As cooperativas de consumo se integraram mais facilmente à dinâmica orientada pelo mercado capitalista¹⁸, enquanto as de produção puderam demonstrar que se, por um lado, transformam-se efetivamente em empresas capitalistas, por outro, possuem uma potencialidade “perigosa e subversiva”, caso sua organização se redirecione na perspectiva de transformações estruturais.

O ideal cooperativo subsiste e vem sendo incorporado, tanto nos projetos sociais dos governos de diversos países, como também nos movimentos sociais organizados pela classe trabalhadora. Se, para o primeiro, as mudanças operadas pelas cooperativas devem manter-se dentro de certos limites e satisfazer algumas necessidades imediatas, para o segundo, as cooperativas tendem a se evoluir em “instrumentos necessários para a ‘revolução pacífica’, que na atualidade é oficialmente

¹⁸ Todavia, como observa Mattick, a ampla rede de cooperativas de consumo na Rússia, forneceu

considerada como essencial para evitar a alternativa de uma revolução 'violenta' e 'destrutiva'" (Fals Borba: 1973:345).

Cabe sinalizar que a evolução das cooperativas de consumo em relação às de produção refletiu de certo modo,

"a oposição entre o movimento sindicalista e o movimento socialista. As cooperativas de consumo integravam membros de todas as classes e procuravam acesso a todos os mercados. No entanto, o mercado das cooperativas de produtores era tão limitado quanto a sua produção, e elas não podiam agrupar-se em unidades maiores sem que perdessem o auto-governo que era a razão de sua existência" (Pannekoek;1976:12-13)

As cooperativas de consumo tendem a viabilizar um cooperativismo adaptado aos lineamentos econômicos do modo de produção capitalista, como meio de responder e de atenuar os efeitos das crises econômicas¹⁹, e as de produção colocam em questão o controle operário do processo produtivo, o que permite apontar que não é a diferença essencial, mas a divisão entre elas que propiciou uma diferenciação entre o movimento "sindicalista revolucionário e o movimento socialista" (Pannekoek:1976;13).

As cooperativas de consumo dos Pioneiros de Rochdale e, das de crédito, do tipo Raiffeisen, propagadas pela Europa revelaram sua importância dentro dos marcos do desenvolvimento econômico de algumas formações sociais. E ainda, após décadas de experiências, os princípios que nortearam a formação destas, serviram de base para a regulamentação de leis, as quais transformou-se numa espécie de princípio universal que rege, até a atualidade, o cooperativismo em escala internacional.

Desde 1946, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), tem a função de salvaguardar os valores e princípios cooperativos na promoção do desenvolvimento das relações econômicas. A ACI para as Américas, desde 1990, vem se convertendo numa das mais importantes organizações não governamentais para o desenvolvimento de cooperativas. Agregam 69 organizações nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, El Salvador, Estados Unidos, Haiti, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

A formação do cooperativismo demonstra, conforme Fals Borba, a manifestação progressiva de uma "decantação da utopia"²⁰, processo pelo qual os ideais utópicos, ao se acondicionarem na dinâmica que envolve a

¹⁹ É no período das crises econômicas que se verificam as campanhas mais importantes para a promoção do movimento cooperativo. Por exemplo, entre 1927 e 1936 e após a Segunda Guerra Mundial (no final da década de 1940). Destaca-se o caso da Colômbia, (entre 1948 e 1957), período de intensos conflitos no campo, e, nos anos 1960 sob o forte impacto da Revolução Cubana.(Fals Borba, 1973:345).

²⁰ Ao discorrer sobre esta formulação teórica, o autor cita sua obra: *Subversion and social change*. New York: Random House, Columbia University Press, 1969, pp. 9-10. Karl Mannheim, *Ideologia e método*.

amplitude das relações sociais no interior de uma realidade sócio-histórica, tendem a se adaptar ou a se transformar, ocasionado uma perda de seus principais significados, diluindo seus objetivos originais e revelando uma inconsistência atual em relação a sua origem (1973:350).

O campo da literatura econômica e jurídica²¹ pode servir de exemplo para o caráter adaptativo e “deformado” do cooperativismo. Define-se como setor da economia e com a função de “equilibrar e moralizar o capitalismo”, de “servir de corretivo num regime de livre concorrência”, e ainda; “não podendo ser considerado, como um instrumento comunizante ou socialista”. E, não destoante destas formulações, é comum identificar o cooperativismo como um meio importante para se “corrigir as distorções do capitalismo”. Na verdade, dentro destas premissas, às cooperativas é colocado como objetivo primeiro “a realização do lucro, pelo individualismo, pela competitividade e acumulação do capital” (Alves, 1999:98).

O cooperativismo vem se expandindo internacionalmente e, em moldes paternalistas e autoritários, bem como de forma imitativa aos modelos europeus mais avançados.

Nas cooperativas do século XX, os ideais utopistas já se encontravam “decantados”, e os princípios de Rochdale se articulavam de forma não adequada às condições latino-americanas: como por exemplo: o controle democrático se debilitava pelas características autoritárias da sociedade; a distribuição dos excedentes fortalecia o instinto lucrativo dos membros criando um grupo privilegiado; a neutralidade política e religiosa foi destruída pelas tensões políticas e sociais e o impulso a educação era igualmente ilusório (Fals Borba, 1973:356-358).

Os princípios do cooperativismo trouxeram para a América Latina uma nova forma de organização do trabalho, revestida da chamada modernização, com o intuito de fortalecer as estruturas sociais e econômicas existentes²². Este movimento cooperativista veio estimular a perpetuação dos padrões de domínio e exploração nas regiões menos desenvolvidas e está longe de colocar um desafio a eles. Demonstra uma tendência a moldar os princípios de Rochdale, em momentos de crise, como instrumento de ajuste econômico, não objetivando remediar a miséria. Com forte conteúdo autoritário, tem procurado pacificar e restaurar a estabilidade social refreando o potencial de transformação social do qual é constituído.

²¹ Guitton, Henri; Frank, Walmor apud Rios Nascimento (2000:10-12)

²² As cooperativas de estilo europeu que melhor se adaptaram foram àquelas estabelecidas por imigrantes europeus no sul do Brasil e algumas regiões da Argentina. (Emilio Willems apud Borba 1973:357).

Neste sentido, para os que defendem²³ o cooperativismo como movimento social, a potencialidade de transformação social lhe é constitutiva, através do estímulo à formação de cooperativas adequadas às condições sócio-históricas de cada região. Sem perder de vista os “dados históricos e as análises do processo de formação e deformação da política cooperativista na América Latina” (Fals Borba, 1973: 368-369) os países latino-americanos podem desenvolver um “movimento cooperativo” de novo tipo e capaz de reunir condições para reagir contra os atuais efeitos das contradições econômicas e sociais mais amplas.

No Peru podem ser destacadas, no início do século XX, as obras do marxista peruano José Carlos Mariátegui²⁴. Ressaltamos, entretanto, o período do governo militar de Velasco Alvarado neste país, iniciado em 1968, levando ao poder um regime militar “reformista” que expropriou as grandes concentrações de terras para o estabelecimento de cooperativas de produção agrícola controladas por generais e coronéis. Uma vez no poder, os militares pensaram que expropriando os latifundiários e organizando os camponeses sem terras em cooperativas, “apagariam os fogos revolucionários, melhorariam a condição dos camponeses, assegurariam sua lealdade e estabeleceriam no setor agrícola um processo de desenvolvimento” (Petras, 1981:255). A confederação de camponeses peruanos proporcionou o aprofundamento dos conflitos surgidos dentro das cooperativas, entre os líderes burocráticos e os camponeses. As ações dos camponeses aliadas às crises institucionais no país conduziram à derrota de Velasco. Em um aparente paradoxo, o movimento camponês tomou as cooperativas e as transformou em instituições privadas. A mudança das cooperativas estatais em privadas não significa, segundo Petras, nenhum apego ao mercado ou a propriedade privada. Mas, a resposta racional dos camponeses em destruir as restrições impostas por um Estado “insensível, explorador, cujas políticas não satisfaziam suas necessidades mais essenciais” (1981:265).

No Chile no governo de Salvador Allende, durante a crise de outubro de 1972, surgiram diversas práticas de autogestão, marcando um grande período de mobilizações de massa através dos chamados “cordões industriais”, sobretudo nos principais centros industriais de

²³ Com base no artigo de Fals Borba (1975, 361-365) citamos José Carlos Mariátegui (Peru), Hildebrando Castro Pozo (Peru), Rosendo Rojas Coria (México), Miguel Angel Angueira Miranda (Argentina), Antonio Garcia Nossa (Colômbia) e Carlos Rafael Rodriguez (Cuba).

²⁴ Para Mariátegui, o cooperativismo é uma das criações da economia capitalista, ainda que, na quase totalidade dos casos, apareça inspirado por uma orientação socialista ou apresentando elementos importantes para uma socialização. Por outro lado, ainda segundo Mariátegui, a

Santiago, como órgãos do poder operário. Assembléias gerais agrupavam os trabalhadores de uma zona industrial, criando coordenações operárias locais e reagrupando os órgãos populares dos bairros vizinhos. O conjunto das atividades necessárias à manutenção da produção, distribuição e consumo e dos serviços de saúde é coordenado em nível superior pelos comandos comunais (comunias suburbanas, conselhos camponeses, centros de reforma agrária) (Nascimento: 1999).

Em Cuba, a revolução em 1959 transformou a propriedade da terra, com diversas formas de cooperação -o que levou à constituição da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos. Em 1963 haviam 2.600 associações camponesas, 587 cooperativas de crédito e centenas sociedades agropecuárias, aglutinando 90% do campesinato. Como resultado de um trabalho de reestruturação da produção agrícola, essas associações foram convertidas em cooperativas de produção agropecuária (CPA), cooperativa de crédito e serviços (CCS). Nas CPAs a gestão é dos trabalhadores, sem a interferência do Estado que, entretanto, institui as metas a serem cumpridas. A remuneração do sócio é condizente com o tempo de trabalho efetuado e com os fundos coletivos, que são apropriados quando do aumento da produtividade. O processo de transformação da estrutura da propriedade da terra esteve submetido ao princípio de socialização e, conforme Albarran e Ramirez, manifesta-se em dois tipos principais de propriedade: estatal e cooperativa. O processo cooperativo representa então, uma estratégia de desenvolvimento na transformação da estrutura agrária, “pelo qual a participação do camponês e dos trabalhadores é fundamental no processo de revolução agrária com a tendência a construção de relações sociais e produção mais avançadas” (1989:13-14).

CAPÍTULO II

O cooperativismo em um cenário de crise estrutural do capitalismo pós anos 1980

A crise instalada no Brasil a partir dos anos de 1980, cujos efeitos se prolongaram pelas décadas seguintes, não foi unicamente o resultado do desordenamento econômico mundial, mas sim do choque das formas adotadas para recuperar o ciclo produtivo de crescimento econômico, no interior de uma situação política de contenção das mobilizações sociais e das ações sindicais. O acelerado processo de renovação tecnológica e de reorganização do trabalho foi acompanhado de um processo de reconcentração do capital industrial e financeiro. A amplitude destas transformações tem afetado profundamente (de modo objetivo e subjetivo) o conjunto da classe trabalhadora e, por conseguinte, suas formas de luta e de organização.

Cabe destacar alguns elementos que referenciam este processo de transformações estruturais do capitalismo mundial, e o cooperativismo como uma das respostas aos efeitos desta crise.

4. Algumas considerações sobre a crise do capital

4.1. A complexidade dos elementos econômicos

Ao se impor, a tendência à queda da taxa de lucro levou ao enfraquecimento a dinâmica do regime de acumulação estabelecido no final da Segunda Guerra Mundial. Abriam-se ciclos de crises econômicas em 1971/75, 1976/82 e 1982/1987 (Mandel, 1990:221).

No modo de produção capitalista, a sobrevivência da articulação entre a produção mercantil e o lucro se estabelece por meio da exploração de uma massa crescente de “sobretabalho”, cuja realização se opera na esfera da circulação.

As crises são efeitos de um desequilíbrio neste ordenamento, e se relacionam diretamente a uma superprodução de mercadorias provenientes de um período de prosperidade, grande expansão, aceleração do processo de reprodução na qual os trabalhadores estão plenamente ocupados. A superprodução demonstra a impossibilidade de venda de mercadorias a preços que garantam um lucro médio; promovendo uma verdadeira degeneração na esfera econômica: fábricas fecham, seus portos; há

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

demissões em massa; a produção, as vendas, os investimentos e os lucros tendem somente a cair (Mandel, 1990:210).

Na fase de crescimento, para assegurar uma taxa de lucros “equilibrada” por um determinado período (conforme Mandel, é a fase do *boom* econômico [1990:82]), a taxa de mais-valia é elevada a níveis altos, mas há uma baixa relativa dos preços das matérias primas e/ou dos investimentos em setores ou países cuja composição orgânica é menor. Entretanto, a própria lógica de expansão opera a destruição deste *boom* econômico: a expansão reduz o exército industrial de reserva, dificultando um aumento da taxa de mais-valia; o longo período de expansão dificulta a manutenção da baixa relativa dos preços das matérias-primas; a longa expansão diminui a quantidade de setores ou países onde os capitais produtivos apresentam uma baixa composição orgânica do capital (Mandel, 1990:214).

A mais-valia produzida começa a se tornar insuficiente para manter o lucro obtido na fase de crescimento. Porém, isto não significa necessariamente que as indústrias e os bancos diminuam seus lucros. Há um desdobramento no interior da conjuntura econômica, sob a qual a fração do capital acumulado não pode mais ser investida produtivamente, nas condições de rentabilidade que antes eram esperadas. Neste sentido, para que se mantenha o nível de lucros obtidos na fase de expansão, a queda da taxa de lucro acelera novamente a concentração do capital e sua centralização mediante a desapropriação dos pequenos capitalistas, a expropriação do resto dos produtores diretos, entre os quais ainda haja algo a expropriar. E, tendo em vista que a finalidade da produção capitalista se condiciona pela crescente valorização do capital e das taxas de lucro, a queda desta valorização retarda a formação de novos capitais autônomos, e assim aparece como ameaça para o desenvolvimento do processo de produção capitalista; ela promove “superprodução, especulação, crises, capital supérfluo ao lado de uma população supérflua” (Marx, 1988:174).

Mandel destaca que, a partir de 1970, a divisão do lucro em industrial e financeiro (bancário) foi decorrente de operações contábeis de transferências de recursos, sem que se alterasse em qualquer medida a natureza dos capitalistas que se apropriam do lucro. “Trata-se de um lucro industrial camuflado em lucro bancário” (1990:257), capaz de atenuar as contradições que fomentam a crise econômica. Os agentes financeiros se tornam os principais responsáveis destas operações, cujos lucros vêm conduzindo uma tendência cada vez mais frenética à ampliação irresponsável dos créditos, à especulação pura e simples (Mandel, 1990:257).

Neste quadro de crescente financeirização do capital, o mercado mundial tende a se organizar como a arena na qual se realiza a verdadeira

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

socialização do trabalho. Isto significa uma tendência que configura uma contradição entre a internacionalização dos capitais, pois

“o valor das mercadorias, não somente o valor das matérias primas, mas também o dos produtos da indústria manufatureira, começam a ser determinados no mercado mundial e não mais no mercado interno dos países capitalistas. A produção é mais e mais organizada em escala internacional, é necessário ‘manter abertas’ as fronteiras tanto ao fluxo e refluxo de capitais-dinheiro como ao fluxo de mercadorias”.

e o protecionismo, a centralização das empresas, práticas com vistas a proteger os superlucros (Mandel,1990,226-229).

Duas fases conciliam a formação e o progresso deste “regime de acumulação predominantemente financeira”, cujas bases estão nos Estados Unidos, mas os efeitos são mundiais:

1. de 1982 a 1994, a dívida pública foi o mecanismo principal da criação de créditos e o serviço dos juros da dívida, o principal mecanismo de transferência de receitas em benefício da renda. O ‘poder das finanças’ foi construído sobre o endividamento dos governos. Os recursos financeiros centralizados pelos mecanismo do fisco e da dívida permitiram reconstruir mercados financeiros capazes de assentar a dominação do capital financeiro sobre as empresas;
2. novas formas de rentabilidade foram impostas, geradoras de pressões fortemente acrescidas nos salários, em termos de produtividade e de flexibilidade do trabalho, como mudanças nas formas de determinação dos salários (Chesnais, 2001:17-18).

A integração na *mundialização* financeira, enquanto imperativo de uma lógica imanente do capitalismo contemporâneo, determinou a desregulamentação das economias no âmbito interno dos países do terceiro mundo. Sob a tutela do Fundo Monetário Internacional e dos impactos da especulação financeira internacional, proporcionada pelos programas de estabilização e de ajuste estrutural, tal “integração” propiciou o desmantelamento dessas economias, e levou milhares de pessoas ao caminho constante do empobrecimento.

Este processo de *reestruturação* econômica em escala mundial, expresso no *Consenso de Washington* em 1989, tem promovido: desemprego, baixos salários, marginalização de amplos setores da população, corte de gastos sociais e muitos benefícios conquistados na área de bem-estar social, destruição das pequenas e médias empresas, baixos níveis de consumo de alimentos, desnutrição, destruição do meio ambiente, estímulo ao racismo e aos conflitos étnicos, restrição dos direitos

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

etc. Além disso, as reformas (os “ajustes estruturais”) - visto que são aplicadas simultaneamente em mais de cem países - levam a uma “globalização da pobreza”, processo que aniquila a subsistência humana e destrói a sociedade no Sul, no Leste e no Norte (Chossudovsky,1998:27).

O *Consenso de Washington* foi sendo absorvido por frações da classe burguesa, políticos e intelectuais como sinônimo de modernidade e o receituário passou a fazer parte do discurso e da ação destes, “como se de sua iniciativa e de seu interesse fosse” (Batista, 1994:6).

Os desdobramentos econômicos, que modificaram o padrão de acumulação, permitiram a implementação de alternativas flexibilizadas no interior da produção. A partir destas alternativas, começa a desmoronar uma classe operária identificada com um processo de trabalho taylorista/fordista, e a se formar uma classe cuja composição irá se fragmentar em outros tipos de trabalhadores.

Este processo de fragmentação da classe trabalhadora foi resultado da saturação do padrão produtivo taylorista, que tinha como ponto essencial a contradição entre a produção (dada pela existência de um despotismo fabril e pela vigência de técnicas de disciplinamento próprias da exploração intensiva da força de trabalho) e o consumo (que exaltava o lado “individualista” e “realizador”) (Bihl,1999:60).

O “operário-massa”, uniformizado, desqualificado, apêndice da máquina, uma mera engrenagem começou a dar sinais entre as décadas de 60 e 70 de não estar mais disposto a trocar um trabalho e uma existência desprovida de sentido pelo simples crescimento do poder de compra (Bihl, 1999:60), através de ações efetivas de boicote e de resistência ao trabalho - assumindo

“desde formas individuais como a fuga do trabalho e da produção: absenteísmo; busca de ‘pequenos trabalhos’ ocasionais, e até mesmo ruptura com a condição de assalariado e volta às formas pré-capitalistas de produção (pequena produção mercantil, artesanal e/ou agrícola); a lutar pela reconquista de um poder sobre o processo de trabalho. A revolta toma neste caso, formas mais coletivas: greves parciais, operações tartaruga, ataques ao staff administrativo, e à divisão

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

capitalista do trabalho, formação de conselhos de oficinas e de conselhos de fábrica; difusão das palavras de ordem de autogestão, de controle e de até mesmo poder operário. E as reivindicações dominantes são então as de autonomia coletiva e da liberação do trabalho (de formas não alienantes de trabalho)” (Bihar, 1999:60-61).

A interação dos elementos constitutivos da crise do capital, pós-Segunda Guerra, com suas implicações num esgotamento do ciclo de acumulação, e as lutas de classes ocorridas dos anos 60 e 70, “perturbaram seriamente o funcionamento do capitalismo, provocando a eclosão da crise dos anos 70” (Bernardo apud Antunes, 2000:44). Neste contexto, o salto tecnológico se iniciava como resposta do capital ao quadro de lutas sociais e às necessidades da própria concorrência intercapitalista.

A substituição da força de trabalho por tecnologias mais desenvolvidas, lança ao desemprego trabalhadores incapazes de executar operações mais complexas. Começa a se configurar uma nova forma de exploração: a capacidade organizacional, exigida numa atividade ainda mais complexa, intensiva e mais qualificada. Ao invés de limitar a explorar a força de trabalho muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados, os capitalistas compreenderam que podiam multiplicar seu lucro explorando a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, enfim, todas as virtualidades da inteligência. Com este fim,

“desenvolveram a tecnologia eletrônica, os computadores e remodelaram os sistemas de administração de empresa implantando o toyotismo²⁵, a qualidade total e outras técnicas de gestão. Um trabalhador que raciocina no ato de trabalho e conhece mais dos processos tecnológicos e econômicos do que os estritos do seu âmbito imediato é um trabalhador que pode ser tornado polivalente. É esse o fundamento das economias de escala humanas. Cada trabalhador pode realizar um maior número de operações, substituir outras e coadjuvã-las. A cooperação fica reforçada no processo de trabalho, aumentando por isso as economias de escala, em benefício do capitalismo” (Bernardo apud Antunes, 2000:45).

As empresas começaram a centrar suas atividades no produto principal, *terceirizando* atividades consideradas secundárias. Na produção principal o trabalho repetitivo e mecânico se modifica para a polivalência de atividades visando atender, agora de forma mais intensa, as exigências de qualidade e de produtividade. A *flexibilidade* do processo produtivo se

²⁵ Para o toyotismo o parcelamento fordista das tarefas “já não é suficiente, e o trabalho não é mais individualizado e racionalizado conforme o taylorismo; é um trabalho de equipe”. O trabalhador tornar-se polivalente operando várias máquinas diferentes e auxiliando seu colega quando for necessário. “O toyotismo é um trabalho de equipe, o trabalho é feito em equipe, o trabalhador é polivalente, o trabalhador é capaz de operar várias máquinas diferentes e auxiliando seu colega quando for necessário” (Bernardo apud Antunes, 2000:45).

constitui, em linhas gerais, no ajuste das horas de trabalho às necessidades de produção; na substituição da automação de base eletromecânica pela base microeletrônica, aumentando a rapidez das mudanças na produção em termos de volume e produtos; na gestão do processo de trabalho com a adoção de métodos participativos; nos trabalhos em equipe e, na subcontratação do trabalho em ramos da produção ditos secundários, que tende a substituir o trabalho assalariado por formas *terceirizadas* de utilização da mão-de-obra: trabalhadores autônomos, subcontratados ou temporários.

Tais exigências empresariais têm ampliado os índices de desemprego. Num maior grau, entre os jovens²⁶, por apresentarem: baixa qualificação profissional; baixo nível de escolaridade; na convivência com um quadro de miséria material, estão condenados às condições de profunda marginalização (Bernardo, 2000:80-81). E, ainda, para o conjunto dos trabalhadores sem qualificações, sobram alguns poucos ramos inferiores de trabalho, ramos saturados e sub-remunerados. Sem considerar a diversidade dos setores produtivos existentes, diversos estudos²⁷ vêm observando que existe uma relação entre a *flexibilização* e a *precarização* do trabalho.

4.2. Os principais efeitos da crise no Brasil

Há, atualmente, uma força produtiva elevada na indústria e uma imensa força improdutiva proveniente de um processo crescente de desemprego, gerando duas categorias distintas:

1. “a dos desempregados recentes, que dispõem ainda de qualificações e fazem parte da procura efetiva de emprego. Constituem o “exército de reserva”, que serve aos patrões para manter a pressão sobre os empregados;
2. as de longa duração, não tem o efeito acima, ficam isolados do resto da sociedade pelas condições de marginalização, e não são

²⁶ “Desde há 25 anos a porcentagem do desemprego entre os jovens é superior à média e, esta diferença tem se mantido ou mesmo aumentado” (Bernardo, 2000:78).

²⁷ Não é difícil supor, diante do grau de exclusão que atinge hoje os trabalhadores, segundo

considerados como um perigo a ordem dominante” (Bernardo, 2000:82-83).

O desemprego tem modificado a composição da classe trabalhadora, fragmentado-a de modo generalizado nestas novas divisões:

1. “profissionais altamente qualificados, muito produtivos, com estabilidade e direitos sociais;
2. trabalhadores de empresas subcontratantes, ou em regime de terceirização, part-time, sob condições precárias;
3. trabalhadores condenados à marginalização, sob as formas mais degradadas da mais-valia absoluta” (Bernardo, 2000:84).

Os índices²⁸ abaixo mostram a tendência ao desemprego. Na região metropolitana de São Paulo, no período de julho/01 a julho/02, o contingente de desempregados foi estimado em 1.736.000 pessoas. Admite-se, com base em pesquisas quantitativas e qualitativas, que desde os anos 80, estes índices vêm refletindo uma evolução dos setores de serviços e das ocupações instáveis e mal remuneradas.

Taxas de Desemprego Total
Regiões Metropolitanas
2001-2002

Regiões Metropolitanas	Jul-01	Fev-02	Mar-02	Abr-02	Mai-02	Jun-02	Jul-02
Distrito Federal	20,4	21,0	22,0	21,1	20,9	20,4	(1)
Belo Horizonte	18,7	18,1	18,9	18,9	18,4	18,2	17,7
Porto Alegre	14,6	15,0	15,8	15,7	16,0	15,9	15,9
Recife	21,7	19,9	21,1	21,8	21,7	21,6	20,8
Salvador	28,4	27,3	27,6	28,2	28,4	28,0	27,7

²⁸ O número de desempregados difere conforme a metodologia da pesquisa. O IBGE considera como empregado qualquer pessoa que fez algum tipo de trabalho na semana anterior à pesquisa. O índice de desemprego apurado pelo Dieese/Seade considera o desemprego oculto pelo trabalho precário (aqueles que procuram trabalho mas exercem precariamente alguma atividade) e o

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

São Paulo	17,3	19,1	19,9	20,4	19,7	18,8	18,1
Região do ABC	18,0	18,0	20,4	20,0	20,0	18,7	18,8

Fonte: SEP/SP. Convênio SEADE–DIEESE; FEE–FGTAS–Sine/RS; STDH/GDF; CEI/FJP–Setas–Sine/MG; SEI–Setras–UFBA–DIEESE–SEADE/BA; DIEESE–Seplandes/PE.

(1) Dado não disponível.

Por setor de atividade, no mês de agosto verificou-se o seguinte:

“Indústria: diminuição de 28.000 postos de trabalho, com retração do assalariamento com e sem carteira e aumento no contingente de trabalhadores autônomo”;

Comércio: crescimento de 25.000 ocupações, principalmente de assalariados sem carteira assinada;

Serviços: relativa estabilidade, com eliminação de 9.000 ocupações, resultado de acentuado declínio do número de trabalhadores autônomos e do setor público, não compensado pela expansão do assalariamento com e sem carteira de trabalho, assinada no setor privado.

Outros Setores: criação de 24.000 ocupações” (www.dieese.org).

Diante desta realidade²⁹, economistas, empresários e políticos vêm estudando e conduzindo ações que possam auferir índices “aceitáveis” de desemprego. A conclusão destes estudos indica uma margem de 20% de desemprego, sem provocar pressões sociais que possam colocar em risco a ordem (Bernardo, 2000:82-83). De modo particular, o quadro acima exemplifica a convivência destas pressões sociais.

Grande parte da mão-de-obra desempregada tem sido apropriada por iniciativas que, freqüentemente, estão à margem da lógica mercantil e do trabalho formal. São atividades de produção artesanal, domiciliar ou, ainda, de venda de produtos no mercado informal. Estas atividades laborativas demonstram que a exploração do trabalho, nestes segmentos de classe, ocorre na sua forma mais absoluta: condições precárias de trabalho, extensão da jornada, intensificação do trabalho e remuneração que não ultrapassa os limites mínimos de subsistência.

²⁹ Como resultado geral das pesquisas realizadas pelo Seade/Dieese no ano de 2002 a região

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

5. O cooperativismo no Brasil

O cooperativismo tornou-se conhecido no Brasil, por intelectuais que procuraram introduzir as doutrinas sistematizadas de Charles Gide e de Beatrice Webb³⁰.

Entre o final do século XIX e começo do XX tem-se o registro de algumas cooperativas: em 1893 foi criado o Instituto de assistência e previdência na fábrica de Carlos A. Menezes em Camaragibe/PE; em 1894 as “casas operárias” e, em 1896, a “cooperativa do proletário industrial”, como cooperativas de empregados e operários da Usina de Goiânia; havia ainda uma corporação operária constituída por “sindicatos mistos” com patrões e empregados; em 1847 sob influência do pensamento de Fourier, Jean Maurice Favre fundou com um grupo de europeus, nos sertões do Estado do Paraná, uma colônia de base cooperativa denominada “Tereza Cristina”; em 1889 sob influência do socialismo libertário, Giovanni Rossi funda uma cooperativa no Paraná e em 1902 o jesuíta Teodor Amstadt introduz as cooperativas de crédito – as “caixas rurais” - tipo Raiffeisen no Rio Grande do Sul (Chacon:1959; Pinho, 1966b). Outras iniciativas se sucederam, mas vale destacar que a legislação cooperativista se confundia com a de sociedade anônima, pois permitia a distribuição de lucros e perdas: metade em partes iguais aos sócios e metade proporcionalmente entre os capitais, contrariando os princípios de Rochdale (Pinho, 1962:161).

Por outro lado, o movimento operário, entre o final do século XIX e o início do XX, teve como influência o anarquismo³¹, o socialismo reformista e o “trabalhismo”, os quais em maior ou menor graus, manifestavam a defesa pela criação de cooperativas. Do ponto de vista programático, os socialistas refletiam o anseio de atuar na esfera política, por compreender a necessidade de um programa democrático. Em determinadas circunstâncias obtiveram algumas conquistas, a partir da aceitação, pelo Estado do seu caráter “socializante civilizador”, integrado nas pautas liberais oligárquicas e capazes, ao mesmo tempo, de refrear o alcance do anarquismo” (Fausto, 1977:103 grifos do autor). A capacidade de organização autônoma dos operários gradualmente obteve o reconhecimento do sindicato pelos empresários e pelo Estado, além do direito de formar associações. Neste contexto, encontra-se ainda muito embrionário o processo de transformação

³⁰ Conforme Pinho, os estudos de Beatrice Potter Webb, especialmente *A cooperação na Grã-Bretanha* (1891), difere de Charles Gide, por conceber a possibilidade de adoção dos princípios de Rochdale por meio de ações do poder político e pelos sindicatos.(1966a:32-33).

³¹ Conforme Fausto, até a Revolução Russa (1917) era comum a presença do anarquismo no interior do movimento operário em quase todos os países latino-americanos. As razões se encontram no papel ideológico representado pelos imigrantes e pela similaridade do estágio de

das entidades sindicais em órgãos de representação da classe operária. Ressalta-se, no entanto, que entre o proletário de fábrica e as formas associativas, em ramos semi-artesanais, prevalecia de algum modo a ideologia anarquista, cuja oscilação entre uma estratégia insurrecional utópica e a mera identificação com lutas espontâneas, tendia a reduzir o conflito de classes ao nível econômico. Entretanto, o quadro político, entre os anos 1920 e 1930, possuía de um lado a crise do movimento operário e, por conseguinte, do anarquismo e de outro, a repressão militar às lideranças operárias e ao nascente Partido Comunista (Fausto, 1977)

Em 1932, se estabelece a primeira lei regulamentar para o cooperativismo brasileiro, visando buscar soluções aos problemas sociais, tendo em vista a conjuntura econômica internacional (Primeira Guerra e crise de 1929) e obedecendo aos princípios de Rochdale³² (Pinho, 1965:10).

De 1947 a 1956 há um esforço em introduzir no cooperativismo concepções socialistas libertárias, com o objetivo de realizar uma democracia popular baseada no espírito cooperativo. Principal articulador, Antonio Sergio, mescla o pensamento de Proudhon e os esquemas de Charles Gide para as cooperativas, na busca de caminhos alternativos para uma sociedade renovada, baseada nos conceitos de grupos coletivos que pudessem ser capazes de promover uma “revolução”. Esta não passaria pela atuação política, mas por uma organização econômica que se constituísse “no seio do próprio regime capitalista com a confessada finalidade de vir enfim substituí-lo” (1984:10).

Neste período foi criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC; a União Nacional das Associações Cooperativas – UNASCO, a Escola Livre de Cooperativismo de São Paulo³³. Cabe destacar a Cooperativa de Cotia, que chegou a ser uma das maiores cooperativas do Brasil, fundada por imigrantes japoneses, produtores de batata no entorno da capital paulista, com o objetivo de criar um canal de comercialização direta para impedir a ação de intermediários (Alves, 1999:82).

O movimento cooperativista brasileiro tem a marca de autoritário e corporativo e, devido às leis dos anos 30, passou a desempenhar um papel regulador da economia. A partir da década de 60, através de incentivos provenientes do Estado, as cooperativas “passaram a ser instrumento de

³² A disposição para instituir um “cooperativismo sindicalista” foi logo abandonada abrindo espaço para a adoção dos princípios de Rochdale no país. Entre os principais autores cooperativistas que participaram deste processo, destacam-se: Fábio Luz Filho que se opunha ao cooperativismo sindicalista; Luiz Amaral, que concebia o cooperativismo como solução dos problemas sociais; Waldiki Moura, defensor da função assistencialista do cooperativismo; e Theodoro Henrique Máurer Júnior, que procurava aplicar o cooperativismo à doutrina cristã (Pinho, 1965:13-14).

³³ Segundo Andreucci, uma das principais objetivos desta Escola era instituir a educação cooperativa, “ao menos para uma elite, visando formar militantes, conscientes ao mesmo tempo

modernização da agricultura, como meio de expansão do capitalismo no campo” (Loureiro, 1991:136). Em 1969 foi criada, como órgão máximo de representação das cooperativas, a Organização das Cooperativas do Brasil – OCB, cujos principais expoentes são ligados à grande propriedade rural.

A partir dos anos 1970, a problemática cooperativista³⁴ se pautava na organização da produção agrícola, no beneficiamento e na comercialização adequada às exigências dos mercados, por meio de cooperativas de grande porte, com o objetivo de fomentar pólos de desenvolvimento econômico. Para este fim, e em pleno regime militar, foi promulgada a Lei 5.764/71 (modificada em 1988, e vigente até os dias atuais) que, revogando o decreto de 1932, concentrou as cooperativas nas mãos dos grandes produtores agrícolas e industriais e impôs uma estrutura rígida baseada no modelo conservador dos Pioneiros de Rochdale. Como apontamos no capítulo anterior, os princípios de Rochdale, na América Latina, inclusive no Brasil, foram adaptados à exploração do trabalho e à dominação de classe. Aqui, este cooperativismo teve, até meados dos anos 1980, um conteúdo essencialmente autoritário.

Segundo dados da Aliança Cooperativa Internacional – ACI para as Américas (www.alianzaaci.or.cr: 2000), o Brasil é um dos países mais atrasados em termos de participação cooperativista. Os 4,5 milhões de associados correspondem a 3% da população, enquanto nos Estados Unidos são 22%; na França, 25%; na Índia 10%; e na Argentina, 20%. Segundo Rech (2000:16), este atraso pode ser decorrente do caráter autoritário e intervencionista das leis cooperativistas, as quais impediam a possibilidade de uma maior participação e de autonomia dos associados. As mudanças efetuadas na legislação sobre cooperativas não fizeram com estas deixassem de servir à reprodução da exploração do trabalho.

As cooperativas³⁵ são classificadas como:

Singulares: criadas para prestar serviços diretamente aos associados e atender a um único objetivo;

Centrais e federações: criadas para organizar, em comum e, em maior escala, diversos serviços de no mínimo três cooperativas singulares filiadas, orientando e integrando suas atividades;

³⁴ O setor de cooperativismo do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) da USP nos anos 60 e 70 aglutinava alguns intelectuais tais como: Américo Utumi, consultor da ACI, Carlos Marques Pinho especialista em educação cooperativa para o desenvolvimento econômico, Diva Benevides Pinho economista analisou a atuação das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico no Brasil, Gilvando Sá Leitão Rios sociólogo ligada à SUDENE, Waldírio Bulgarelli, advogado, consultor da secretaria da Agricultura de SP, estagiou em Israel e na Alemanha e Valdiki Cardoso de Moura agrônomo foi diretor do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, do Departamento de Assistência ao Cooperativismo de SP e do INCRA (Fundação Friedrich Naumann, 1973).

³⁵ O setor de cooperativismo do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) da USP nos anos 60 e 70 aglutinava alguns intelectuais tais como: Américo Utumi, consultor da ACI, Carlos Marques Pinho especialista em educação cooperativa para o desenvolvimento econômico, Diva Benevides Pinho economista analisou a atuação das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico no Brasil, Gilvando Sá Leitão Rios sociólogo ligada à SUDENE, Waldírio Bulgarelli, advogado, consultor da secretaria da Agricultura de SP, estagiou em Israel e na Alemanha e Valdiki Cardoso de Moura agrônomo foi diretor do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, do Departamento de Assistência ao Cooperativismo de SP e do INCRA (Fundação Friedrich Naumann, 1973).

Confederações: criadas para organizar, em comum e, em maior escala, diversos serviços de no mínimo três cooperativas centrais ou federações, orientando e integrando suas atividades;

Os tipos mais conhecidos de cooperativas são:

Cooperativas agropecuárias e agroindustriais têm como objetivo organizar as atividades econômicas e sociais dos seus sócios e integrar os produtores rurais quanto à classificação, padronização, armazenamento ou industrialização dos produtos; distribuir aos sócios bens de produção e utilidades necessárias às atividades agropecuárias; intermediar o abastecimento de gêneros alimentícios, roupas e outros produtos para família; oferecer serviços na área da produção, pesquisa, assistência técnica, administrativa, social e educacional; promover a integração entre os associados e suas famílias e a inter-relação com a comunidade em que estão inseridos;

Cooperativas de consumo: buscam comprar e distribuir produtos ou serviços com preços mais baixos e com qualidade melhores;

Cooperativas de crédito: têm o objetivo de realizar empréstimos aos sócios e, por meio da capitalização inicial, permitir maior produtividade ou implementação de alguma nova atividade produtiva; suprindo dificuldades de obtenção de crédito ou realizando financiamentos a juros baixos;

Cooperativas educacionais: são formadas por professores e pais de alunos que calculam as mensalidades, a partir da real necessidade da escola, e aplicam os ganhos na manutenção e pagamento dos professores.

Cooperativas habitacionais: são formadas por pessoas físicas, objetivando a construção de residências para uso próprio, compra de terrenos, materiais e equipamentos de construção, com melhores preços e condições de pagamento;

Cooperativas de produção: os associados detêm a propriedade dos meios de produção, desenvolvem atividades produtivas coletivamente e repartem entre si os benefícios, as “sobras”; são responsáveis pela administração técnica e financeira e pela eleição do quadro de direção técnica e funcional;

Cooperativas de saúde: são constituídas, basicamente, por médicos, dentistas, psicólogos e outros profissionais que prestam serviços, ou pessoas que se associam para criar ou manter planos de saúde próprios;

Cooperativas de serviços comunitários: são formadas por grupos de trabalhadores ou profissionais ligados a uma empresa, objetivando prestar serviços de limpeza, transporte urbano, telefonia, eletrificação rural, etc.;

Cooperativas de trabalho: agrupam trabalhadores manuais e intelectuais autônomos e não subordinados ao contrato com o tomador do

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

em organizar e reorganizar as condições de trabalho, por meio de decisões democráticas combinando habilidades e competência.

Além destas, diversas cooperativas estão sendo organizadas envolvendo os mais variados segmentos da sociedade.

A partir da Constituição Federal de 1988, o sistema cooperativo deixou de sofrer a intervenção estatal:

Art. 5º, inciso XVII: “é plena a liberdade da associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar”.

Inciso XIX: “as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado”.

e retirou a obrigatoriedade de filiação à OCB³⁶. Conforme:

“as disposições do Capítulo XVI encontram-se revogadas. Isto porque, os dispositivos em questão regulam as referidas sociedades – OCB e suas representações estaduais – como órgão técnico-consultivo do governo e não como meras sociedades de direito privado, sem qualquer função administrativa, às quais as cooperativas não estão obrigadas a se associarem” (Pereira, 1999:62).

Em 1994, à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT foi incluído um parágrafo único no que se refere ao vínculo empregatício (Pereira, 1999:64):

Parágrafo do art. 442 – “Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre elas e os seus associados, nem ter esses e os tomadores de serviços daquela”.

Estas mudanças provocaram um aumento substancial de cooperativas de trabalho. Segundo dados da OCB (www.ocb.org.br, 2001), enquanto em 1990 havia 528 cooperativas de trabalho, em 2001 este número subiu para 2.391. Os cooperados nos diversos ramos de atividades, passaram de 2.883.036 em 1990 para 4.779.147 em 2001.

A não obrigatoriedade do vínculo empregatício entre as cooperativas e os tomadores de seus serviços foi apropriada no meio empresarial como mecanismo de exploração do trabalho, o que contribuiu para a criação, no país, de “mais de mil falsas cooperativas” (Pereira, 1999:3).

³⁶ Em 1984 é criado o SENACOOOP – Secretaria Nacional de Cooperativismo, com o objetivo de fomentar, prestar assistência técnica, fiscalizar atividades relativas à expansão do sistema cooperativista no meio rural. O Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC) criado em 1958 desempenhou funções normativas e de fiscalização até a Constituição de 1988. Segundo as

As mudanças legais deram o incentivo necessário à formação de cooperativas que vêm se fortalecendo e se constituindo como uma estratégia que busca neutralizar juridicamente os conflitos entre capital e trabalho.

A partir dos anos 90, a “cooperação” e o “espírito empreendedor das bases” passaram a fazer parte dos métodos de administração e gerenciamento e passaram a significar, “segundo os princípios neoliberais”, redução dos custos e aumento da produção e da produtividade, aliados a intensificação do uso de novas tecnologias (Albuquerque, 1998:62-68).

Para demonstrar a evolução quantitativa das cooperativas no Brasil, utilizamos os dados fornecidos pela OCB:

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Estado	Cooperativas	Cooperados	Empregados
ACRE	4	487	60
ALAGOAS	49	24.253	2.756
AMAPA	45	2.116	119
AMAZONAS	64	16.200	716
BAHIA	239	56.058	1.260
CEARÁ	269	82.771	2.394
DISTRITO FEDERAL	158	83.198	1.325
ESPÍRITO SANTO	151	62.819	3.159
GOIÁS	143	62.873	5.039
MARANHÃO	150	16.779	482
MATO GROSSO	161	26.194	2.053
MATO GROSSO DO SUL	68	19.379	1.812
MINAS GERAIS	956	601.719	23.968
PARÁ	299	93.365	1.176
PARAÍBA	121	30.489	910
PARANÁ	194	193.848	31.209
PERNAMBUCO	374	98.704	1.238
PIAUÍ	90	15.372	476
RIO DE JANEIRO	925	210.709	6.973
RIO GRANDE DO NORTE	148	65.166	1.351
RIO GRANDE DO SUL	776	721.704	30.815
RONDÔNIA	93	10.256	405
RORAIMA	18	642	11
SANTA CATARINA	314	360.300	12.860
SÃO PAULO	1.119	1.911.296	41.556
SERGIPE	45	8.107	245
TOCANTINS	53	4.343	1.044
TOTAIS	7.026	4.779.147	175.412
Ramos	Cooperativas	Cooperados	Empregados
AGROPECUÁRIO	1.587	822.294	108.273
CONSUMO	189	1.467.386	7.676
CRÉDITO	1.038	1.059.369	20.680
EDUCACIONAL	278	73.258	2.720
ESPECIAL	7	2.064	6
HABITACIONAL	297	69.668	1.375
INFRAESTRUTURA	187	576.299	5.431
MINERAL	37	48.841	34
PRODUÇÃO	147	9.892	348
SAÚDE	863	327.191	21.426
TRABALHO	2.391	322.735	7.443
TURISMO E LAZER	5	150	0

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

Totais	7.026	4.779.147	175.412
---------------	--------------	------------------	----------------

Fonte: OCB dezembro/2001

Seguido por Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, São Paulo é o estado que lidera a formação de cooperativas no país. As cooperativas de trabalho são maioria mas, comparadas com o reduzido número de cooperativas de consumo, têm um menor número de cooperados. As do ramo agropecuário são as que mais empregam trabalhadores e, pode-se dizer, não se distinguem das grandes sociedades comerciais. Quanto à forma de organização e de exploração do trabalho, as cooperativas ligadas à OCB possuem um caráter empresarial. Por isso, seus índices revelam que não há uma relação direta entre a quantidade de cooperativas e, a de cooperados e empregados. Em suma, predomina a tendência à exploração e não à cooperação ou, menos ainda, à socialização.

Em função da crescente competitividade entre empresas (com vistas a manter e ampliar as margens de lucros) e dos índices satisfatórios de desemprego, formas flexibilizadas—terceirizadas e precarizadas de organização do trabalho, como as cooperativas, vêm sendo incentivadas, inclusive com a parceria do Estado³⁷. As cooperativas passam a funcionar como “empresas” que terceirizam serviços e propiciam a redução de gastos com a gestão da força de trabalho, visando manter o controle da produção e dos lucros. Enquanto alternativa de trabalho, representam, para o trabalhador, uma promessa de mudança e transformação social. Assim mistificadas, as cooperativas passam a funcionar como dispositivo ideológico, por meio do qual são ocultadas, as causas da crise e atenuadas as contradições sociais

2.2. Economia Solidária

³⁷ O BNDES, segundo Singer e Souza, ofereceu a fundo perdido, recursos às ITCP para serem

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Os debates acerca de um possível terceiro setor³⁸ e de uma economia solidária³⁹ tendem a colocar a pequena produção e o trabalho associado como alternativas de geração de emprego e renda, condicionando a maioria dos trabalhadores a não se considerarem como

“desempregados, ou excluídos, mas como realizando atividades efetivas, dotados de algum sentido social. Aqui há, por certo, um momento de dispêndio de atividade útil e portanto positiva, relativamente à margem (ao menos diretamente) dos mecanismos de acumulação. Mas é bom não esquecer, também, que essas atividades cumprem um papel de *funcionalidade* em relação ao sistema, que hoje não quer ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados” (Antunes, 2000: 113 grifos do autor).

É importante destacar que estas atividades compreendem uma variedade de trabalhos exercidos sob determinações diversas. As cooperativas constituem parte destas atividades. Enquanto forma de trabalho, organizada na pequena produção ou na terceirização de serviços, as cooperativas podem ser analisadas nos marcos de uma produção artesanal e/ou domiciliar. Os trabalhadores organizados sob estas condições acabam por ser vendedores de mercadorias e não de sua força de trabalho. Ao trabalhar com meios de produção próprios e ao reproduzir sua própria força de trabalho é possível que as cooperativas criem mais-valia, ou seja, acabam por se apropriarem do próprio trabalho excedente. Podem transformar a produção artesanal - a cooperativa - numa pequena produção capitalista que pode, inclusive, explorar o trabalho alheio, perder os meios de produção e converter seus sócios cooperados em trabalhadores assalariados ou, ainda, em mais um membro nas fileiras do *exército industrial de reserva*. Estas são as tendências que movimentam estas atividades na sociedade onde o modo de produção capitalista predomina.

Segundo Paul Singer, a “revolução social” começou com a introdução de instituições anticapitalistas: o sufrágio universal, a legislação trabalhista, as cooperativas, etc. Nesta perspectiva a

³⁸ Esta denominação, segundo Antunes, se refere à expansão do trabalho assumido como forma alternativa de ocupação, em empresas de perfil mais comunitário, motivadas por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, sobretudo assistenciais, sem fins diretamente lucrativos e que se desenvolvem à margem do mercado (2000, 112)

³⁹ Destaco duas interpretações: “A solidariedade na economia repousa em um projeto econômico, político e social ao mesmo tempo, que conduz a uma nova maneira de fazer política e de estabelecer as relações humanas baseadas no consenso e na forma de agir do cidadão”. *Documento final do 2º Encontro Internacional sobre a Globalização da Solidariedade – www.ugah.quebec.ca*. “Economia solidária é um oxímoro, tentativa de juntar coisas que se repelem e se opõem – economia e solidariedade. Não é possível construir um projeto de

economia solidária é caracterizada por princípios opostos ao capitalismo, por meio das cooperativas, por promover a socialização do resultado da produção e a gestão democrática das atividades econômicas. Como se vê, segundo esta concepção, as cooperativas são empresas socialistas, ou ainda, “implantes socialistas” (1998:131) no capitalismo. E ainda, a degeneração destas empresas não se deve às relações econômicas capitalistas, mas sim na “descrença na capacidade dos trabalhadores em gerirem suas próprias empresas”. Administrar é uma “arte” e como tal exige experiência e prática na gestão democrática (1998:121-133).

Cabe ressaltar que o cooperativismo é inseparável das lutas de classes. Pela sua natureza, o cooperativismo pode ser organizado contra ou a favor da emancipação dos trabalhadores e depende, portanto, de qual classe social o impulsiona e como. Neste sentido, há um abismo entre os dois pólos: de um lado, os trabalhadores que o organizam como instrumento em direção à superação dos mecanismos de exploração capitalistas; do outro, ou é empregado como meio de exploração do trabalho dos não cooperados, ou é utilizado na condução de reformas sociais objetivando transformações graduais e pacíficas na sociedade.

Sendo a principal “filosofia” dos “empreendimentos comunitários”, a economia solidária parece aglutinar não só uma heterogeneidade de concepções sobre autogestão, passando pelos socialistas utópicos, pelos anarquistas libertários, pelos conselhistas, sindicalistas, etc., mas, no essencial, possui uma ligação estreita com a tradição durkheimiana da escola francesa de sociologia política⁴⁰, com o ativismo comunitário e com a solidariedade social⁴¹.

No que se refere à adequação do conceito de autogestão ao da economia solidária, uma das principais contribuições foi dada pelo resgate histórico das principais correntes de esquerda no Brasil, por

⁴⁰ O antropólogo e discípulo de Durkheim, Marcel Mauss, escreveu em 1924, “Ensaio sobre a dádiva” que, conforme David Graeber, procura demonstrar que nas economias de mercado as trocas se revestem de uma dimensão impessoal e transformam tudo em objeto, ao passo que as dádivas são trocas estabelecidas por meio de relações essencialmente humanas. Alguns intelectuais como Karl Polanyi, Cornelius Castoriadis, Claude Lefort, Paul Hirst, etc. procuraram resgatar as idéias de Mauss, no chamado “Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales (MAUSS), como suporte às críticas do desmantelamento do Estado de Bem-Estar (www.inthesetimes.com Ago/21/2001).

⁴¹ Conforme Cunha (2002), as principais influências desta concepção podem estar vinculadas a alguns autores como: Tocqueville, no que se refere à importância das associações civis para o desenvolvimento de uma sociedade democrática; Habermas, a partir da construção de uma racionalidade ética comunicativa voltada para a justiça social e Paul Hirst, que concebe o

Cláudio Nascimento (1992). Segundo este autor, nos anos 60, a fragmentação do Partido Comunista Brasileiro - PCB, o golpe militar de 64 e o exílio de muitos militantes nos anos 70, dispersaram os debates sobre autogestão -que só foram retomados por conta das influências francesas sobre alguns militantes de esquerda à época do exílio, além do apoio da Confederação Francesa Democrática do Trabalho sob inspiração das lutas de autogestão em maio de 1968. Nos anos 80 o movimento operário brasileiro ingressava num dos seus mais importantes avanços: a fundação do Partido dos Trabalhadores e a formação da Central Única dos Trabalhadores - CUT. Na esfera sindical se formaram Centros de Educação Popular e, em conjunto com outros movimentos sociais foram realizadas ações que culminaram na autogestão de empresas em processo falimentar. A formação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão - (ANTEAG) resultou destas ações que introduziram, na "agenda do movimento dos trabalhadores, questões relativas à autogestão" (Nakano, 2000:78).

Em 1996, a CUT no seminário nacional: "Empresas autogestionárias, cooperativas e estratégia da CUT", apontou que 54,3% destas iniciativas se encontravam sob a responsabilidade dos sindicatos dos trabalhadores. Destas experiências formaram-se outras instituições, como o PACS (Instituto de Políticas Alternativas Cone Sul) que, em 1993, realizou em conjunto com outras entidades o 1º Seminário sobre Autogestão. Em 1994, em Porto Alegre, foi realizado o seminário: "Autogestão: realização de um sonho", contando com experiências de empresas da Espanha, Uruguai e outros países. Desde 1996 diversas instâncias da CUT iniciaram um trabalho de "formação profissional" desenvolvido no Projeto INTEGRAR/Confederação Nacional dos Metalúrgicos. Em São Paulo, este Projeto abrangeu 23 núcleos⁴² de trabalhadores desempregados em 19 cidades, cujas discussões versaram sobre alternativas de geração de emprego e renda, autogestão, co-gestão e cooperativismo. Através das chamadas "oficinas pedagógicas ou culturais", os trabalhadores, na sua maioria ex-metalúrgicos, tomaram contato com as noções de economia solidária/popular⁴³.

Aliado ao contexto de reestruturações produtivas, de privatizações e de empresas em processo falimentar, setores da

⁴² O do ABC (Santo André, São Bernardo Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá e Ribeirão Pires) apresentou uma proposta conjunta para o IV Congresso da CNM-CUT em 1998, no qual foi incorporada a questão do cooperativismo e da autogestão.

⁴³ Os principais expositores destas oficinas foram Paul Singer, Ladislaw Dawbor, Marcos Arruda, Alécio Maranhão e o representante da ANTEAG, Assisvaldo Figueiredo Neto.

esquerda brasileira abraçaram a idéia de reacender as organizações dos trabalhadores. Fomentando a produção associativa e cooperativa, o debate sobre autogestão desdobrou-se, de modo geral, das diferentes correntes de esquerda, no que hoje se denomina economia solidária⁴⁴.

Diferentemente da economia solidária, as organizações do terceiro setor não se caracterizam por empreendimentos geridos pelos próprios trabalhadores. Na verdade, parte do terceiro setor brasileiro é responsável pelo desenvolvimento da economia solidária. De modo detalhado, algumas pesquisas têm sido realizadas com o objetivo de distinguir o terceiro setor da economia solidária e, também, daqueles que estão situados numa posição intermediária, ou seja, grupos que correspondem a apenas um dos dois conceitos. Os resultados desta pesquisa⁴⁵ apontaram o seguinte: considerando que os empreendimentos de economia solidária são aqueles que possuem ou estão constituindo estatuto próprio e não têm pessoas assalariadas, mas apenas sócios cooperados, foram classificados como terceiro setor, na cidade de São Paulo: 44% intermediários, 29% terceiro setor e 17% economia solidária. Considerando a associação como um empreendimento do terceiro setor, e as cooperativas como da economia solidária, concluiu-se que apesar de as cooperativas, sob a economia solidária, apresentarem uma viabilidade econômica maior que os outros empreendimentos, não consegue abarcar um número mais abrangente de “pessoas excluídas” do mercado de trabalho formal.

A economia solidária está presente em algumas entidades, fundações e instituições, como por exemplo: os Projetos Alternativos Comunitários (PAC's) financiados pela Cáritas entidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) como o Apoio do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-econômicos (DIEESE); a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL); as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS) que são formadas pelas cooperativas e grupos de produção associados, incubados por entidades universitárias, integradas por professores, alunos e funcionários, os quais dão apoio técnico, logístico e jurídico para a

⁴⁴Em outros países: no Chile: Luiz Razeto – *economia popular*; na Argentina: José Luis Coraggio: *economia social*; na Nicarágua: Orlando Nunes e no Brasil: Paul Singer - *revolução social*; no Peru: Aníbal Quijano e José Nun - *teoria da marginalidade* (Cunha, 2002).

⁴⁵ Segundo Souza, esta pesquisa se desenvolveu na cidade de São Paulo, como projeto do

viabilização de seus empreendimentos. São ligadas à Fundação UNITRABALHO que reúne mais de 80 universidades em parceria com a Agência de Desenvolvimento Solidária (ADS), formada pela CUT, e têm promovido a difusão da economia solidária entre lideranças sindicais, militantes e agentes de desenvolvimento de políticas públicas. Em 2001, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, foi criada a *Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária*, integrando estas e outras entidades em escala mundial.

5.1. Geração de emprego e renda

Diante dos efeitos conjunturais da crise do capital, ganharam mais relevância ações públicas direcionadas à compensação dos problemas gerados no mercado de trabalho, do que os incentivos à geração de novos postos de trabalho (Pochmann, 2000: 115). Neste sentido, as políticas de geração de emprego e renda se concentram em tipos como: o das políticas ativas, que representam um conjunto de medidas direcionadas à geração de empregos; o das políticas compensatórias, que objetivam impedir a redução do nível de emprego e favorecer o tratamento social dos que não possuem.

As políticas compensatórias se inserem no quadro das recomendações dos organismos internacionais ao governo brasileiro. São políticas que irão cumprir um papel de amenizar o grau de deterioração das condições sociais, pois não intervêm na distribuição da riqueza, tampouco nos preços ou salários acabam por exercer uma função adaptativa conforme Mattoso,

“O importante é reconhecer que em meio a uma situação de tão acentuada desestruturação produtiva, do mercado de trabalho e do Estado, as políticas sociais, sejam de tipo compensatório ou não, mantêm-se no interior de uma lógica reparadora ou adaptativa e têm sua eficácia extraordinariamente limitada, quando não claramente favorecem o próprio desmonte do serviço público” (2000:38).

Estas políticas, mesmo as mais bem intencionadas, como as orientadas pela economia solidária, ao empenhar-se na elaboração de respostas inovadoras, evocando instituições e apresentando novas vias de ação (por meio de iniciativas locais que buscam, na associação ou nas cooperativas, alternativas econômicas frente ao desemprego) acabam por ocupar um espaço no receituário neoliberal

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

compensação da miséria e controle político sobre a classe trabalhadora desempregada e em processo crescente de pauperização.

As cooperativas podem registrar ganhos materiais importantes para seus gestores diretos. A produção nos moldes cooperativos demonstra a possibilidade de superação da relação contraditória entre capital e trabalho. Contradição esta engendrada pelo próprio capital. Mas, como já exposto, numa sociedade onde o modo de produção capitalista predomina, o poder do capital é exercido como uma força controladora sobre o complexo de relações da sociedade, em particular sobre o trabalho.

6. Um “empreendimento comunitário”

O cooperativismo, impulsionado por meio de programas sociais, remonta às noções reformistas (como vimos no primeiro capítulo), mas a perspectiva de ser uma medida de transição à sociedade socialista se dilui no mero objetivo de minimizar o alto índice de desemprego, ou da chamada “exclusão social”. Isto se baseia no exame da prática efetiva de apenas um dos variados exemplos de “empreendimentos comunitários” existentes. Verificamos que as transformações são mínimas, tendo em vista que as condições dadas permitem apenas que a reprodução das relações de trabalho se efetive de modo precarizado.

A implementação de projetos sociais, aos quais o cooperativismo se vincula, tende a demonstrar a noção pela qual a classe trabalhadora (ao se encontrar cada vez mais heterogênea, fragmentada, e desorganizada sindical e politicamente) torna-se incapaz de desenvolver uma ação política própria, e permanece representando um povo oprimido e castigado que, para valer-se a si mesmo, depende dos programas sociais do governo.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Abordaremos algumas das principais atividades da Cooperativa de Confecção “Olho Vivo” do Programa de Incubadoras de Cooperativas Populares da Prefeitura Municipal de Santo André – PMSA

6.1. Incubadoras de Cooperativas Populares na PMSA

O Programa de Incubadora de Cooperativas é parte de um conjunto de projetos voltados a implementar uma série de reformas na Prefeitura Municipal de Santo André. **Particularidade** das três gestões petistas na cidade (1988/1992; 1996/2000 e 2000/2004), deve-se, porém, considerar o pensamento e as ações do Prefeito Celso Daniel⁴⁶, cujo discurso político expunha seu compromisso com o ideário socialista e democrático:

“Uma das maneiras de contribuir para que as coisas melhorem é tentar estabelecer linhas de orientação política geral para as administrações municipais. A elaboração de referenciais mais sólidos é condição necessária para o estabelecimento de um diálogo mais positivo: algo que, assumido pelos petistas, confira à ação nas administrações e nos movimentos sociais coerência com a luta pelo socialismo” (Daniel, 1991).

Com o objetivo de envolver a comunidade no processo de gestão do espaço público, Daniel defendia um modelo de desenvolvimento local (para além das políticas compensatórias e setoriais), voltado para a geração de emprego e renda, capaz de dinamizar a economia regional de maneira integrada. Segundo ele, este modelo seria baseado essencialmente em princípios democráticos, conforme abaixo:

“Uma proposta de ação para as administrações democráticas e populares deve apontar para um novo modelo que, negando simultaneamente a opção capitalista - seja ela neoliberal ou social-democrata - e o estatismo do ‘socialismo real’,

⁴⁶ A coordenação do programa de governo do PT para as eleições presidenciais em 2002 e a

afirme o caminho da construção de uma sociedade radicalmente democrática - onde a democracia assuma valor estratégico, meio e fim a alcançar” (Daniel, 1991).

As propostas de dinamizar a economia local com a implementação de políticas públicas de geração de emprego e renda na cidade tinham o objetivo de articular o diálogo entre o setor das grandes empresas e entidades de representação dos trabalhadores, numa Secretaria cuja composição de sua equipe refletia as postulações democráticas do Prefeito: os técnicos eram oriundos de entidades sindicais e instituições vinculadas, como o DIEESE. O secretário era um ex-executivo da multinacional Rhodia.

Desta iniciativa surgiram, em 1998, o Banco do Povo, a Central de Trabalho e Renda e dois programas de formação e apoio ao associativismo: as Incubadoras de Cooperativas e o Empreendedor Popular.

Na terceira gestão, estes projetos não sofreram nenhuma mudança substancial, e conservaram o objetivo principal de construir um modelo inovador de desenvolvimento local e regional vinculando as ações de geração de trabalho e renda, microcrédito e capacitação empreendedora às ações de inclusão social (Incubadoras, 2001: mimeo).

É importante ressaltar que, por meio do Programa de Incubadora de Cooperativas, a PMSA foi uma das primeiras instituições públicas a fomentar a economia solidária como um dos principais elementos do modelo de desenvolvimento da economia local. Em parceria com a Fundação Santo André e a UNITRABALHO (Rede Interuniversitária para Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho), que têm oferecido apoio técnico no que se refere aos principais conceitos e legislação cooperativistas, assessoria sobre a viabilidade econômica, apoio gerencial, administrativo e jurídico, o Programa espera que, após o processo de incubação, as cooperativas possam adquirir uma “autosustentabilidade” financeira.

O Programa de Incubadoras de Cooperativas possui: grupos de trabalhadores de reciclagem do lixo, ex-funcionários da metalúrgica Nordon,

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Cabral, Tamarutaca e Capuava. Compõem o programa: trabalhadores desempregados, prestadores de serviços, com baixa qualificação profissional (que possuam algum tipo de vínculo associativo na comunidade), ou de habilidade profissional.

Alguns ramos de atividade econômica são selecionados como potenciais para a atuação das cooperativas: serviços de saúde, jardinagem, limpeza e manutenção predial, limpeza hospitalar, coleta e reciclagem de lixo, construção civil, costura e confecção, artesanato, hortas comunitárias, alimentação, informática, educação e creche, mecânica e funilaria.

As principais ações da PMSA em favorecer o desenvolvimento econômico das cooperativas têm sido a promoção de feiras e espaços de comercialização de produtos e a realização de contratos com cooperativas de trabalho e prestação de serviços. Há, ainda, tramitando na Câmara Municipal, um projeto de lei que discorre sobre a dinamização econômica das cooperativas incubadas: a isenção de taxas fiscais para os grupos e cooperativas durante seu período de incubação; a possibilidade de as cooperativas realizarem convênios com a Prefeitura ao invés de serem contratadas através de licitação; e a regulamentação da cessão de uso para as cooperativas de espaços públicos que não estejam sendo utilizados.

6.2. Confecção “Olho Vivo”

Nos anos 1990, programas sociais se articulavam entre si, como urbanização de favelas, Programa Integrado de Inclusão Social; Programa Renda Mínima, Orçamento Participativo e o Programa de Incubadoras de Cooperativas entre outros. A partir dessas iniciativas, foram selecionados três grupos, na favela Sacadura Cabral, que possuíam alguma condição material para ingressarem no processo de incubação de cooperativas: um, formado por mulheres, para realizar serviços de confecção e costura; outro, também formado por mulheres, para a limpeza e lavanderia hospitalar; o terceiro era constituído por trabalhadores da construção civil.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

A Cooperativa de costura, confecção e estamparia “Olho Vivo” começou com 24 mulheres com suas máquinas de costura comuns. Mas os serviços contratados necessitavam de máquinas de costura industrial. As trabalhadoras decidiram buscar subsídios, expondo esta situação nas reuniões do Orçamento Participativo. Atualmente, possuem nove máquinas industriais. Quatro foram doadas pela Fábrica Valisère; duas foram doadas por uma ONG da Comunidade Européia; e três compradas.

O local de trabalho das costureiras foi uma fábrica de tintas, cujo dono pretendia transformá-la em um depósito de álcool. Prevendo o perigo que isto implicava, uma das costureiras, que também é líder na comunidade, expôs a situação aos moradores e sugeriu ao proprietário, em conjunto com as outras costureiras, que cedesse o espaço para a instalação da confecção. O acordo foi firmado mediante o pagamento de um aluguel mensal.

A produção principal das costureiras havia sido, até meados de 2002, a de uniformes social para empresas e indústrias da região e, a Cooperativa mantinha um contrato não regular com apenas um fornecedor (de peças para a costura). As costureiras dependiam totalmente das possibilidades de fornecimento destas peças, pelos fornecedores, cujos contratos estabeleciam prazos, normas e o preço de R\$ 1,30 por uniforme. O fornecedor exigia a produção de 300 peças diárias, mas a capacidade produtiva da Cooperativa chegou apenas a 100. Estes poucos contratos, por facção, proporcionaram-lhes uma pequena “retirada” ao final do mês: em três anos e meio, as costureiras não puderam receber mais de 6 ou 7 “retiradas” – conforme relato da presidente.

Como a procura por uniformes na região diminuiu, as costureiras procuraram outros ramos de costura, como o de capas, bolsas, acabamento de roupas, etc., para cobrir as principais despesas. Na ocasião da minha visita à Cooperativa, por exemplo, as costureiras estavam aprendendo métodos de costura industrial com uma instrutora, vinda especialmente do SENAI para ministrar o treinamento. Os cursos de especialização vêm sendo realizados para as trabalhadoras adquirirem maior habilidade com a máquina. Os cursos de especialização vêm sendo realizados para as trabalhadoras possam adquirir habilidades com a máquina, produzir num ritmo mais acelerado e diversificar os ramos de costura.

As despesas mensais da cooperativa compreendem: o aluguel do galpão, manutenção das máquinas, água, luz e telefone, o que

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Como o resultado financeiro do trabalho por facção é destinado a cobrir os gastos, as oito costureiras só continuam mantendo o vínculo, como cooperadas, por possuírem outros tipos de renda: o marido e/ou os filhos trabalham; vendem cosméticos; recebem pensão por viuvez e, uma delas, mora no galpão. Além, disso recebem uma cesta básica mensal, fazem pequenos reparos e confeccionam para algumas pessoas da comunidade.

Apesar de produzir no limite das condições objetivas, esta Cooperativa é sempre reconhecida nos documentos dos Programas de Inclusão Social da PMSA. Foi pano de fundo de campanhas eleitorais e divulgada pela imprensa local, nacional e internacional.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

CAPÍTULO III

Uma inovação no cooperativismo brasileiro: as CPAs nos assentamentos rurais do MST em Itapeva/SP

No Brasil, as primeiras experiências cooperativas foram baseadas nos princípios dos Pioneiros de Rochdale (não no ideal original de sua formação), mas num modelo criado pela gradual adaptação de seus princípios às relações econômicas capitalistas. Chamado “tradicional”, o cooperativismo brasileiro foi (e ainda é) utilizado como modelo de gestão de empresas comerciais, agroindustriais ou bancárias, que exploram trabalhadores não cooperados.

A partir dos anos 90, o cooperativismo vem se articulando ao conjunto de programas sociais, destinados a oferecer especialmente aos trabalhadores de baixa renda e que possuam uma habilidade profissional comum ou àqueles que integram uma parcela crescente de desempregados, assistência social, técnica e administrativa necessária para a formação de cooperativas. O cooperativismo, integrado às propostas reformistas, tende a aperfeiçoar os mecanismos de exploração do trabalho e de reprodução do capital.

Tais “modelos” podem desenvolver mudanças sociais, desde que conservadas dentro dos limites impostos pelas relações econômicas capitalistas. Ou seja, as organizações cooperativas não podem se transformar numa ameaça à ruptura destes limites, mas devem se converter em simples mecanismos de “ajustes” ou “correção” do sistema.

Entretanto, no interior das novas lutas sociais, que surgiram neste período, experiências associativas e cooperativas articularam-se como instrumentos importantes de organização dos trabalhadores e de produção coletiva. Sob esta

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

perspectiva, procuraremos abordar a formação das Cooperativas de Produção Agropecuária do MST em Itapeva/SP.

3. As lutas sociais no Brasil dos anos 1990.

3.1. “Novos movimentos sociais”

Desde os anos 90, os chamados “novos movimentos sociais” vêm sendo estudados como manifestação do processo de desenvolvimento de uma sociedade mais democrática, apoiada na ética e na justiça social. Algumas destas formulações acabam por encobrir as contradições das relações capitalistas e confinam os movimentos sociais na esfera da sociedade civil. Assim, num claro objetivo ideológico, estes movimentos (ONG’s, associações, cooperativas, etc.) tornam-se instrumentos adequados à tentativa de dar respostas positivas à crise que assola algumas regiões e o país como um todo. Como vimos no capítulo anterior, o cooperativismo, apoiado pelas políticas compensatórias, passa a desempenhar parte deste papel. Contribui para a formação dos pequenos “empreendimentos comunitários” que, na tentativa bem intencionada dos programas assistenciais, acabam por dinamizar o intenso processo de exploração do trabalho e minar os direitos trabalhistas com a subcontratação e terceirização do trabalho.

Segundo Maria da Glória Gohn, as noções de cidadania, inclusão e exclusão sociais contidas nas análises dos “novos movimentos sociais”, descrevem a manifestação do desemprego, da miséria ou da marginalização como resultados de restrições socioeconômicas - que “Durkheim certamente caracterizaria como anomia social: violência generalizada, desagregação da autoridade estatal, surgimento de estruturas de poder paralelas, etc”.(1997: 288).

O importante resgate do sentido social que os movimentos sociais, as organizações coletivas, associações e cooperativas promovem como um elemento positivo, dilui-se numa prática política mais ampla. Tais movimentos, apresentados como condicionantes de um processo gradual de transformação da sociedade, tendem a uma superficialidade prática, similar à dos utópicos do socialismo programático, cujas propostas limitavam-se à transformação no interior das leis reprodutoras do capital, sem colocar em xeque suas estruturas.

A inegável relevância dos movimentos reivindicatórios urbanos não está somente nos termos das conquistas materiais, mas, segundo Jacobi, na constituição de uma identidade capaz de modificar a consciência fragmentária imposta pela herança do regime político autoritário (1989: 159).

A queda do muro de Berlim, a descrença nas utopias, a crise do modelo cubano, para Gohn, são os principais fatores que levaram a “sociedade civil a desacreditar da política, dos políticos e das ações do Estado em geral”. O que impulsiona os “novos movimentos sociais” é menos “um projeto de transformação social futuro e mais o desejo de alterações pontuais, o desejo de liberdade”. É nesta direção que a autora expõe que “a ação direta é preferida à ação delegada aos partidos” (1997:206-207). O reconhecimento da existência dos conflitos sociais nas pautas de negociação seria a manifestação de uma “nova linguagem, a criação de novas regras de civilidade, de reconstituição do tecido social danificado pelos mecanismos de exclusão e de repressão” (1997:302).

Para Scherer-Warren, os movimentos sociais atuais remontam aos princípios anarquistas como um fator cultural, mesmo que seus princípios não sejam explicitados. Tais princípios seriam: a livre organização, autogestão, democracia de base, direito à diversidade e respeito à individualidade, à identidade local e regional, e a noção de liberdade individual associada à de liberdade coletiva. Uma nova cultura política estaria se construindo a partir de uma identidade em torno dos

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

1. reação às formas autoritárias e de repressão política, com a proposição de uma democracia direta sempre que possível (de base ou representativa em contextos mais gerais), além do questionamento dos próprios critérios de distribuição do poder;
2. reação às formas centralizadoras do poder, e defesa das autonomias locais e sistemas de autogestão;
3. reação ao caráter excludente do modelo econômico adotado no país, encaminhando novas formas de vida mais comunitária (1987:50).

A maioria das análises, dos chamados “novos movimentos sociais” no Brasil (para nos limitarmos neste caso) prendeu-se demasiadamente às vicissitudes do regime político. Afinal, foram 21 anos de ditadura militar. Hoje, após uma década e meia de democracia burguesa, o panorama parece mais claro.

Nos termos da perspectiva teórica aqui adotada, quando parte das noções utilizadas, para explicar os chamados “novos movimentos sociais” como “cidadania”, “inclusão” e “exclusão social” expressam e, por outro lado, ocultam uma profunda crise que atravessa o conjunto das relações sociais capitalistas. Nas lutas sociais, manifesta-se a tentativa de constituir uma nova identidade que supere a consciência fragmentária, mas, diferentemente do que afirma Pedro Jacobi, esta fragmentação não deriva simplesmente de um regime político (no caso, o autoritarismo). Ela se enraíza em algo mais profundo: as estruturas do modo de produção capitalista em uma nova rodada de transnacionalização no bojo de uma profunda crise.

Neste sentido, estes movimentos podem restringir seus impactos ao interior do sistema, embora seja altamente improvável que reconstituam “o tecido social danificado”. Mas também podem apontar para uma profunda transformação social. De qualquer forma, para compreendê-los, é fundamental não identificar ação política com esfera estatal. Embora não se neguem à prática institucional, estes movimentos

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

mantêm sua vitalidade exatamente por atuarem criativamente também fora do espaço político institucional. Isto não significa necessariamente, acanhamento, pequenez ou apatia política. Significa recuperar práticas populares de romper com a clausura política que lhes é imposta pelos dominantes.

A partir destas formulações, é possível concordar que a ação direta e a autonomia são elementos basilares dos movimentos sociais. Como a gama de análises sobre este assunto requer um estudo à parte, nosso objetivo é ir ao encontro do movimento social que procura inserir a organização das cooperativas em um projeto amplo de transformações sociais.

Sob o ângulo da organização das massas, de modo direto e autônomo, o MST é o mais avançado dentre o conjunto dos movimentos sociais que surgiram no campo e na cidade no Brasil dos anos 1980 e 1990. A ofensiva, as ocupações e as atividades do MST são algumas das poucas manifestações que têm questionando a política liberal do governo e, com isto, têm grande chance de criar o que Petras aponta como “uma contra-hegemonia, pelo menos frente ao predomínio da agroindústria de exportação, um dos eixos da política do governo” (1997: 12).

1.4. Alguns aspectos da formação do MST

O MST surge como a expressão das forças sociais que emergiram no enfrentamento ao governo federal nas décadas de 80 e 90 dando continuidade às

lutas camponesas⁴⁷ tendo como principal influencia a ação pastoral das CEB's e da CPT⁴⁸.

James Petras afirma que o MST combinou ocupação de terras e manifestações massivas para exercer pressão sobre o governo para legalizar e financiar a redistribuição de terras. E, assim como os outros movimentos de base camponesas na América Latina, o MST difere dos movimentos do passado pelas seguintes razões: é autônomo e independente em relação aos partidos; seus líderes não formam parte de um aparelho burocrático; vincula as lutas setoriais a problemas políticos nacionais; possui vínculos⁴⁹ com organizações regionais e internacionais; assim como outros movimentos camponeses, têm estado na vanguarda, buscando aliados⁵⁰ nas cidades e nos parlamentos nacionais; e, por último, estão aprendendo uns com os outros, particularmente no que se refere à questão de táticas concretas (2002).

O processo de formação do MST passou por períodos importantes, que podem ser delimitados pela conjuntura política e econômica do país e pelos anos dos Encontros e Congressos:

Terra para quem nela trabalha. Em 1984, no I Encontro dos Trabalhadores Sem Terra, em Cascavel no Paraná, foram definidos os princípios: formas de organização, estrutura e formas de luta do movimento. E, em 1985, no I Congresso Nacional em Curitiba (PR), com a presença de 1.500 delegados, os objetivos formulados no ano anterior foram reafirmados: lutar pela reforma agrária, por

⁴⁷ Esta continuidade não é linear e nem direta. Em ampla medida, sua construção é parte da própria constituição da identidade e, portanto, do próprio movimento. Relacionamos algumas organizações que fazem parte da história da luta pela terra no Brasil: a ULTABs – União dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil; as Ligas Camponesas, o MASTER/RS; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a FETAG e a CONTAG;(MST, mimeo).

⁴⁸ As CEBS e a CPT, nos anos 70 e 80, por meio de seus “trabalhos de base” à luz da Teologia da Libertação, nas paróquias das periferias das cidades e nas comunidades rurais, conforme Mançano Fernandes, formaram espaços de socialização política e de organização “dos novos movimentos camponeses que insurgiram durante o regime militar”(2000:44).

⁴⁹ Com a Cordenadoria Latino-Americana de Organizações Camponesas – CLOC, a VIA

mudanças sociais. De 1979 a 1985, período de ocupações e mobilizações em muitas regiões do país - sul, sudoeste do Paraná, Santa Catarina e oeste de São Paulo – que procuraram superar o patamar das reivindicações isoladas para formas mais organizadas.

Terra não se ganha se conquista. De 1985 a 1990, há uma articulação e expansão das lutas em vários estados. E internamente, se desenvolvem os princípios que nortearão a unidade política do MST: direção coletiva; disciplina; formação de quadros; vinculação com a base e etc. Este é um período marcado pela intensificação das ocupações de terra e de enfrentamento às forças contrárias⁵¹. Um processo definido por Mançano Fernandes⁵² como de “espacialização e territorialização da luta pela terra pelo MST”.

Ocupar, resistir e produzir. (1990 - II Congresso em Brasília com 4.000 delegados). A década de 1990 foi marcada por forte repressão política, como uso intensivo da força policial nas ações de desocupação que culminaram nos massacres de Corumbiara, em Rondônia e de Eldorado de Carajás, no Pará⁵³.

Reforma Agrária: uma luta de todos. (1995 - III Congresso com 5.000 delegados). Segundo Stédile e Mançano Fernandes, a formação do Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB teve como objetivo promover o desenvolvimento técnico e educacional da base social interna do MST como forma de resistência à repressão (1999:54). O Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), localizado em Veranópolis (RS), foi criado para

⁵¹ Durante a segunda metade dos anos 1980, a “grande burguesia agrária” desenvolveu a sua estrutura de representação e a sua influência no aparelho de Estado por meio da formação de duas entidades: a FAAB – Frente Ampla da Agropecuária Brasileira e a UDR – União Democrática Ruralista. A FAAB aglutinando três entidades empresariais: OCB, CNA e SRB (Germer, 1994:273-274).

⁵² Segundo este autor, os camponeses na busca por novas condições para a superação das suas realidades, “constroem” sua própria história, desenvolvem novas relações sociais e “espacializam as memórias da luta, que servem como referências para a mística do Movimento” (2000:22).

⁵³ Conforme setor de documentação do MST e da CPT, o total de trabalhadores rurais

implementar esta proposta, por meio de realização de cursos de formação e de administração de cooperativas.

Além das ocupações, outras formas de luta são incorporadas, como a “Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária” que partiu de diversos pontos do país, percorreu mais de mil quilômetros e chegou em Brasília com mais de 100 mil trabalhadores, em 17 de abril de 1997, um ano do massacre em Eldorado dos Carajás (PA). E, o 4º Congresso Nacional – *Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio* - em agosto de 2000, que contou com a participação de 11 mil e 200 trabalhadores demonstrando, mais uma vez, a capacidade de organização política dos trabalhadores.

As lutas de classes no campo, não estão apesar de suas especificidades, submetidas apenas às influências da realidade agrária, mas estão inseridas num contexto geral -cuja mobilização política dos trabalhadores se deve a um conjunto de fatores econômicos, políticos e ideológicos.

As mobilizações dos trabalhadores (desde a ocupação da terra até a organização dos assentamentos) são passíveis de interpretações economicistas, uma vez que as bases sociais deste movimento, se desenvolvem a partir da inserção dos trabalhadores na esfera produtiva. Os fatores econômicos tornam-se insuficientes para a apreensão do processo como um todo, ou seja, na sua complexidade. Mas isto não significa dizer que estes devam ser relegados a um plano secundário. As mudanças nas relações sociais e de produção, fomentadas nos assentamentos do MST, implicaram, necessariamente, mobilizações e enfrentamento político. Busca-se não resumir a articulação das formas de organização da produção e da comunidade, numa reivindicação corporativa somente de defesa dos direitos dos assentados. Mas, na superação desta, ao combinar a luta econômica com a política por meio de mobilizações e de discussões sobre questões mais amplas -uma vez que o processo de desarticulação das lutas sociais no campo adveio da associação de

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

3.2. Governo e mídia entram em campo

Com base nas análises do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo⁵⁴, pode-se afirmar que, no mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, a reforma agrária não foi tratada com prioridade. Foi concebida na esfera das políticas compensatórias e se inseriu na implementação de uma política agrícola vinculada aos ditames dos organismos financeiros internacionais.

O “Novo Mundo Rural” ou “Nova Reforma Agrária” refere-se a um conjunto de programas que deram base às políticas agrícolas daquele governo, com apoio do Banco Mundial, objetivando abrandar a miséria crescente que acompanha e ameaça o processo neoliberal nos países do terceiro mundo. O elemento central deste projeto se concentrava na implantação da “reforma agrária de mercado”, através da criação de programas de crédito para a compra e venda de terras. Delegava ao latifundiário a responsabilidade de redistribuição de terra, através dos projetos *Cédula da Terra* e *Banco da Terra* (Wolf e Sauer, 2001:164).

Na época do anúncio deste programa, a conjuntura era fortemente recessiva. O “jogo de verbas” fez parte do lançamento da “nova política” incluindo propaganda televisiva (Carvalho Filho, 1999:70). A implementação

⁵⁴ Criado em 1995, este Fórum é uma “articulação com caráter amplo e pluripartidário”, reunindo

desse programa, teve como meta principal extinguir o recurso constitucional da desapropriação de terras, substituindo-o por instrumentos de mercado. Com isto, se anunciou uma política agrícola que visava: uma reforma agrária de mercado, com a compra à vista de terra, leilões e desapropriações apenas para a região norte; extinção do INCRA como autarquia e organismo de reforma agrária e sua transformação numa agência coordenadora; descentralização da reforma agrária para os governos municipais, que indicariam áreas a serem compradas e controlariam a comissão municipal de seleção de sem terras beneficiados; extinção do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA⁵⁵ e viabilização somente do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF⁵⁶.

O *Cédula da Terra* entrou em vigor no ano de 1997, com a meta de transferir mais de 800.000 ha para 15.000 famílias de sem-terras em 3 anos. Foram disponibilizados recursos dos governos estaduais de R\$ 10 milhões para a constituição do Fundo de Terras. O Banco Mundial colocou à disposição do projeto o equivalente a R\$ 90 milhões para a implantação dos assentamentos.

Cabe ressaltar que o *Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza* foi resultado de discussões entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e o Banco Mundial e, resumidamente, teve como objetivo mostrar que o conjunto de propostas ou medidas que visam à regulação do

⁵⁵ O PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - foi criado em 1985, como parte de um conjunto de programas voltados para desenvolver assentamentos. Pelas regras, atribuía a cada família o direito de receber até R\$ 16 mil, a serem pagos em sete anos (no caso de créditos de investimentos e cooperativos) (*Reforma Agrária; compromisso de todos*. 1997).

⁵⁶ Com a extinção do PROCERA, em 1998, sob o conjunto de mobilizações no ano 2000, algumas das reivindicações dos trabalhadores foram atendidas, porém acordadas com valores menores do que o pleiteado e permaneceu a dificuldade de enquadrar as famílias assentadas no PRONAF. Por exemplo, Crédito de moradia: R\$2.500,00/família; Crédito de custeio: R\$ 2.000,00/assentado 1,15% a.a.; Crédito de Investimento: Linha A - R\$ 9.500,00 1,15% a.a./empréstimo único para

mercado de terras tem como alvo eliminar obstáculos, agilizar, baratear e facilitar os negócios formais e informais com terras para agricultores que não possuem ou que têm uma pequena quantidade de terra, e penalizar o uso especulativo da terra. As “inovações”: grupos de agricultores sem-terras escolhem e negociam diretamente com os proprietários a aquisição de terras sob supervisão do ITESP; os trabalhadores se organizam em associações e indicam a área a ser adquirida; os agricultores que utilizarem o crédito fundiário não terão direito aos recursos do PROCERA e do crédito Fomento e Alimentação e Habitação do Incra;

A criação e a implantação do *Cédula* se justificava, conforme o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, pela possibilidade de “desideologização” da reforma agrária, via negociação direta entre sem-terras e latifundiários na compra e venda de terras, promovendo uma “pacificação” no campo, além da contenção de gastos (Wolf e Sauer, 2001:166).

Segundo o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, com este sistema de compra e venda de terra, o poder público passa a condução da reforma agrária para os próprios donos da terra; ao substituir a desapropriação, o *Cédula* da Terra/Banco da Terra premia os donos da terra que, ao invés de receberem Títulos da Dívida Agrária a serem liquidados em até 20 anos, recebem em dinheiro à vista pelas terras vendidas; as grandes propriedades, ainda que improdutivas, se transformam em verdadeiros ativos financeiros; devido à especulação financeira, o preço da terra tenderá a aumentar substancialmente; além de serem obrigados a pagar o financiamento da compra da terra, os sem-terra⁵⁷ e minifundistas, terão ainda que buscar financiamento para produção.

⁵⁷ e

O *Banco da Terra* teve como objetivo estratégico “desqualificar os movimentos sociais organizados” – especialmente, quebrar a legitimidade do MST – atuando diretamente no “âmbito econômico dos trabalhadores desorganizados” (Carvalho Filho, 1999:75)⁵⁸.

Neste conjunto de programas lançados no governo FHC (1997), recursos públicos foram destinados a manter um processo permanente de negociações com os setores do patronato rural e representantes ruralistas no Congresso Nacional, objetivando garantir o apoio às reformas. Um destes programas foi o RECOOP - Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária.

O RECOOP veio complementar e manter os propósitos de desregulamentação, expressos no projeto de lei cooperativista em tramitação no Congresso Nacional, com a intenção de transferir do governo para a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) o controle e a fiscalização deste sistema. Enquanto isto, a instituição do RECOOP teve o papel de induzir a reorganização administrativa e gerencial das cooperativas de produção, impondo critérios de seleção que privilegiavam e concentravam as cooperativas agropecuárias e agroindustriais de grande porte, mas prejudicando a administração das cooperativas de modo geral. A ênfase ao modo empresarial de gestão, visando à geração de lucros e à adequação aos ditames neoliberais, teve também o objetivo de assegurar o controle político sobre elas.

A seleção e a concentração das cooperativas de produção têm o propósito de fomentar a produção agrícola em grande escala, adequada aos padrões de eficiência econômica impostos pelos organismos financeiros

Pontal do Paranapanema têm algum tipo de atividade remunerada externa. Quando esta situação é constatada, o titular do assentamento corre o risco de perder o lote de terra (FSP. 24.09.2000).

⁵⁸ No “pacote” de medidas para a Reforma Agrária no Governo Lula, há a extinção imediata do Banco da Terra conforme publicação na FSP: “O principal programa de crédito fundiário dos tucanos é extinto e foi retirado da página do Ministério na internet, os nomes de 25 trabalhadores

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

internacionais. Este projeto contou com a intervenção governamental nas maiores cooperativas de produção, destinando recursos públicos somando: R\$ 2,5 bi, sendo R\$ 1,5 bi para renegociação das dívidas, e 1 bi para novos investimentos. Na época (1997/1998), como o governo agiu de modo semelhante ao sanear grandes instituições financeiras, essa ação se popularizou como o *Proer das cooperativas* (Teixeira e Dal Chiavon, 1998).

A implementação prática do RECOOP já expõe seus aspectos seletivos e de exclusão das pequenas cooperativas, devido às rígidas exigências e complexidade técnica. Como por exemplo: estímulo às atividades de produção agrícola de cultura/produtos exportáveis, taxas de retenção compulsoriamente fixadas sobre a produção e comercialização dos cooperados e um “monitoramento” por meio de uma auditoria do governo às cooperativas, independente das decisões em suas assembleias.

O SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem de Cooperativismo, é um projeto de organização e profissionalização dos cooperados e prevê a seleção dos cooperados com disposição a assumirem compromissos e capacidade de implementar tecnologias necessárias à realização do projeto de revitalização da cooperativa.

Estes projetos mostram formas diretas de intervenção governamental nas cooperativas de produção agrícola, subtraindo-lhes a autonomia administrativa prevista na Constituição, conforme demonstramos no capítulo anterior.

É evidente, neste processo de adequação da política agrícola ao receituário neoliberal, o incentivo dado às cooperativas de produção vinculadas à OCB em contraposição ao avanço das formas de organização e de gestão cooperativa descentralizada, autônoma, voltada para o desenvolvimento dos cooperados e da comunidade em âmbito geral -como, por exemplo, as cooperativas formadas num processo amplo de lutas

Além dos recursos institucionais de contenção da luta social no campo, o governo federal declarou, nos meios de comunicação, que foi realizada a maior reforma agrária da história do país no período de 1995 a 2001 -divulgando os seguintes dados:

1. Que a área desapropriada para a reforma agrária nos últimos seis anos corresponde a 18 milhões de hectares;
2. Que mais de 480 mil famílias foram assentadas e mais de 2 milhões de brasileiros beneficiados;
3. Que em um ano foram investidos 2,8 bilhões em créditos para os pequenos agricultores, com juros de 4% a.a.

Mas, conforme relatório da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), dirigido pela Food and Agriculture Organization (FAO), em setembro de 2001, os dados que correspondem à realidade são:

1. 62% dessas áreas desapropriadas encontram-se na região da chamada Amazônia legal. São terras públicas, ocupadas por fazendeiros e de origem duvidosa,. Conforme dados do próprio INCRA, entre 1992 e 1998 imóveis acima de 2 mil ha. de 19.077 passaram para 27.556, representando 43 % de todas as terras. Isso significa que, em 7 anos, 29 fazendeiros acumularam 57 milhões de ha. a mais em seu patrimônio (neste período, 4 milhões de ha. de terras públicas foram adquiridos por uma construtora). 1,3% corresponde aos imóveis com menos de 10 ha. e, entre 1992 e 1998, mantiveram sua área ao redor de 5 milhões ha.
2. Contabilizando famílias reassentadas em projetos antigos, áreas já existentes, regularização de posseiros e projetos em andamento, o governo divulgou que entre 1995 e 2000 foram assentadas 482.206 famílias, em 18.040.378 hectares, sendo que

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

as famílias efetivamente assentadas em áreas desapropriadas somam 371.627 famílias em 16.166.933 hectares. Uma diferença de 110.579 famílias e de 1.873.445 hectares. Isto significa um estádio do Maracanã cheio e meio território da Holanda.

3. Desde 1986 as famílias tinham acesso ao PROCERA. Em 1998, o governo extinguiu este programa criando o PRONAF. Entre 1998 a 2002 os recursos do PRONAF destinados para a produção agrícola somam 7.600 dólares, mas os efetivamente aplicados perfazem 3.640 dólares -o que demonstra uma diminuição progressiva entre o destinado e o executado.

Entre 1995 e 2001, segundo dados do INCRA, os valores orçados em reais foram de 12,2 bilhões e, os efetivamente gastos, 10,1 bilhões. A diferença se refere à diminuição, a cada ano, com despesas, com desapropriação e com assentamentos (*Jornal Sem Terra nº03 ed.especial*).(*Revista Sem Terra nº14*).

Segundo o *Dataluta*, há atualmente 496 acampamentos e 62.198 famílias ligadas ao MST; dos ligados à CONTAG, 375 acampamentos e 33.827 famílias; totalizando o equivalente, conforme matéria divulgada na *Folha de S. Paulo* (23.02.2003), 400.000 camponeses em 871 acampamentos, aguardando a implementação de projetos de assentamentos rurais⁵⁹.

4. A concepção de cooperação do MST

⁵⁹ Conforme matérias publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, em 21 e 25.04.2002, entre os dados do INCRA (35.797 fam.) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (40.806 fam.) há uma divergência de 5.009 famílias. O governo federal demonstra, com isto, dados inflados nos balanços

A concepção de cooperação do MST vincula o desenvolvimento econômico e social dos assentados a um projeto político estratégico de transformações na sociedade, capaz de potencializar lutas sociais mais amplas, ou melhor, anticapitalistas.

Para o MST, o cooperativismo é, ao mesmo tempo, um instrumento de luta e uma ferramenta de organização, por permitir a formação e a liberação de militantes. As ações políticas são baseadas em um conjunto de princípios que resumidamente, podemos apontar como essencial, a gestão democrática (ou direção coletiva) na organização dos núcleos de base; nas cooperativas; na distribuição do resultado da produção, de acordo com a participação de cada um nas operações da cooperativa; no processo de discussão e planejamento da produção; na tomada de decisões e nas avaliações.

Soma-se a estes princípios, a formação político-ideológica da base social e a chamada *mística*, cuja premissa principal é fomentar a memória de luta. Além das reivindicações por políticas que correspondam aos anseios imediatos dos trabalhadores, outro princípio é o de manter ou buscar vínculos (conforme expusemos anteriormente) com movimentos sociais preocupados com mobilizações políticas mais amplas: contra a ALCA, a produção de alimentos geneticamente modificados (os chamados transgênicos), as intervenções imperialistas nos países latino-americanos e nos do Oriente Médio.

4.1. CONCRAB

Na primeira fase de ocupações (1979/1985), nos assentamentos, a cooperação limitava-se a algumas ações voltadas para a produção de subsistência, por meio de pequenos grupos e associações. Com o objetivo de organizar os

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

assentados, foram realizados cursos sobre economia política, cooperação agrícola (entre 1986 a 1989) pela Comissão Nacional dos Assentados que, posteriormente, pelos Laboratórios Organizacionais do Campo – LOC. Os Laboratórios buscavam formar cooperativas coletivas, combatendo os “vícios” presentes nas formas artesanais de trabalho: individualismo, personalismo, imobilismo, auto-suficiência, entre outros. Foi uma tentativa de organizar os assentados, objetivando a viabilização econômica dos assentamentos. O Sistema Cooperativista dos Assentamentos, que mais tarde passou a denominar-se Sistema Cooperativista dos Assentados, procurou fazer a síntese destas experiências.

A Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB), formada em 1992, teve como finalidade promover assessoria e capacitação técnica aos assentados, por meio dos cursos técnicos em administração cooperativa – TAC que são realizados no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA⁶⁰. A escola Josué de Castro oferece cursos para a formação de militantes, professores e técnicos.

Após uma série de debates internos entre as instâncias do MST, atualmente o Sistema Cooperativista dos Assentados passou a denominar-se Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. E a CONCRAB passa de um órgão independente do MST a vincular-se diretamente a este setor.

Uma das principais características da CONCRAB, conforme descrito em suas cartilhas e na entrevistas com seus organizadores, é a luta pela construção de um novo cooperativismo que seja alternativo ao modelo tradicional e de ser fundamentalmente oposto à política neoliberal:

“O cooperativismo que nos propomos a construir defende a autonomia de organização e representação. O desafio é construir o próprio modelo do MST: que abarque

⁶⁰ Além dos cursos há o beneficiamento de geléias, compotas, produtos lácteos, produtos agrícolas *in natura* comercializados na Loja da Reforma Agrária em São Paulo com as marcas: *Sabor do Campo* de São Paulo; *Terra e Fruto* do Rio Grande do Sul; *Terra Viva* de Santa Catarina e *Produtos da Terra* de Pernambuco.

as diferenças regionais, que aponte um modelo tecnológico alternativo; deve organizar a base para contribuir na transformação da sociedade” (Concrab, 1998:11).

A construção deste novo modelo aglutina uma série de atividades, como: capacitar tecnicamente, promover a cooperação agrícola nas suas mais variadas formas, organizar a produção e comercialização, administrar os créditos, organizar mobilizações para a ampliar as condições básicas dos assentados e por políticas agrícolas. Soma-se a este último o objetivo de mostrar a importância da luta pela reforma agrária, para o conjunto da sociedade, a partir dos inúmeros exemplos de assentamentos espalhados pelo país. “Com isto, acumular forças, formar quadros políticos, contribuir para a construção de um novo homem de uma nova mulher, pessoas responsáveis, politizadas, culturalmente desenvolvidas, solidárias e fraternas umas com as outras” (CONCRAB, 1998:13).

4.2. A particularidade das cooperativas do MST

A estrutura organizativa da produção nos assentamentos rurais do MST integra várias formas de trabalho cooperativo, que pode ter ou não sua existência legalizada. Destacamos as principais, nos documentos do MST(Görgen e Stédile, 1991:151-166) e no estudo de Carvalho (1998).

Coletivo: enquanto forma de cooperação no trabalho, pressupõe a existência da divisão técnica do trabalho em que todos, ou apenas parte dos trabalhadores rurais do assentamento, participem de atividades integralmente coletivas.

Semicoletivo: combinação das atividades produtivas de subsistência familiar, geralmente realizadas no lote individual, com atividades de produção para o mercado, realizadas nas parcelas de terra, do assentamento, destinadas ao uso

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Mutirão: forma de cooperação no trabalho que não pressupõe a divisão técnica do trabalho e contratação formal. Sinônimo de ajuda mútua (em algumas regiões do país é chamado de: *puxirum,ajutório, adjunto...*), é a forma mais simples de cooperação entre pessoas ou grupos de familiares para a realização de uma determinada atividade, seja para benefício de uma família ou para a construção de uma infraestrutura social de uso coletivo. Não há remuneração pelo trabalho realizado mas compromisso e reciprocidade. A troca de dia de serviço é mais uma configuração desta forma simples de cooperação, em que membros de uma família ajudam outra família, seja na colheita ou no empréstimo de máquinas. Esta família recompensará àquela, realizando um trabalho similar ao recebido.

Núcleo ou grupo de produção: em média cada grupo é constituído de 5 a 15 famílias, que se unem por proximidade, parentesco ou setor de produção, para discutir planos de produção, resultado econômico das safras, projetos de cultivo, etc.

Associação: é um tipo simples de legalização do trabalho coletivo, cujo principal objetivo é facilitar a aquisição de bens de produção, máquinas e implementos agrícolas. Promove, também, a prestação de serviços de comércio e de transporte na comunidade.

Cooperativas de prestação de serviços: visam planejar e organizar as principais linhas de produção de todos os assentados. Têm a função de comercializar e prestar assistência técnica. Numa área maior pode se expandir para as Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais (CPSR) e Cooperativas de Produção e Prestação de Serviço (CPPS).

Cooperativas de crédito: têm a finalidade de facilitar o acesso ao crédito para os assentados.

Cooperativas de produção agropecuária (CPA): desde 1989 têm sido a forma superior de organização da produção nos assentamentos rurais do MST.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

legislação cooperativista atual e registrada na Junta Comercial de sua região. Os lotes conquistados tornam-se propriedade coletiva, apesar de, para a grande maioria dos assentamentos, o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanecer em nome da cada família assentada, podendo, em alguns casos, a titulação de posse ser em nome da CPA. A terra, portanto, é dividida em: uma parcela para a moradia e a subsistência de cada assentado e, outra, para o trabalho coletivo com produção em grande escala.

O plano de produção é discutido coletivamente com base técnica, definindo os setores e, dependendo da resolução em assembléia, define-se também o controle do trabalho por hora ou por dia trabalhado. A remuneração aos trabalhadores assentados, dependerá do resultado da safra, a cada 6 meses.

No interior do processo produtivo destes assentamentos, é possível visualizar o esforço coletivo em articular a necessidade de manter patamares mínimos de subsistência ou comercialização, com a ampliação das relações sociais por meio de projetos e atividades pedagógicas, educacionais, esportivas, culturais, ligadas à saúde, ao saneamento básico e à formação política dos assentados.

A repressão ao MST no período do governo Collor (1989-1991) e as mudanças estruturais na década de 90 (extinção das linhas de crédito, importação de gêneros alimentícios e apoio às cooperativas produtoras para a exportação) geraram: de um lado, a crescente inviabilidade econômica para a maioria dos pequenos produtores rurais, diretamente refletida nas CPAs ligadas ao MST; de outro, fomentou (entre suas instâncias organizativas) um debate interno no sentido de estimular a cooperação de produção agrícola, desde a mais simples às mais complexas -como alternativa para incrementar a viabilidade econômica dos assentamentos e dar à melhoria social dos trabalhadores assentados um conteúdo político estratégico. Como resultado destes debates, foi definida a concepção de cooperação para o MST:

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

“Buscar uma cooperação que traga: desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade. Para isto deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e resistir ao capitalismo” (Concrab, 1999:20)

De acordo com alguns estudos documentados em cartilhas e apostilas⁶¹, a realização deste modelo inovador de cooperativismo é atravessada por inúmeras contradições que aparecem, ora como internas, ora como externas.

As internas originar-se-iam no fator cultural. A criação do SCA não teria levado em conta as práticas históricas dos trabalhadores rurais, mas sim uma condicionante político-ideológica imposta de fora. E, no decorrer da implantação deste sistema cooperativista, o sentido de cooperação teria sido perdido na ênfase prática dada à administração econômica das CPAs. Conforme Carvalho (1998) e Martins (2000), admite-se, a partir dos anos 90, como um dos motivos de um possível retrocesso na condução política deste movimento social, a “redução da política de cooperação à constituição de cooperativas”.

Os fatores externos estariam condicionados à lógica das relações econômicas capitalistas que, aliada a fatores políticos (como a extinção de créditos para o desenvolvimento da pequena agricultura e de adequação às normas internacionais de produção agrícola), tem dificultado para os pequenos produtores, assim como para os assentados, ligados ou não às CPAs, a obtenção de recursos necessários a dinamização da pequena agricultura e de manutenção de um padrão mínimo de subsistência.

Tais leituras, críticas e autocríticas têm contribuído para o desenvolvimento de novas análises e formulação de novos projetos⁶² no que se refere à produção coletiva nos assentamentos.

⁶¹ H. J. Martins, *Cooperativas (1994), (1999), (1999), (2000), (2000), (2000), (2000)*. MGT/O

O cooperativismo que se desenvolve nos assentamentos do MST, tem a característica de fomentar várias possibilidades de organização da cooperação no trabalho agrícola, com objetivo de alcançar um resultado econômico viável socialmente. Revela-se como a principal forma de resistência dos trabalhadores diante de um quadro político desfavorável ao desenvolvimento da pequena agricultura e de repressão aos movimentos sociais.

Nesta perspectiva procuraremos examinar a experiência cooperativa no Assentamento Pirituba do MST em Itapeva/SP.

5. As CPAs nos assentamentos rurais de Itapeva/SP⁶³

5.1. Alguns elementos históricos de sua formação

Durante a década de 50 e início da 60 a expansão dos movimentos sociais no campo, paralelamente à aspiração de uma parcela da “burguesia nacional” em buscar uma saída para o subdesenvolvimento, guiaram o governo do Estado de São Paulo a instituir a Lei de Revisão Agrária, elaborada e posta em vigor no Governo Carvalho Pinto (1959-1962). Entretanto, devido à enorme reação contrária, seu projeto inicial foi alterado por diversas vezes na Assembléia Legislativa. Embora demonstrasse um alcance restrito, ela foi recebida como uma proposta socialista, “um perigo vermelho” num contexto marcado pela Guerra Fria. A recusa à Lei levou

⁶² A “Comunidade de Resistência e de Superação” idealizada por Horácio Martins Carvalho (2002a) se refere a um conjunto de propostas que visam integrar movimentos, organizações sociais e os pequenos agricultores familiares para que possam realizar mudanças que lhes permitam “não somente melhorar a qualidade de vida e a do trabalho como desenvolver a consciência crítica para encontrarem caminhos para superarem as causas estruturais da opressão capitalista”. E a “Comuna da Terra”, cuja proposta é organizar “territórios” de ocupação próximos aos grandes centros urbanos, em áreas menores que as dos assentamentos rurais, com pequenas agroindústrias e comercialização direta nos centros urbanos (Matheus:2001).

⁶³ A cidade de Itapeva encontra-se na Região Sudoeste do Estado de São Paulo e Sudeste do Brasil. A extensão territorial do município abrange uma área de 1.882Km², enquanto que o

à extinção dos recursos, de acordo com Plínio de Arruda Sampaio (Chefe da Casa Civil do Governo Carvalho Pinto), por ocasião da tentativa de transferir o recolhimento do ITR (Imposto Territorial Rural) para os municípios⁶⁴. Os governos seguintes não demonstraram nenhum interesse em continuar, ou mesmo respaldar, os projetos de reforma agrária já existentes.

De acordo com a Lei da Revisão Agrária - seriam assentadas anualmente de 500 a 1000 famílias de trabalhadores, em terras públicas ou privadas que estivessem subutilizadas ou adquiridas mediante compra por parte do Estado. Cinco áreas foram escolhidas, porém com a extinção dos recursos para este fim, somente três áreas tiveram os assentamentos implantados. As áreas adquiridas pelo Governo do Estado foram: a Fazenda Santa Helena em Marília, a Fazenda Capivari em Campinas, a Fazenda Pouso Alegre em Jaú, a Fazenda Pirituba em Itapeva e a Fazenda Jacilândia em Meridiano. Os assentamentos de Campinas, Marília e o de Jaú foram implantados de forma integral. As fazendas Pirituba e Jacilândia tiveram suas terras adquiridas por meio da Lei de Revisão Agrária, mas os assentamentos não foram realizados (Bombardi, 2001).

A Fazenda Pirituba⁶⁵ possui 17.500 hectares, que se estendem entre os municípios de Itapeva e Itaberá. Tornou-se patrimônio do governo do Estado de São Paulo em 1950 devido à inadimplência hipotecária de seu proprietário: a Cia Agropecuária Angatuba. O governador Adhemar de Barros, com o objetivo de instalar um pólo destinado à ampliação da lavoura

⁶⁴ Os recursos para a implantação desta Lei, seriam provenientes do ITR. Na época, recolhido pelos estados e não pelo governo federal como é atualmente (Bombardi, 2001).

⁶⁵ Os dados históricos aqui descritos foram coletados de documentos, entrevistas, artigos de jornais e revistas, em livros: Simon, Nojimoto e Quevedo (1988), Veiga (1990), Veiga e Beze Jr. (1985a; 1985b e 1991), Stédile (1997), Beze Jr. (1998), Mançano Fernandes, (1999), (2001) em

do trigo, autorizou ao agrônomo Lino Vincenzi a tarefa de administra-la. Algumas incumbências deste agrônomo eram: trazer famílias italianas, importar máquinas e equipamentos agrícolas e construir as moradias segundo o padrão italiano. Porém, este mesmo agrônomo arrendou quase todos os lotes como pasto, para amigos e parentes.

Em 1962, o governo Carvalho Pinto requereu a devolução da fazenda, como vimos acima, para destiná-la aos planos de colonização da Lei de Revisão Agrária. Sem nenhum tipo de plantio na fazenda, o governo pagou uma “gorda indenização ao agrônomo e, a despeito dela, seus três filhos permaneceram ocupando as terras” (Veiga, 1990:39).

Em 1964, a Polícia Florestal chegou a *expulsar os ocupantes*, que logo retornaram exibindo “estranhíssimos recibos de arrendamento”. Desde então, começou uma disputa judicial entre o Estado e os advogados dos “boiadeiros-grileiros⁶⁶”. Os três grupos familiares permaneciam na fazenda, cujos lotes de terras apresentavam um estado de quase abandono.

Em 1973 foram assentados 181 agricultores, selecionados pelo Estado com base na Lei de Revisão Agrária.

O governo do Estado, sob a gestão de Franco Montoro, abriu novas perspectivas políticas para a resolução do caso da fazenda Pirituba. Os trabalhadores fizeram uma nova ocupação no mês de abril de 1983 e permaneceram uma semana acampados, e foram despejados. Depois desta ação, uma comissão intermunicipal foi proposta pelo Estado, via Instituto de Assuntos Fundiários (IAF) –formada por um engenheiro agrônomo⁶⁷, por forças políticas da região e por representantes dos acampados e dos

⁶⁶ Denominação dada aos “holandeses” e “italianos”, que mesmo sob litígio com o poder público, permaneceram nos lotes e usaram a força violenta de seus jagunços contra as famílias acampadas.

⁶⁷ Segundo José Eli Veiga o pouco que foi feito em matérias de assentamentos em terras públicas deve-se essencialmente ao “empenho, entusiasmo e garra de um punhado de técnicos”. E foi deste modo que sem apoio e sem recursos, conseguiram realizar alguns assentamentos. Um deles, o da Fazenda Pirituba, “transformou-se na prova mais candente de que é perfeitamente

Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Itapeva, Itaberá e Itararé, para discutir o assentamento dos trabalhadores sem-terra em 4.000 hectares da fazenda. As reuniões da comissão reuniam mais de 500 pessoas e tiveram a fundamental importância de ser um dos primeiros passos de organização dos sem-terra e de formação do MST. Alguns meses se passaram e muitos contratempos ocorreram até sua completa extinção, como por exemplo, a defesa dos “boiadeiros-grileiros” pelos vereadores da região. Por outro lado, os trabalhadores tiveram o apoio da CPT e de outros trabalhadores sem-terra que articulavam a luta pela terra no estado.

Em 13 de maio de 1984, os trabalhadores rurais, mais organizados, ocuparam a fazenda com 300 famílias procedentes de seis municípios da região e também do Paraná. Mas, como os “boiadeiros-grileiros” não conseguiram providenciar e concretizar os despejos, contrataram jagunços e promoveram um clima de tensão e de violência na área. O conflito instalado exigiu agilidade do Estado, através do IAF, na condução da ação de ocupação, o que resultou no deferimento da justiça pelo seqüestro de 3.851 hectares à Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA). Em março de 1985 a sentença estava definida, possibilitando o desenvolvimento da Área de Assentamento Pirituba II. A implantação do projeto de assentamento definia 17 hectares para cada família o que correspondia ao assentamento de 150 famílias. Como havia um número maior de famílias, os trabalhadores decidiram, em assembléia, realizar um processo de seleção das famílias com os critérios: ser trabalhador sem-terra, casado e não ter outra fonte de renda. As terras arrecadadas foram divididas em Área I com 2.511 hectares e Área II com 1.341 hectares.

As famílias selecionadas iniciaram um processo de exploração da terra “absolutamente original que foge inteiramente aos modelos fabricados”. Não se tratou de uma fórmula comunitária, nem individual, mas

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

de uma “resultante híbrida que conservou as vantagens de cada uma delas e dispensou seus principais inconvenientes” (Veiga, 1990:41).

Em fevereiro de 1986, aconteceu uma nova ocupação com 106 famílias que permaneceram assentadas emergencialmente na Área III - corresponde a 870 hectares.

Em 1988 o MST iniciou um processo de organização na região, realizando reuniões nas comunidades, nos sindicatos e nas casas dos trabalhadores. No ano seguinte, houve ocupações e acampamentos nos lotes sob domínio dos fazendeiros Bergamini, Batagin, Eltje Jan Rabbers e Hendrik Loman⁶⁸. Os jagunços bloquearam estradas, atiraram contra os acampados. A justiça deferiu a reintegração de posse e o despejo das famílias, que permaneceram acampadas⁶⁹ em frente à fazenda, nas margens da rodovia Francisco Alves Negrão, sofrendo com a violência e a inexistência das condições básicas: falta de apoio político, alimentos e remédios.

Em 1990: mês de janeiro - uma aeronave sobrevoou o acampamento e atirou veneno nos arredores; uma criança foi atropelada e morreu. Mês de março - as famílias decidiram reocupar os lotes da fazenda Pirituba. Foram despejadas novamente e acamparam em um lote da área I cedida pelos assentados. Mês de junho: nova ocupação, novo despejo e volta para o lote da área I. Mês de julho: outra ocupação.... retorno para Área I. Mês de outubro: nova ocupação, desta vez com a decisão de plantar 12 alqueires de feijão, acontece o despejo e os detentores do lote colhem 750 sacos de feijão dos acampados. Este fato mais a sucessão de derrotas fizeram com que 80 famílias ainda resistissem.

⁶⁸ Conforme reportagens da época e relato dos assentados, estes senhores eram os chamados “holandeses” -cujos lotes atualmente compreende a Área IV. Conforme matéria publicada em 1996. no *OESP*, estes fazendeiros faziam parte do projeto de reforma fundiária do governo estadual na gestão Carvalho Pinto. A principal alegação da Secretaria de Justiça contra estes fazendeiros era o descumprimento dos contratos de dez anos, por não residirem no local.

⁶⁹ F. ...

Em 1991 os lotes foram seqüestrados pelo Estado. Das 80 famílias, 48 foram selecionadas e decidiram fundar a Associação Olívio Albani, como meio de garantir a sobrevivência através do trabalho coletivo na Área IV de 200 hectares, sendo aproximadamente 100 hectares de reserva florestal. Durante o processo de assentamento, mais hectares de terra foram incorporados à Área IV, resultando numa fração de 580 hectares.

Em 1992, o MST realiza nova ocupação com 65 famílias: filhas e filhos dos assentados das outras Áreas e famílias que não foram selecionadas. Foram despejadas e acamparam nas margens de uma estrada vicinal. Um mês se passou e as famílias foram assentadas em caráter emergencial na Área V de 520 hectares.

Em 1994, 150 famílias ocuparam, foram despejadas e acamparam nas margens da rodovia. Somente em 1996, em caráter emergencial, passaram para a Área VI de 700 hectares permanecendo até os dias atuais.

Dos 17.500 hectares sob domínio de três grupos de famílias estrangeiros, 375 famílias *sem-terra* (a maioria procedente da região e do Paraná) conquistaram 8.007,67 hectares, ao longo de 18 anos de lutas. O remanescente é constituído por reservas, mananciais e pequenas propriedades rurais.

5.2. Estrutura organizativa

Para o início das atividades produtivas nas Áreas conquistadas, os trabalhadores se organizaram em uma Associação, por ser esta a melhor forma de garantir a liberação de créditos para a aquisição de máquinas, insumos agrícolas e a construção da infraestrutura social. A construção das estradas, das casas e da agrovila em grande parte foi realizada por meio de

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

mutirões. Nas assembléias organizadas na Associação decidiram que a melhor forma de produção era por meio do trabalho coletivo. Para isto foi necessário o acompanhamento de agrônomos e estudos técnicos de topografia da região para adequar os meios à produção agrícola coletiva em larga escala.

Em assembléia, decidiram que dos 21 ha de cada família, 17 ha seriam destinados ao uso coletivo, com o objetivo de produzir culturas que tivessem aceitação no mercado local e estadual e que proporcionassem um retorno financeiro minimamente suficiente para suprir as necessidades de cada família. A mecanização da agricultura facilitava a concretização deste objetivo, mas com um número reduzido de tratores e com poucos recursos, a saída encontrada foi utilizar o que já sabiam fazer: organizar o trabalho coletivo. A característica da produção agrícola neste Assentamento é a intensificação do uso dos tratores e direcionar os créditos para outras esferas da produção promovendo também a agricultura manual no âmbito dos grupos coletivos, semicoletivos ou ainda familiar.

É importante ressaltar que os trabalhadores, já na primeira safra (1984/1985), geraram um valor quatro vezes maior que os custos de investimentos. Do valor investido pelo governo estadual para atender as 150 famílias, naquela época, foram recolhidos aos cofres públicos, na forma de imposto sobre a produção o correspondente a 225% ao investimento do governo (Stédile, 1997:35; Veiga e Beze Jr. 1985b). E, segundo os coordenadores das CPAs, desde 1995 o Assentamento tem alcançado bons desempenhos em suas safras, com resultados acima das médias do Estado⁷⁰.

⁷⁰ Segundo informações fornecidas pela COAPRI e pela Secretaria Estadual do MST, a remuneração média mensal dos assentados é de R\$ 300,00. Na safra de 1997/98, as 217 famílias produziram 1.100 toneladas de milho (1.100 toneladas) e 1.100 toneladas de feijão (1.100 toneladas).

Atualmente, embora represente mais da metade do total de famílias, nas formas de produção coletiva este quadro é ainda insuficiente, relatam os assentados, considerando (a partir das experiências ao longo dos 18 anos) que a organização coletiva propicia maiores condições de desenvolvimento da produção e do Assentamento como um todo.

Estrutura Fundiária			
Áreas	Início do Assent.	Número de famílias	Área total Ha
Área I	1984	89	2.511,00
Área II	1984	53	1.341,20
Área III	1986	73	2.142,33
Área IV	1991	51	1.096,83
Área V	1992	39	807,71
Área VI	1996	52	108,57
Total		357	8.007,67

Fonte: ITESP Jan/2003

Organização coletiva da produção

Áreas	Nº Produtores	Cooperativas	Grupos coletivos	Assoc.
Área I	29	01 COPROCOL- CPA.Coletiva		
	16	01 CPA.Treze de Maio	05	
Área III	63	01 COPAVA - CPA. Vó Aparecida		
	28		04	
Área IV	23	01 COPADEC - CPA.Derli Cardoso		
	12		02	

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

	12			01
Área V	23	01 COPANOSSA –CPA. Nossa Sra. Aparecida		
	12			01
Área VI	33		03	
Total	251	05	14	02

Fonte:Coapri–AssentamentoPiritubaJaneiro/2003

A produção individual integra-se ao conjunto dos assentamentos que, de certa forma, estabelecem algum tipo de cooperação com outras organizações coletivas. Mas, desde o início de sua formação, os assentados da Área II optaram por manter a produção individual. Segundo relato de um dos agrônomos responsáveis, na época, pelo projeto de assentamento, esta opção pode ter sido decorrente da experiência de pequenos proprietários rurais, cujas terras expropriadas tornaram-se parte do processo de modernização da agricultura no país, diferenciando da maioria dos assentados da Área I -cuja maior procedência vem do trabalho como arrendatários e meeiros.

As Áreas são heterogêneas quanto à estrutura de produção e atingem níveis de produtividade diferenciados, comparados entre si e com os resultados da região e do Estado. Entretanto, conforme nos informou o técnico do ITESP, os produtores e coordenadores das CPAs, desde 1995, o nível de produtividade, na cultura de alguns produtos, é superior à produtividade atingida na região de Sorocaba e no Estado.

Conforme o banco de dados da COPAVA – Área III, na safra de 1998/1999, enquanto o Estado de S.Paulo produziu 20,2 sacas/ha de feijão, 59,5 sacas/ha de milho e 32,5 sacas/ha de soja, somente esta Área atingiu níveis superiores: 21,9 sacas/ha de feijão, 74,4 sacas/ha de milho e 41,3 sacas/ha e soja. Uma variação 10 a 25 % acima dos índices do Estado.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

Com relação à variação dos desempenhos econômicos das culturas produzidas nas safras agrícolas, nos baseamos em relatos dos coordenadores das Cooperativas, e na comprovação destes, nas pesquisas econômicas de Araújo (2000) e de Calixto (1999). A Área V é a de melhor desempenho econômico e a Área II se caracteriza por baixa produtividade e desempenho econômico, quando comparadas, entre as Áreas do Assentamento, ao EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural de Sorocaba e ao Estado.

Atualmente, a Área II, que, ao longo destes anos, se manteve isolada e produzindo de modo individual, está começando a se organizar de modo coletivo com o beneficiamento do mel e na comercialização de produtos.

Em comparação com os níveis de produtividade da região de Sorocaba e do Estado na safra de 1999/2000 (dados do ITESP e COAPRI), a Área I se destaca na cultura de uva, a Área III atingiu uma produtividade equivalente na cultura de feijão e, também neste caso, a Área VI superou os níveis de produtividade cultura de feijão. As principais culturas que têm garantido alcançar os níveis de produtividade superiores aos da região e do Estado são feijão, milho, soja e trigo.

O plantio é feito sob as regras da agricultura “moderna”, o que implica utilizar “pacotes” prontos de sementes híbridas, adubos, agroquímicos e corretivos para o solo.

A comercialização da produção é feita por intermediários, ou pela venda dos produtos cultivados no assentamento, na *Loja da Reforma Agrária* localizada no centro de São Paulo, e registrados sob a marca *Sabor do Campo*.

Área I

A COPROCOL e a Cooperativa 13 de maio, inicialmente, eram totalmente coletivas e atualmente encontram-se parcialmente

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

algumas atividades conjuntas, mas a produção é realizada individualmente. Do planejamento centralizado na cooperativa, passaram a descentralizar a produção nos grupos, ou melhor, a produzir de modo semicoletivo.

Área III

Dois grupos de famílias se dividiram e se organizaram da seguinte forma: um deles organizou a COPAESE; o outro optou pela produção individual. Posteriormente, o grupo coletivo, dividiu-se em três: um, com 8 famílias; outro com 9 famílias; e, por último a COPAVA que, atualmente, conta com 34 famílias cooperadas, num total de 63 associados. No estatuto desta cooperativa é permitido que os membros da família se associem individualmente, com o limite de quatro associados por família -procurando garantir uma distribuição eqüitativa dos resultados da produção familiar. A remuneração é obtida pelo número de horas trabalhadas por cada agricultor, sendo o controle das horas realizado por um setor responsável na cooperativa. O total da produção é medido pelo total das horas trabalhadas. O valor da produção por hora é multiplicado pela quantidade de horas trabalhadas pelo trabalhador. O trabalho cooperativo garante ao associado um adiantamento mensal, além da cota de gêneros de subsistência, como o leite, feijão, arroz e carne.

Área IV

Da Associação “Olívio Albani”, alguns optaram pela produção individual, outros formaram a COPADEC, cujo sistema se diferencia das outras cooperativas do Assentamento. A cooperativa cumpre o papel de auxiliar as operações dos núcleos de produção que se encontram ao “seu redor” -o que não invalida que os núcleos se ajudem entre si. As 50 famílias se dividem em 5 núcleos diferentes de produção, como exemplo: a suinocultura, a leiteria, a agricultura, etc.

Área V

Da associação, os assentados organizaram a COPANOSSA, cujos cooperados são somente os titulares dos lotes. O seu funcionamento é semelhante às demais: divisão técnica do trabalho, rodízio nos setores da produção, adiantamento e distribuição das cotas da produção de subsistência. E, diferentemente das outras, a remuneração é resultado da divisão da produção em partes iguais; controle feito apenas pelo dia trabalhado.

Nesta Área encontra-se um grupo coletivo de mulheres responsáveis pela produção de doces e compotas e pela horta medicinal com o objetivo de produzir pomadas e tinturas. A renda obtida é distribuída igualmente entre as mesmas

Área VI

Esta Área é um assentamento emergencial, ou pré-assentamento: as casas são provisórias, feitas de “costaneiras” (tipo de madeira), não há luz elétrica nem sistema de esgoto. Algumas melhorias na infra-estrutura foram conseguidas por parcerias e doações. A organização trabalho é semicoletiva e individual.

COAPRI

Foi construída na Área V, com o objetivo de sediar a infra-estrutura para o beneficiamento de grãos e do mel. Os subsídios necessários para a viabilização de todo o projeto não foram autorizados. Atualmente, está em funcionamento somente o entreposto para o beneficiamento do mel. Este é o principal espaço de convivência social entre os assentados, onde se concentram as atividades recreativas: campo para o futebol; salão para festas, reuniões e palestras, lanchonete; alojamento para pesquisadores e visitantes; biblioteca; posto de saúde; viveiro de mudas; uma rádio Comunitária: “Camponesa FM” e um açude para a pescaria.

As agrovilas são organizadas de modo diferenciado entre as Áreas. Nas Áreas III e V as agrovilas possuem casas mais próximas, o que torna a área do lote individual menor. Nas demais áreas, os lotes individuais são maiores o que torna a vizinhança um pouco mais distante.

O núcleo de base responsável pelo setor de educação, tem discutido, em conjunto com a direção das escolas estaduais, a formação pedagógica das crianças e dos jovens. Conforme, a coordenadora deste projeto, tem havido um significativo avanço não só na formação desta juventude, mas na promoção de uma integração maior com a comunidade local.

As principais atividades culturais são: a semana dos *sem-terrinhas*, os *jogos olímpicos* entre as Áreas de assentamento e comemoração de datas que fazem parte de suas históricas. Há o projeto de formação de um cinema, e discussões sobre o “embelezamento” das agrovilas. Ressalta-se, nestas ocasiões, o resgate da memória histórica de suas lutas, reforçando um sentimento de respeito e de afirmação ideológica -em muitas ocasiões, retratados na celebração da chamada *mística*.

Em contato com os assentados, nota-se que a principal participação política encontra-se na transmissão da experiência de ocupação vivida. Esta participação pode ser definida por “grupos”: aqueles que acreditam que o resultado do seu trabalho na produção agrícola é a sua melhor contribuição; aqueles que organizam a pedagogia e a educação dos *sem-terrinhas*; os que organizam as atividades culturais; os que são liberados para organizar o MST nas instâncias estadual e nacional; e, ainda, os que conservam uma neutralidade.

Uma das principais preocupações é com a formação educacional e técnica da “nova geração”. Os jovens que participam dos cursos de formação do MST têm assumido um papel importante na coordenação das cooperativas e do Assentamento como um todo. Na organização dos espaços de convivência: lanchonete, alojamentos, da rádio comunitária, entre outros. Destaque-se, ainda, que alguns dos

quadros militantes, nas instâncias estadual e nacional, são procedentes deste Assentamento.

Enquanto forma de trabalho, a cooperação nos assentamentos expõe os elementos contraditórios de uma produção coletiva, sob o controle dos trabalhadores, no interior da reprodução ampliada do capital. Enquanto prática social cotidiana, a cooperação pressupõe superar limites individuais, nortear comportamentos e desenvolver a consciência social. As relações sociais dos assentamentos, as formas coletivas e cooperativas de trabalho não seriam possíveis sem uma articulação direta entre o trabalho educativo - realizado pelos próprios assentados e militantes, o desenvolvimento da capacitação técnica do trabalho agrícola, e a formação política dos trabalhadores.

O trabalho em Cooperativas, Associações, Grupos Coletivos e Mutirões possibilita uma convivência social, cria condições para uma gestão coletiva capaz de evidenciar os elementos responsáveis pela unidade e resistência dos trabalhadores frente os quadros repressores – que se manifestam sob a forma da violência direta ou, indiretamente, das medidas de caráter jurídico, político e econômico.

A realização e expansão dos resultados econômicos são favoráveis ao caráter transformador de uma gestão coletiva que, apesar de se constituírem como empresas (buscando o lucro necessário à sua manutenção), preservam a iniciativa de desenvolver novas relações sociais e de se firmar como instrumentos de luta de classe.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

IV – Considerações finais

O exame da experiência objetiva do cooperativismo contemporâneo contribuir para demonstrar, inicialmente, que não existe e, provavelmente, nunca existiu na história um sistema cooperativo único, mas formas de cooperação unidas em um sistema de produção dominante. E, em segundo lugar, que, desde os finais do século XIX, a resistência da classe trabalhadora, de um modo ou de outro, foi influenciada por formas de cooperação e de ajuda mútua que remontam à época pré-capitalista.

As primeiras cooperativas surgiram imersas na luta das classes dominadas, enquanto outras surgiram como mecanismo de exploração do trabalho em benefício dos membros cooperados. As primeiras sinalizaram a possibilidade de se gerir a produção sem uma “classe de patrões empregando uma classe de braços”. As segundas se mantiveram circunscritas ao círculo estreito dos trabalhadores privados e privilegiadas por “políticos e filantropos em defesa e perpetuação de seus privilégios econômicos”(Marx, 1983b:12).

Desde meados dos anos 1990, no Brasil, o cooperativismo articulado à concepção que incentiva, por meio de programas sociais - às vezes com a parceria dos sindicatos e das universidades -, a formação de cooperativas. Estas ações podem reafirmar o sentido social do trabalho mas, essencialmente, reproduzem relações de exploração num grau muito elevado, cujo resultado financeiro supre necessidades primárias de sobrevivência, não ultrapassando os marcos da dominação de classe e do atual processo de precarização das relações do trabalho.

O lado progressista da idéia de uma “revolução social”, ou ainda, de uma “economia solidária”, se perde no cotidiano de costureiras, cujo incentivo é o sonho de consolidar, efetivamente, como produto de seus trabalhos, uma cooperativa de confecção e sobreviver com o que produzem. Elas possuem os meios de produção e oferta de trabalhos que lhes dariam condições para progredir. Mas, os recursos materiais são insuficientes e a

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

confeção industrial, com produção em larga escala, se perde ao se deparar com as relações de concorrência mercantil consolidadas e tendentes à oligopolização. Assim a realização do trabalho se circunscribe na esfera da comunidade local. A possibilidade de estabelecimento de um padrão de produção capaz de reverter de modo efetivo as condições materiais nas quais estão inseridas se restringe cada vez mais. Reproduzem-se relações de produção à margem da lógica mercantil, porém sob condições precárias e terceirizadas. Esvaem-se, nos planos subjetivo e objetivo, as possibilidades de que a cooperativa contribua para o incremento da organização política dos trabalhadores. Trata-se, ao nosso ver, de um processo objetivo, embora não seja, obviamente, irreversível, na medida em que pode ser afetado pela correlação de forças mais ampla.

Ocupações de terra, de prédios públicos, acampamentos, marchas, etc. Formas de lutas sociais que fizeram nascer um movimento autônomo e independente de partidos, de governo e dos sindicatos. Da luta comum ao trabalho coletivo vem sendo desenvolvido, entre os trabalhadores sem-terra, um sentimento de comunidade e de solidariedade de classe. Entretanto, esta organização política coletiva expõe seus elementos contraditórios sob o domínio do capital.

Durante a trajetória das mobilizações políticas e do desenvolvimento dos assentamentos, os trabalhadores organizaram associações e cooperativas como forma de ampliar as condições materiais, econômicas e de convívio social. Busca-se estabelecer nos assentamentos “focos” de resistência capazes de sedimentar as bases para lutas sociais mais amplas no futuro.

A formação das CPAs, dos grupos coletivos e dos semicoletivos no Assentamento Pirituba, pode propiciar a integração (porém, não na sua totalidade) das relações econômicas, políticas e sociais internas. Há entre os assentados aqueles que se afastaram dos membros cooperados e

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

tentaram estabelecer uma produção familiar no seu lote – são denominados “individuais”. Dentre eles, há os que estão passando por dificuldades econômicas, decorrentes da falta de recursos necessários para a agricultura como um todo. Entretanto, a Área II, cuja característica principal, desde a sua formação, é a da produção familiar “individual”, vem atualmente realizando uma mudança interna com a formação de uma cooperativa de comercialização. Na Área III, cuja Cooperativa se caracterizava pela produção totalmente coletiva, discute-se a formação paralela de grupos semicoletivos.

De modo sucinto, esta dinâmica interna é condizente com a concepção de cooperação do MST, na qual os grupos vão se formando pelas afinidades, pelas condições materiais e pelas discussões sobre os planos de produção agrícola mais adequados. Para a realização destes planos e, para o próprio êxito do Assentamento, a divisão do trabalho é uma necessidade objetiva. E se requer uma especialização técnica dos trabalhadores, para a manutenção do nível de produtividade. O trabalho cooperativo alia-se a um processo de divisão de tarefas, com o objetivo de desenvolver as forças produtivas.

A organização dos trabalhadores em bases associativas e cooperativas, que lutam por terra e por transformações sociais, tem um duplo objetivo: promover uma união de classe e, com esta, desenvolver, de modo autônomo, as forças produtivas. Estes elementos podem assumir, nos termos da perspectiva teórica que adotamos, um caráter político fundamental no sentido da emancipação da classe trabalhadora.

V – Referência bibliográfica

ALBARRAN, L., RAMIREZ, M. *Revolución agraria y cooperativismo em Cuba*. Habana: Editorial de Ciências Sociais, 1989.

ALBUQUERQUE, P. P. de “Cooperativas de trabalho: mudanças das relações de produção?”. *São Paulo em Perspectiva*. Vol. 12/nº ,1998.

ALMEIDA, L.F.R. e SANCHEZ, F.R. “Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo”. *Lutas Sociais* nº 5. São Paulo: NEILS-Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais/PUC-SP, 1998.

ALVES, D. R. *Cooperativismo e Vitória da Conquista: organização e participação nos anos 90*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP.

ANDREUCCI, B.P. *Os cursos de cooperativismo*. Coleção da Escola Livre de Cooperativismo de São Paulo. Vol. I. São Paulo: Grupo Editorial Monismo, 1960.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho; ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, K. *COPAVA: um estudo sobre a cooperação agrícola em assentamentos de reforma agrária do MST*. São Paulo, 2000. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Economia) – Departamento de Economia, PUC-SP.

ARRUDA, J.J.de A. *Revolução industrial e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BANCAL, J. *Proudhon – Pluralismo e autogestão – os fundamentos*. Brasília: Novos Tempos Editora, 1984.

BATISTA, P. N. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. Caderno nº 6 São Paulo: Editora Peres, 1994.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

BERNARDO, J. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000

_____. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética- Vol.I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *A luta de classes na União Soviética- Vol.II*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BEZE Jr, Z. *Uma experiência de quinze anos de assentamentos rurais*. 1998, (mimeo).

BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1991.

BOMBARDI, L. M. *O Bairro, a reforma agrária e o processo de Territorialização Camponesa*. São Paulo, 2001. Dissertação, (Mestrado em Geografia Humana) Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

BORGES, C. "A atual reestruturação produtiva e as lutas sociais: enfrentando ideologias". *Lutas Sociais* nº 6. NEILS-PUC/SP, 1999.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

BUBER, M. *O socialismo utópico*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

BULGARELLI, W. *O Kibutz e as cooperativas integrais. Ejidos-kolkozoes*. São Paulo: Pioneira, 1966.

CALIXTO, R. *A pequena produção familiar e sua viabilidade econômica no contexto atual da reforma agrária: o Assentamento Pirituba*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Economia Política), PUC/SP.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

CARVALHO, H.M. *Corporativismo: o oitavo pecado (do) capital, a a vertente reacionária das associações profissionais*, 1984 (mimeo).

_____. "O transformismo na Nova República e a contra-reforma agrária. Reflexos sobre o meio ambiente". In: *Revista da ABRA*. Ano 19 nº2, 1989.

_____. *Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil*. www.nead.org.br, 1998.

_____. *As contradições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de reforma agrária do MST (período 1989-1999)*, 1999 (mimeo).

_____. *Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos de reforma agrária sob a hegemonia do MST*. 2000, (mimeo).

_____. *Comunidade de resistência e de superação*. 2002a, (mimeo).

_____. "Emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro)". In: SANTOS, B.S., *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO F^o., J.J. "A 'nova reforma agrária' de FHC". *Revista da ABRA*, Vol.29 nº1, 1989.

_____. "Política agrária do governo FHC: e a nova reforma agrária". In: LEITA, S. *Políticas Públicas e agricultura no Brasil*. Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

CHACON, V. *Cooperativismo e comunitarismo*. Universidade de Minas, 1959.

CHESNAIS, F. "Mundialização: o capital financeiro no comando". *Outubro nº 5*. São Paulo, 2001.

CHOSSUDOVSKY, M. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo:Moderna, 1999.

COLE, G.D.H. *Historia del pensamiento socialista: los precursores 1789-1850*.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

_____. *Historia del pensamiento socialista: marxismo e anarquismo*. México:Fondo de Cultura Económica, 1975b

CRÚZIO, H. O. *Como organizar e administrar uma cooperativa*. São Paulo: FGV Editora,2001.

CUNHA, G. C. *Economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do programa de incubadoras de cooperativas da PMSA/SP*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – FFLCH/ USP.

CONCRAB. “Organicidade e núcleos de base”. São Paulo, s/d

_____. “CONCRAB: Quatro anos organizando a cooperação”. *Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil*. São Paulo, 1996.

_____. “Sistema cooperativista dos Assentados”. *Caderno de Cooperação Agrícola* nº 5. São Paulo,1997.

_____. “O Cooperativismo na China”. *Caderno das experiências históricas de cooperação* nº 1,1991.

_____.“Sistema de Crédito Cooperativo”. *Caderno de Cooperação Agrícola* nº 8. São Paulo,1998.

_____.“As experiências clássicas de cooperação agrícola”. *Caderno das experiências históricas de cooperação* nº 03. São Paulo,2001.

COSTA, C.M.O. *Um olhar sobre o processo organizativo em Assentamentos Rurais: O caso da Fazenda Pirituba*. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas.

DANIEL, C. “Contradições: uma relação mal resolvida”. In: *Teoria e Debate* nº 14. São Paulo: Fundação Perseu Abramo,1991.

DE MASI, D. *Desenvolvimento sem trabalho*. São Paulo: Editora Esfera,1999.

DEL ROIO, M. “Rosa Luxemburg e as origens da refundação comunista”. In: *Novos Rumos* nº 32. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira,2000.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

ENGELS, F. "Do socialismo utópico ao socialismo científico". In: *Textos*. Vol. I. São Paulo: Edições Sociais, 1975a.

_____. "Situação da Classe Operária na Inglaterra". In: *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, 1975b.

_____. *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

FALS BORBA, O. "Formación y deformación de la política cooperativista en la América Latina". In: *La lucha de clases en el campo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.

FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

FERNANDES, F. "A consciência revolucionária da história". In: FERNANDES, F (org.). *Marx e Engels*. São Paulo: Ática, 1984.

GERMER, C. "Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90". In: STÉDILE, João Pedro (org.) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

GOHN, M.G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GÖRGEN, Frei S., STÉDILE, J. P. *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GORZ, A. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo: na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GUERRA, J. S. *Associativismo de produção na agricultura*. Paraíba, 1987. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba.

GURVITCH, G. *Proudhon e Marx*. Lisboa: Editorial Presença /Martins Fontes, 1980.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

- HOBBSAWM, E.J. "Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano". In: *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1980.
- JACKSON, J.H. *Marx, Proudhon e o socialismo europeu*. Rio de Janeiro: Zahar,1963.
- JACOBI, P. *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde: São Paulo 1974-1984*. São Paulo: Cortez,1989.
- KONDER, L. *Fourier, o socialismo do prazer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1998.
- KURZ, R. *O Colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1996.
- LÊNIN, V.I. "Sobre a cooperação". In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega,1980.
- _____. "Sobre o cooperativismo". In: BERTELLI, Antonio Roberto (org). *Lênin: Estado, ditadura e poder soviético*. Belo Horizonte: Oficina de Livros,1988.
- LOUREIRO, M. R. (org). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez,1991.
- LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular,1999.
- LUZ FILHO, F. *Teoria e prática das sociedades cooperativas*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti.
- MANÇANO FERNANDES, B. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: HUCITEC,1996.
- _____. *A Formação do MST no Brasil*. São Paulo: Vozes,2000.
- MANDEL, E. *A crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Editora UNICAMP/ Editora Ensaio, 1990.

MARIÁTEGUI, J. C. "O futuro das cooperativas". In: BELLOTTO, Manoel L. e CORRÊA, Anna Maria M. (orgs). *Mariátegui*. Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 27. São Paulo: Editora Ática, 1982.

MARTINS, A. *O imediatismo da luta econômica e suas implicações na consciência política e na luta revolucionária*. 2000, (mimeo).

MARTORANO, L. C. *A burocracia e os desafios da transição socialista*. São Paulo: Anita Garibaldi/Xamã, 2002.

MARX, K. "Crítica ao programa de Gotha". In: *Textos*. Vol. I. São Paulo: Edições Sociais, 1975.

_____. "Instruções para os delegados do conselho geral provisório. As diferentes questões. I Congresso da Associação Internacional dos trabalhadores". In: *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1983a.

_____. "Mensagem inaugural da associação internacional dos trabalhadores". In: *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1983b

_____. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986a.

_____. *Para crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986b

_____. *O Capital*. Livro III. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global Editora, 1989.

MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Volume I. 3ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

_____. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

MATHEUS, D. *Idéias para um novo modelo de reforma agrária: "Comuna da Terra"*. 2001 (mimeo).

MATTICK, P. "O controlo operário". In: *Controlo operário e socialismo*. Textos exemplares. Porto: Domingos d'Oliveira, 1976.

MATTOSO, J. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MST. "A Cooperação Agrícola nos Assentamentos". *Cadernos de Formação* n° 20, 1993.

_____. "Cooperativas de Produção, questões práticas". *Cadernos de Formação* n° 21, 1997.

_____. "O Cooperativismo no Pensamento Marxista". *Caderno das experiências históricas da cooperação* n° 02. São Paulo, CONCRAB, 2000.

_____. "Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos". *Cadernos de Formação* n° 04. São Paulo, CONCRAB, 1995.

_____. "Sistema Cooperativista dos Assentados". *Cadernos de Formação* n° 05. São Paulo, CONCRAB, 1998.

_____. "Síntese histórica da questão agrária no Brasil". (s/d). (mimeo).

NAKANO, M. "Anteag: a autogestão como marca". In: SINGER, P., SOUZA, A.R. (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

NASCIMENTO, C. "Autogestão e economia solidária". In: *Democracia e autogestão* – Publicação Especial Temporales - Humanitas FFLCH/USP, 1992.

NETTO, J.P. Introdução. In: MARX, K. *A miséria da filosofia*. São Paulo, Global (Col. Bases n° 46), 1989.

PANNEKOEK, A. "O controlo operário". In: *Controlo operário e socialismo*. Textos exemplares. Porto: Domingos d'Oliveira, 1976.

PEREIRA, M.I. *Cooperativas de trabalho: o impacto no setor de serviços*. São Paulo: Pioneira, 1999.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

PETITFILS, J-C. *Os socialistas utópicos*. São Paulo: Círculo do Livro/Zahar Editores,1977.

PETRAS, J. "A esquerda e as novas lutas sociais na América Latina". *Lutas Sociais* nº 2. NEILS - Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais/PUC-SP,1997.

_____. "Los movimientos de los campesinos y el cambio social: Las cooperativas peruanas". In: PETRAS, J.(org.) *Clase, Estado y poder en el tercer mundo: casos de conflictos de clases en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica,1981.

_____. "El campesinado y el Estado em América Latina". 7/03/02 (www.rebellion.org),2002.

PINHO, D.B. *Cooperativas e desenvolvimento econômico: o cooperativismo na promoção do desenvolvimento econômico do Brasil*. São Paulo: Fundo de Fomento e Propaganda do Cooperativismo, 1962.

_____.D.B. "O cooperativismo no Brasil desenvolvido e no Brasil subdesenvolvido". *Caderno da Faculdade nº19*. FEA/USP, 1965

_____.*A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas, suas modificações e suas utilidades*. São Paulo:Pioneira,1966a.

_____.*O que é cooperativismo*. São Paulo: Buriti,1966b.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Editora Contexto,2000.

PROUDHON, P-J. *Do princípio federativo*. São Paulo: Editora Imaginário/NU-SOL - PUC/SP, 2001.

_____.*Sistema de las contradicciones económicas o filosofía de la miseria*. Vol. 2 Madri: Ediciones Júcar,1974.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras,1991.

RIOS, G.S.L. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Brasiliense,1987.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

- RIOS DO NASCIMENTO, F. *Cooperativismo como alternativa de mudança: uma abordagem normativa*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000.
- RECH, D. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SANTOS, B. (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SCHERER-WARREN, I. "O caráter dos novos movimentos sociais". In: SCHERER-WARREN, I., KRISCHKE, P. (orgs.) *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SERGIO, Antônio. *Sobre o sistema cooperativista*. Lisboa: Livraria Sá de Corte Editora, 1984.
- SIMON, E. J., NOJIMOTO, T., QUEVEDO, J. "O projeto de assentamento da fazenda Pirituba-SP: resultados da safra 1985/86". In: *Revista da ABRA* nº18. Abr/Julh, 1988.
- SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. e SOUZA, A. R. (orgs). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Ed.Contexto, 2000.
- SOUZA, M. A. *As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do MST*. Campinas, 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- STÉDILE, J.P. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.
- STÉDILE, J.P. (org). *A questão agrária hoje*. Rio Grande do Sul: UFRGS/ANCA. 1984.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

STÉDILE, J.P., MANÇANO FERNANDES, B. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo:Fundação Perseu Abramo,1999.

TEIXEIRA, F.J.S. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*. São Paulo: Editora Ensaio,1995.

_____.“O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política”. In: *Crítica Marxista nº 10*. São Paulo: Boitempo Editorial,2000.

TEIXEIRA, G., DAL CHIAVON, F. “O Proer das cooperativas”. ([http\\www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)), 1998.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa* Vol. III. Rio de Janeiro:Paz e Terra,1987.

VAINER, C. “Controle político dos miseráveis ou utopia experimental?”. In: *Sindicalismo & Cooperativismo: a economia solidária em debate*. UNITRABALHO,2000.

VEIGA, J.E. *A reforma que virou suco*. Petrópolis: Vozes,1990.

VEIGA, J.E., BEZE Jr., Z. “Pirituba, exemplo vitorioso sem mistérios”. *Revista da ABRA* ano 15, nº2.Maio/Julho.1985a.

_____.“Produto gerado por assentados supera em 300% o investimento do Estado. In: *Revista da ABRA* ano 15, nº2.Maio/Julho, 1985b.

WOLF, L., SAUER, S. “O painel de inspeção e o caso do Cédula da Terra”. In: BARROS, Flávia (org). *Banco Mundial, participação, transparência e responsabilização: a experiência brasileira com o painel de inspeção*. Brasília: Rede Brasil,2001.

1. Outras fontes

Caderno de Estudo. "Situação e Perspectivas da Agricultura Brasileira". Volumes 1 e 2. São Paulo, Mobilização Nacional de Trabalhadores Rurais, 2000.

Fundação Friedrich Naumann (Bonn, R.F.Alemanha). A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico. São Paulo: Artegráfica, Nova Teixeira, 1973.

Incubadora de cooperativas - Programa da Prefeitura de Santo André. Gestão de Organização/ Curso de Cooperativismo/ Módulo Jurídico/ Módulo de treinamento sobre produção,2001(mimeo).

Reforma Agrária; compromisso de todos. Documentos da Presidência da República, 1997.

Sociedades cooperativas: leis e medidas provisórias. Rio de Janeiro:Editora Auriverde

www.alianzaaci.or.cr

www.coop.org/ica

www.cooperativa.com.br

www.dataluta.org

www.dieese.org

www.fetrabalhosp.org.br

www.inthesetimes.org

www.itapeva.org.br

www.mst.org.br

www.nead.org.br

www.ocb.org.br

www.pt.org.br

www.portaldocooperativismo.org.br

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

www.rebellion.org

www.redesolidaria.com.br

www.riviera.com.br

www.santoandre.sp.gov.br

www.seade.org.br

www.sitiosocial.com.br

www.ugah.quebec.ca

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

2. Jornais e periódicos

Folha de S. Paulo

Jornal Sem Terra

O Estado de S. Paulo

Revista da Agência de Desenvolvimento Solidário: Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT, 2000.

Revista da Associação Brasileira da Reforma Agrária

Revista Sem Terra.

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA